



AS POLÍTICAS PENITENCIÁRIAS EM MINAS GERAIS

UMA ANÁLISE SÓCIO-
HISTÓRICA (1979 A 2019)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
CENTRO DE ESTUDOS DE CRIMINALIDADE E SEGURANÇA PÚBLICA

COORDENADOR GERAL DO CRISP

Cláudio Chaves Beato Filho

COORDENADORA DA PESQUISA

Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro

PESQUISADORAS E PESQUISADORES

Amanda Mátar de Figueiredo
Ariane Gontijo Lopes
Dejesus de Souza e Silva
Glória Gabrielle Ribeiro Miranda
Isadora Vasconcellos Diniz
Karen Michelle Antonia Oliveira
Marco Túlio Sousa Fernandes
Maria Eduarda Viana Leão
Maria Elisa Rocha Couto Gomes
Mariana Teixeira Muratori
Natália Cristina Costa Martino
Paula Rafaela Silva Fonseca
Raquel Vieira Magalhães Queiroga
Suzane Ferreira Nascimento
Roseane de Aguiar Lisboa Narciso
Thais Lemos Duarte
Victor Neiva e Oliveira
Walkiria Zambrzycki Dutra

FINANCIAMENTO

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (APQ-02825-18)



Dedicamos este relatório à memória da pesquisadora Thais Lemos Duarte, eterna em sua defesa dos direitos das pessoas privadas de liberdade e suas familiares, em nosso fazer sociológico, em suas inúmeras contribuições intelectuais, e na forma de compreender o nosso campo de estudo.

Thais Lemos Duarte, presente!



APRESENTAÇÃO

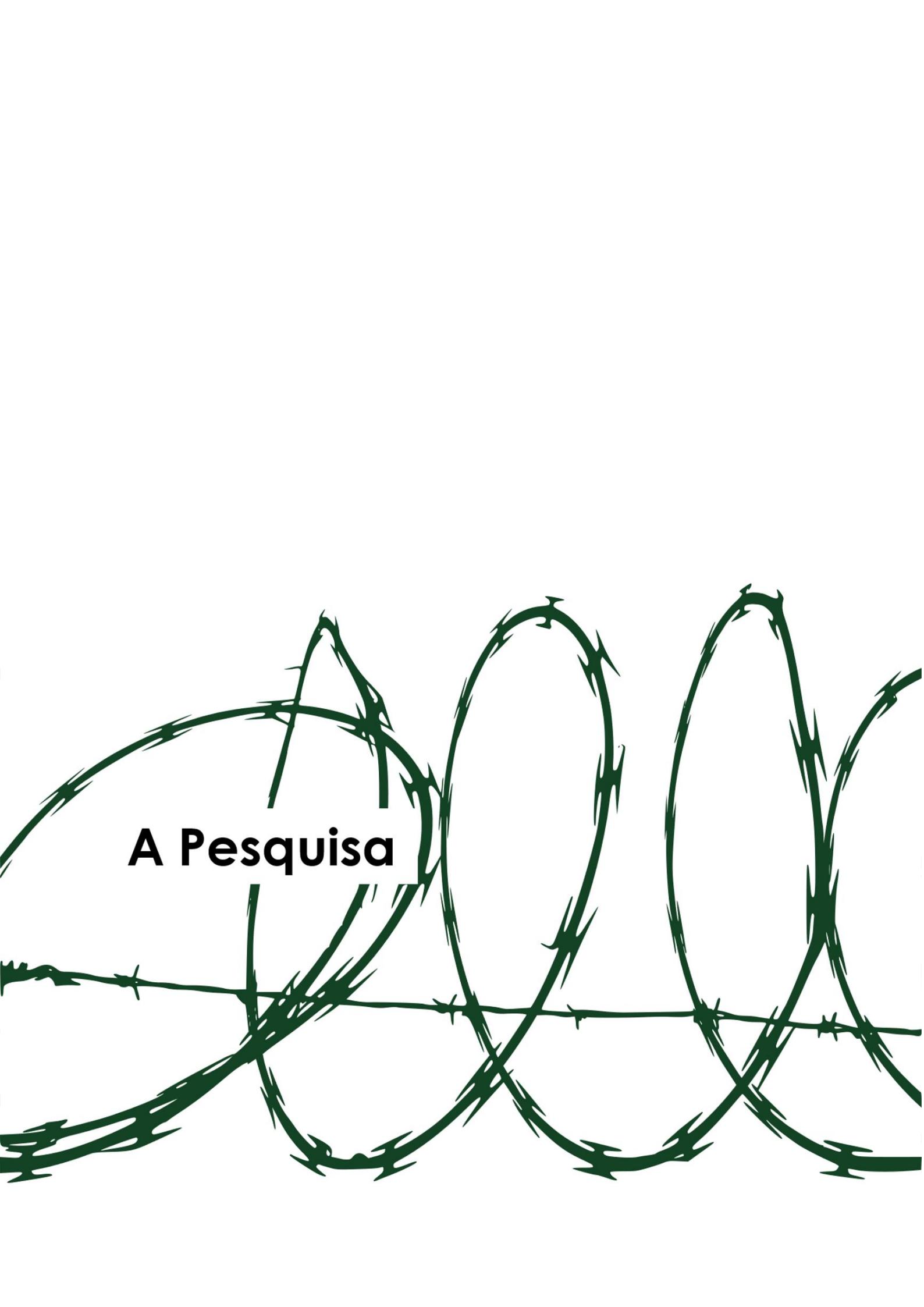
Este relatório reúne a memória e os principais resultados alcançados pela pesquisa **“As Políticas Penitenciárias de Minas Gerais: uma análise sócio-histórica (1979 – 2019)”**. Sua elaboração encerra os esforços empreendidos no projeto e cumpre os critérios estabelecidos no acordo de financiamento obtido junto à **Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG)**, cujo número do processo é APQ-02825-18.

A pesquisa é fruto do trabalho coletivo de pesquisadoras e pesquisadores associados ao **Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais (CRISP/UFMG)**, os quais estiveram divididos em múltiplas frentes de investigação entre os anos de 2019 e 2023. Sendo assim, este documento apresenta os trabalhos desenvolvidos no âmbito da **reconstituição histórica da política penitenciária mineira** no período da Nova Democracia, suas delimitações metodológicas, isto é, os procedimentos adotados para a coleta, produção e análise de dados, e o panorama geral dos principais resultados obtidos. Além destas dimensões, este relatório também possui uma seção que trata especificamente dos trabalhos de divulgação e produção científica derivados da pesquisa. Por fim, delineamos as contribuições do estudo para a literatura sobre o tema e também vias de aprofundamento e refinamento teórico-metodológico em potencial.



INDÍCE

A Pesquisa	6
Introdução.....	7
Metodologia	10
A Política Penitenciária em Minas Gerais (1979 – 2019)	56
Imprensa	57
Poder Público.....	64
Parque Prisional.....	83
Considerações finais sobre a pesquisa	99
Panorama.....	103
Linhos do tempo.....	104
Equipe de Pesquisadoras e Produção Científica	108
Pesquisadoras e Pesquisadores.....	109
Produções científicas.....	116
Fontes e apêndices	121
Referências Bibliográficas	122
Apêndices	125



A Pesquisa



INTRODUÇÃO

A pesquisa teve como objetivo a realização de uma análise sócio-histórica do sistema prisional de Minas Gerais na nova democracia (1979-2019). Para tanto, a abordagem teórica escolhida foi a da **dependência de trajetória**, a qual parte do pressuposto de que **as crises do sistema prisional**, especialmente as que resultam em grande número de indivíduos mortos, **são resolvidas com a construção de novas unidades**. Antes de abordar seus objetivos geral, específicos e suas justificativas, destacamos que a execução deste projeto não teria sido possível sem o apoio e o financiamento concedidos pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG, APQ-02825-18).

Objetivo Geral

Analizar as políticas governamentais voltadas para a gestão do sistema penitenciário de Minas Gerais no período compreendido entre 1979 e 2019.

Objetivos específicos

- **Identificar os principais eventos, programas e ações** que marcaram o sistema penitenciário mineiro desde a redemocratização do país;
- **Analisar os programas e projetos desenvolvidos pelos governos estaduais** para a área prisional;
- **Compreender quais atores interferem nessas políticas** a partir da participação em debates promovidos pelo Poder Público, em especial nos âmbitos das comissões de Segurança Pública, Direitos Humanos e Administração Pública da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG).
- Identificar quais atores (gestores do sistema) e grupos ocuparam posições dirigentes no âmbito do Estado;
- **Analisar os contextos sociais, políticos e institucionais** que caracterizaram a implantação das políticas penitenciárias em cada período histórico;
- **Verificar** em cada um dos períodos históricos **o perfil das políticas implementadas, as modalidades de ações, os arranjos institucionais**, a repercussão das ações para os atores e organizações do sistema, as



instituições criadas e/ou colocadas em ação e o alinhamento das políticas com a agenda de segurança pública do Estado;

- **Organizar um arquivo** (legislações, documentos, reportagens, programas de governo, projetos desenvolvidos pelas gestões governamentais, entrevistas com atores chave e informações estatísticas) **histórico sobre o sistema penitenciário de Minas Gerais.**

Justificativa

No final da década de 1970, a atenção dos pesquisadores das ciências sociais se direcionou para os problemas da criminalidade urbana em suas diferentes modalidades e do funcionamento das organizações do sistema de justiça criminal brasileiro, dentre elas, as prisões (Freitas & Ribeiro, 2014). Os estudos prisionais caminharam *pari passu* com esse processo de constituição de um campo de pesquisas sobre a segurança pública no país. Com a transição política em curso, as primeiras análises estavam focadas nas **práticas institucionais dos operadores do sistema e sua adequação ao contexto democrático vigente** (Salla, 2006)). Os primeiros estudos prisionais produzidos (Ramalho, 2002; Thompson, 1980; Lemgruber, 1983; Paixão & Coelho, 1984; Fischer & Abreu, 1987; Adorno, 1991) procuraram **denunciar as condições aviltantes a que estavam submetidos os presos nas prisões**, as resistências dos operadores ao exercício democrático do poder institucional e o funcionamento interno das prisões, porém, apesar de avanços nos últimos anos em termos de compreensão das especificidades do problema prisional brasileiro ainda existem lacunas a serem preenchidas.

Esse desafio se torna mais agudo quando realizamos um balanço comparativo da produção bibliográfica sobre a realidade prisional do Estado de Minas Gerais em relação a outros estados da federação que também apresentam altas taxas de aprisionamento, violência institucional, déficit de vagas e oscilações na estabilidade organizacional do sistema penitenciário como, por exemplo, o Estado de São Paulo. No decorrer dos anos foram realizados um conjunto de trabalhos com o propósito de entender o processo de formação do sistema penitenciário paulista (Salla, 1999), as políticas implantadas nos primeiros governos estaduais democráticos (Góes, 2004), a trajetória das políticas penitenciárias (Salla, 2004, 2007), os entraves colocados pela emergência de grupos criminosos organizados nas prisões (especialmente, o Primeiro



Comando da Capital) (Dias, 2011; Salla, Dias & Silvestre, 2012) e, mais recentemente, o alinhamento dessas ações governamentais estaduais com as políticas penais em diferentes países cuja tônica também tem sido do encarceramento massivo (Teixeira, 2009).

Embora os estudos sobre a realidade do sistema penitenciário mineiro sejam extremamente ricos em seu detalhamento sobre a vida nas carceragens policiais nas décadas de 1980 e 1990 (Paixão, 1985, 1991), as idiossincrasias de algumas penitenciárias (Ribeiro, 2003; Couto, 2011), o processo de transferência gradativa dos presos das carceragens policiais para as penitenciárias do Estado (Ribeiro, Cruz & Batitucci, 2004; Cruz & Batitucci, 2011; Lourenço, 2010) e o surgimento de novas modalidades de gestão prisional (Darke, 2014), **ainda permanece uma opacidade histórica sobre as políticas implementadas pelos governos estaduais especificamente para a área prisional.** A questão penitenciária ganha o status de problema público a cada dia no Estado de Minas Gerais à medida que se torna um setor governamental autônomo, que ressurgem os motins do interior das unidades, que eclodem ameaças sucessivas de greves pelos membros do staff prisional e as demandas da população por medidas que resolvam as instabilidades no sistema, como descrito na apresentação.

Essa pesquisa também se insere no contexto de uma preocupação contemporânea mais geral do campo de estudos sobre punição e prisões com as políticas direcionadas especificamente para esse setor governamental (Adler & Longhurst, 2002), com os profissionais responsáveis pela gestão prisional (Bennett, 2016) e com a análise da história das prisões como um movimento social e político vivenciado por nações de diferentes países (Coyle, 2002). **O foco analítico não se encontra mais no prisioneiro, no guarda ou na própria prisão, mas na governança prisional, sendo exatamente este o elemento que queremos destacar com este relatório.**



METODOLOGIA

Esquema da pesquisa

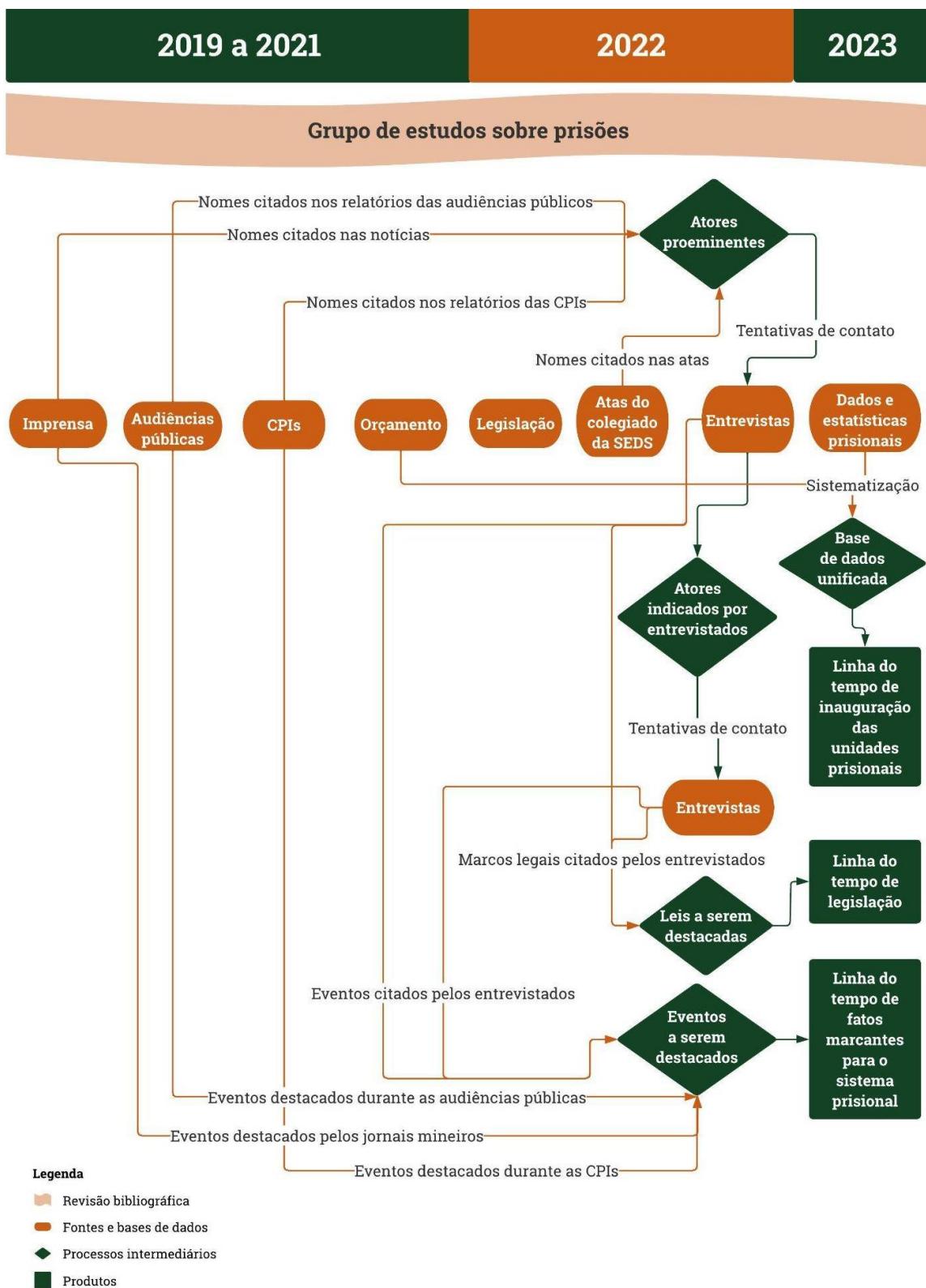
A Figura 1 consiste em um fluxograma dos diferentes processos e etapas da pesquisa. A partir das informações disponíveis nesta imagem, além de compreender as relações entre nossas diversas fontes de dados, atividades e produtos, também é possível observar como os mesmos foram distribuídos ao longo dos quatro anos nos quais este projeto foi executado.

Em primeiro lugar, vale destacar que as discussões realizadas pelo “**Grupo de estudos sobre prisões**” (SIEX/UFMG 500466), do qual participaram todos os pesquisadores que contribuíram para este projeto, inspiraram, direta ou indiretamente, todas as demais atividades que desempenhamos. Durante todo o desenvolvimento desta pesquisa, este foi o espaço no qual lemos e debatemos a literatura sobre prisões em geral, comparamos os resultados de estudos anteriores sobre o sistema penitenciário mineiro com aqueles alcançados por esta pesquisa e pensamos em possíveis soluções para os desafios que enfrentamos no levantamento e na análise dos dados.

Posto isto, a partir da leitura da Figura 1, observamos que, entre os anos de 2019 e 2021, foram realizadas as seguintes atividades no contexto desta pesquisa: a coleta de notícias sobre o sistema prisional veiculadas em jornais mineiros de grande circulação; a busca por relatórios das Audiências Públicas da Comissão de Direitos Humanos (CDH) e da Comissão de Segurança Pública (CSP) e das Comissões Parlamentares (CPIs) de Inquérito sobre as prisões estaduais na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG). Neste mesmo período, também foram reunidos dados sobre o orçamento destinado pelo estado de Minas Gerais ao sistema.



Figura 1. Fluxograma das fontes de informação da pesquisa “As Políticas Penitenciárias de Minas Gerais: uma análise sócio-histórica (1979-2019)”.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.



Entre as fontes de dados já citadas, as três primeiras foram aquelas que nos permitiram identificar organizações e pessoas cujas atuações foram proeminentes para o sistema prisional mineiro e também os eventos que o marcaram ao longo das quatro décadas compreendidas pela pesquisa.

Uma vez que encontramos seus nomes e respectivos vínculos institucionais, fizemos buscas pela *internet* não apenas para saber se permaneciam vivos, mas também quais eram seus contatos e como poderíamos abordá-los para convidá-los para entrevistas, as quais foram realizadas durante o ano de 2022. À medida em que as entrevistas iam sendo realizadas, nossos interlocutores nos indicavam outros acontecimentos e também outras pessoas que consideravam relevantes, as quais nós contatamos e também entrevistamos.

Além disso, estes materiais também foram essenciais para que, em 2023, na fase final do projeto, construíssemos a linha do tempo de fatos marcantes para o sistema prisional mineiro. Neste mesmo ano, os dados relativos ao orçamento foram unidos às estatísticas sobre população prisional. Nas próximas seções deste relatório, detalhamos os processos de coleta e análise dos dados e elaboração dos produtos representados na Figura 1.

Imprensa

Em um primeiro momento, nos dedicamos a mapear todas as edições do jornal Estado de Minas publicadas nestas quatro décadas, ou seja, que englobasse todo o longo período analisado. Para melhor compreensão das atividades deste projeto relacionadas à imprensa mineira, observamos que a coleta de notícias de jornais sobre o sistema prisional estadual começou em 2019, antes da pandemia de COVID-19 na **Hemeroteca da Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais**, na Praça da Liberdade. Diariamente, durante um ano, foi feita a análise dos **jornais do Estado de Minas publicados no período de 1979 a 1989**.

Naquela época, havia um computador na biblioteca que contava com um sistema de pesquisa no qual estavam disponíveis as páginas deste jornal digitalizadas, sendo este o único meio de acesso às mesmas. Pouco tempo depois, tal computador parou de funcionar. Desta forma, embora o acervo da biblioteca tivesse as publicações feitas entre abril de 1989 a 1994 digitalizadas, este não podia ser acessado e não havia qualquer previsão de reparo do sistema.



Coincidentemente, esta falha foi seguida pela imposição das medidas de distanciamento social em função da pandemia, período durante o qual a Biblioteca interrompeu seus serviços de consulta presencial. Enquanto as restrições de circulação estiveram vigentes, nos esforçamos no sentido de encontrar notícias publicadas entre 1989 e 2019, disponíveis online para coleta. Porém, **o Jornal Estado de Minas não continha as reportagens das quais necessitávamos em seu site**. Como solução, decidimos **coletar e analisar as notícias veiculadas pelo jornal mineiro O Tempo durante o período de 2005, ano em que ele foi fundado, até 2019**, último ano abarcado por nossa pesquisa. Passados os períodos mais graves da pandemia de COVID-19, nos deparamos com o seguinte problema: precisávamos pesquisar no sede física do jornal Estado de Minas, que só tinha disponíveis as edições publicadas até abril de 1989.

No início de 2022, entramos novamente em contato com a biblioteca. Na ocasião, a Biblioteca não estava funcionando. Posteriormente, em junho, ela estava funcionando mediante reserva, a consulta ao acervo podendo ser feita na parte da manhã ou na parte da tarde. O agendamento era complexo e as datas não estavam disponíveis com facilidade. Neste sentido, ressaltamos que houve uma grande restrição ao acesso. Por exemplo, se o agendamento fosse feito hoje, a data da visita seria daqui 10 dias na parte da manhã. Assim, deve-se considerar que não seria eficiente, pois o trabalho de coleta e análise das reportagens dos jornais demanda muito tempo. Como já mencionado, passou-se um ano, com visitas diárias à biblioteca, para coletarmos menos de 10 anos de material. E, nessa nova política de agendamento, o prazo de permanência máxima na biblioteca seria de apenas 3 horas.

Em setembro, recebemos a informação de que a Hemeroteca estava passando por uma reforma e que o acervo não estava mais disponível. Assim, havia uma lacuna no nosso banco de notícias do jornal Estado de Minas: não havia a disponibilidade das publicações feitas no período de 01/01/1990 a 31/12/2004. Após contatarmos a Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais, Renan Ribeiro Xavier, Técnico de Cultura da Diretoria do Livro, Leitura e Bibliotecas, nos informou de que, em seu acervo, não havia a disponibilidade de jornais que abrangessem todo o período de que precisávamos. Segundo ele, **a Hemeroteca possuía alguns jornais veiculados na primeira metade da década de 1990, como o Estado de Minas, até**



março de 1994.

Também visitamos o prédio do jornal Estado de Minas, situado na Avenida Getúlio Vargas, nº 291, em Belo Horizonte. **Após a orientação para entrar em contato com o Parque Gráfico, fomos informados de que houve um incêndio em 2018 e boa parte do acervo foi perdido.** Depois disso, tentamos acessar o que sobrou, com a possibilidade de uma autorização, um pedido formal, mas a atendente disse que nem os próprios jornalistas do Estado de Minas conseguem ver os arquivos. Acrescentou ainda que a situação do local é completamente precária, faltando-lhe até mesmo computadores para trabalhar. Vale destacar que o jornal “O Estado de Minas” é um dos principais jornal do nosso estado e está em circulação há 94 anos. Cabe pontuar que sequer a digitalização dos arquivos foi feita. Ademais, mesmo após incêndio, até o momento da consulta que realizamos não foi tomada nenhuma medida de manutenção do material que sobrou.

Posteriormente, recorremos também à comunidade, **tentando contato com a Biblioteca Central da UFMG e a da Fafich e visitando sebos.** Na Biblioteca Central da UFMG, os jornais também não estavam disponíveis na íntegra. Foi disponibilizada uma coletânea de manchetes do Estado de Minas. Após ler todas as manchetes, não tinha nada referente ao tema da pesquisa. Então, após ir à Biblioteca da Fafich, fomos orientados a fazer novas buscas no site da ALMG, mas também não encontramos o que procurávamos. Recorremos, portanto, aos sebos do centro de Belo Horizonte. Abaixo, listamos aqueles que foram visitados:

- **Sebo Planeta** - Avenida Augusto de Lima, 233, sobreloja 29, edifício Maletta - não tinha os jornais;
- **Livraria e Sebo Horizonte** - Rua dos Guajajaras, 180 - não tinha os jornais;
- **Sebo Bahia BH** - Rua da Bahia, 1176 - não tinha os jornais;
- **Livraria Sebo União** - Augusto de Lima, 233, sobreloja 43, edifício Maletta - não tinha os jornais;

Desta maneira, concluímos que fizemos o que estava ao nosso alcance para o preenchimento da lacuna nos bancos de notícias de jornais mineiros sobre o sistema penitenciário.



A partir destes procedimentos, coletamos as matérias que formariam nossos dois bancos de notícias sobre o sistema penitenciário mineiro. Uma vez coletadas, preenchemos os formulários online, criados na plataforma Google Forms e disponíveis para consulta no Apêndice A, com informações sobre cada uma delas. Dentre estes dados, destacamos as datas nas quais as notícias foram publicadas, seus títulos, os tipos de evento que reportavam, seus principais trechos, resumos de seus conteúdos, os nomes e também os vínculos institucionais das pessoas citadas.

Legislação

Esta atividade consistiu na criação de um banco de dados contendo **todas as leis, decretos e demais normas, estaduais e federais, sobre o sistema prisional, publicadas no período de 1979 a 2019**. Para encontrá-las, realizamos buscas nos sites da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) e da Câmara dos Deputados para cada um destes anos com as seguintes palavras-chave: **penal, penitenciário, penitenciária, prisão, prisional, cadeia, presídio, preso, presa, condenado, condenada, egresso, egressa e ressocialização**.

À medida que obtínhamos os resultados para tais pesquisas, preenchemos um formulário (Apêndice B), disponível na plataforma Google Forms, com o objetivo de descrever cada um dos marcos legais. Além de especificar suas datas de publicação, seus tipos e o nível (estadual ou federal) ao qual correspondiam, também indicamos seus status (alterados, revogados ou não), os assuntos que mencionavam, os estabelecimentos penais dos quais tratavam e as principais mudanças que promoviam. Desta forma, **reunimos informações sobre 1565 normas relacionadas ao sistema penitenciário**, cujos propósitos variavam consideravelmente.

Neste banco de dados, incluímos marcos legais que se voltavam à criação de novas unidades, à mudança de nome de prisões já existentes, à nomeação de escolas dentro de estabelecimentos penais, à alteração em estruturas de secretarias e ministérios, a repasses orçamentários, à regulação de profissões relacionadas ao sistema, a mudanças no Código Penal, a acordos e tratados internacionais, à política de combate ao tráfico de drogas, dentre outras. Tal escolha se deveu à compreensão de que era **importante não apenas sistematizar as leis e os decretos que alteraram a forma por meio da qual o sistema prisional era gerido, mas também**



aqueles que contribuíram para seu próprio inchaço, fenômeno essencial para o entendimento do período analisado.

Atas das reuniões do Colegiado Integrado de Defesa Social

Instituído pela Lei Delegada Estadual nº 56, no dia 02 de janeiro de 2003, o **Colegiado Integrado de Defesa Social** era uma instância decisória do governo de Minas Gerais, cujo principal objetivo era **promover a integração entre os diferentes órgãos que faziam parte do Sistema Estadual de Defesa Social**. Para alcançá-lo, através de reuniões periódicas, o Colegiado estabelecia metas, traçava estratégias para cumprí-las, avaliava e monitorava seus programas, estabelecia grupos de trabalho para tratar de temáticas específicas, etc. Destas atividades, participavam os seguintes atores:

o Secretário de Estado de Defesa Social, que o presidia; Secretário Adjunto de Defesa Social; Subsecretário de Integração de Defesa Social; Subsecretário de Administração Penitenciária e do Socioeducativo; Comandante-Geral da Polícia Militar; Chefe da Polícia Civil; Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar e Defensor Público Geral, e representantes da política de prevenção à criminalidade (LOPES, 2023, p. 90)

Posto isto, as atas das reuniões realizadas por esse Colegiado e frequentada por esses e outros atores constituem um registro privilegiado dos esforços conjuntos que empreenderam para a gestão do Sistema de Defesa Social e também de seus componentes, dentre os quais figurava o sistema prisional. Por este motivo, neste trabalho, dedicamo-nos à análise das atas de reuniões do Colegiado Integrado de Defesa Social nas quais eram relatadas questões relativas às prisões mineiras.

O acesso a tais documentos se deu através de coletas realizadas por Pereira (2018) e Lopes (2023). Durante a realização do primeiro estudo, Pereira (2018) reuniu 358 atas, as quais relatavam os encontros do Colegiado feitos entre 2 de julho de 2004 e 19 de dezembro de 2017. Lopes (2023), por sua vez, coletou outras 47 atas. Assim, encontramos os registros de 407 do total de 417 reuniões realizadas ao longo dos treze anos de existência do Colegiado Integrado de Defesa Social. Dentre as atas acessadas, **apenas 215 abordaram temas relativos ao sistema prisional**. Este foi, portanto, o tamanho da amostra analisada.



A Tabela 1 contém a distribuição da nossa amostra segundo o ano em que as reuniões documentadas foram realizadas. Como é possível observar a partir de sua leitura, os anos de 2005 e 2006 apresentaram as maiores quantidades de encontros do Colegiado de Defesa Social nos quais o sistema prisional esteve em debate, 35 e 31 reuniões respectivamente. Em contrapartida, nos anos de 2013 e 2014, este tema foi discutido em apenas 5 e 2 reuniões, nesta ordem.

Tabela 1. Quantidade de atas analisadas de acordo com o ano das reuniões

Ano	Quantidade total de atas	Quantidade de atas analisadas
2004	7	7
2005	37	35
2006	39	31
2007	40	18
2008	38	16
2009	45	18
2010	47	23
2011	44	22
2012	35	8
2013	15	5
2014	2	2
2015	18	14
2016	17	7
2017	13	9

Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

Para analisar este material, preenchemos formulários na plataforma Google Forms, os quais tinham por objetivo catalogar quais pautas sobre o sistema prisional mineiro foram previstas para cada uma das reuniões do colegiado, aquelas que, efetivamente, haviam sido discutidas, os problemas que foram abordados, os encaminhamentos que lhes foram dados, os atores que estiveram presentes e seus respectivos vínculos institucionais. A versão completa do formulário está disponível para consulta no Apêndice C.

Audiências Públicas e Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI)

Nesta pesquisa, nos valemos de arquivos das Audiências Públicas, realizadas pela **Comissão de Segurança Pública** (CSP) e pela **Comissão de Direitos Humanos**



(CDH) da **Assembleia Legislativa de Minas Gerais**¹ (ALMG), e também de **Comissões Parlamentares de Inquérito** (CPI) desta mesma casa durante o período de 1979 a 2019. Para encontrá-los, usamos duas estratégias distintas. A primeira delas consistiu em consultar quais eram os documentos guardados pela Gerência de Informação e Documentação da ALMG, enquanto a segunda se resumiu a buscar aqueles que estavam disponíveis em seu site oficial.

A seguir, descrevemos detalhadamente tanto suas características quanto as análises feitas a partir dos tipos de registro anteriormente mencionados.

Audiências Públicas

Para que pudéssemos consultar os arquivos relativos às Audiências Públicas promovidas pelas Comissões de Segurança Pública e Direitos Humanos da ALMG, entramos em contato com a Gerência de Informação e Documentação da mesma instituição. Neste primeiro momento, apenas solicitamos as seguintes informações: as datas nas quais foram realizadas, suas ementas e os nomes dos autores de seus requerimentos. Desta maneira, observamos que estas reuniões não foram realizadas antes de 1998 e também identificamos aquelas cujas principais temáticas foram questões relacionadas ao sistema prisional.

Uma vez selecionadas as audiências públicas que seriam do interesse desta pesquisa, também consultamos suas atas, listas de presença e notícias da assessoria de imprensa da ALMG sobre as discussões que, nelas, haviam sido feitas, todos eles disponíveis no site oficial da casa legislativa. Posteriormente, criamos um banco de dados compilando e analisando todas estas informações.

¹ Como fora observado por Martino (2020, p. 2), estas Comissões Permanentes "nem sempre tiveram esses nomes. Entre 1971 e 1990, a primeira [Comissão de Segurança Pública] foi chamada de Comissão de Defesa Social. A segunda [Comissão de Direitos Humanos], por sua vez, foi a Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais entre 1990, ano da sua fundação, em 1997." Assim como a autora, neste relatório, utilizamos seus nomes mais recentes para nos referirmos a elas.



Relatórios das Audiências Públicas

Relatórios da Comissão de Direitos Humanos

1997 - 2019

Belo Horizonte - MG | Assembleia Legislativa de Minas Gerais – ALMG

ALMG	Sistema de Reunião de Comissão	12/03/2019 10:57:33
RC055	Relatório de Reuniões de Comissão	
Relatório de reunião cadastrada de audiência pública da Comissão de Direitos Humanos		
Direitos Humanos		
Dia: 15/03/2019 Horário: 09:30 Tipo: Extraordinária - Audiência Pública Número: 2 Local: Auditório		
Finalidade: Debater o fechamento de localidades e agências utilizadas pelos eletricistas da Cemig como postos de trabalho quando são deslocados para realizar reparos e manutenção em redes elétricas nos municípios do interior do estado.		
Autor do requerimento: Dep. Beatriz Cerqueira		
Direitos Humanos		
Dia: 13/12/2018 Horário: 10:00 Tipo: Extraordinária - Audiência Pública Número: 28 Local: Auditório		
Horário de inicio: 10:15 Data de término: 13/12/2018 Horário de término: 12:07		
Finalidade: Debater as condições indignas de trabalho dos motoristas de ônibus devido à retirada dos cobradores e o risco que esse fato representa para a população usuária do transporte público.		
Autor do requerimento: Dep. Cristiano Silveira		
Reunião realizada com as seguintes presenças:		
Francisco de Assis Maciel Ouvidor - Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais - DER/MG Presidente da Associação dos Usuários de Transporte Coletivo de Belo Horizonte		
Jaderis Araújo Oliveira Presidente da Associação dos Trabalhadores em Transporte Coletivo e Suplementar de BH e Região		
Cleislane Olímpio da Silva Líder do Movimento Sem Cobrador Não Dá		
Nelson Pereira Ramos (outras presenças) Presidente da Associação dos Moradores do Recanto do Galo		
Direitos Humanos		
Dia: 10/12/2018 Horário: 15:00 Tipo: Extraordinária - Audiência Pública Número: 27 Local: Auditório		
Horário de inicio: 15:13 Data de término: 10/12/2018 Horário de término: 18:00		
Finalidade: Debater os 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e a situação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, considerado preso político pela Fundação Internacional dos Direitos Humanos.		
Autor do requerimento: Dep. Rogério Correia		
Reunião realizada com as seguintes presenças:		
William dos Santos Presidente - Comissão de Direitos Humanos - Ordem dos Advogados do Brasil Seção Minas Gerais - OAB-MG		
Nilmário Miranda Ex-Secretário de Estado de Direitos Humanos		
Jairo Nogueira Filho Diretor - Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores na Indústria Energética de Minas Gerais - Sindieletrô/MG Secretário-Geral - Central Única dos Trabalhadores - CUT-MG		

Fonte: Documentos coletados pela pesquisa, 2019 a 2023.



2002 - 2019

Relatórios da Comissão de Segurança Pública

Belo Horizonte - MG | Assembleia Legislativa de Minas Gerais – ALMG

ALMG	Sistema de Reunião de Comissão	12/03/2019 11:00:23
RC055		
Relatório de Reuniões de Comissão		
Relatório de reunião cadastrada de audiência pública da Comissão de Segurança Pública		
Segurança Pública		
Dia: 12/03/2019 Horário: 10:00 Tipo: Ordinária - Audiência Pública Número: 3 Local: Plenário I		
Horário de inicio: 10:06 Data de término: 12/03/2019 Horário de término: 14:06		
Finalidade: Dar continuidade aos debates acerca da tragédia criminosa acontecida no Município de Brumadinho, resultante do rompimento de uma das barragens da Mina Córrego do Feijão.		
Autores do requerimento:		
Dep. Sargento Rodrigues Dep. Delegado Heli Grilo Dep. Léo Portela Dep. João Lelé Dep. Bruno Engler		
Reunião realizada com as seguintes presenças:		
Wagner Pinto de Souza Chefe - Polícia Civil de Minas Gerais - PCMG		
Bruno Tasca Cabral Chefe do Departamento Estadual de Investigação de Crimes Contra Meio Ambiente		
Dári Luiz da Rocha Lopes Diretor - Instituto de Criminalística		
Thales Bittencourt de Barcelos Superintendente Médico-legista - Instituto Médico-Legal - IML		
Carlos Eduardo Palhares Perito criminal federal		
Leticia Baptista Gamboge Reis Diretora do Instituto de Identificação da Polícia Civil		
Ricardo Osvaldo de Souza Coordenador - Instituto de Criminalística		
Heuber Dornas Pereira Chefe das Perícias - Instituto de Criminalística		
Eduardo Vieira Figueiredo Delegado - Polícia Civil de Minas Gerais - PCMG		
Luiz Otávio Braga Paulon Delegado - Polícia Civil de Minas Gerais - PCMG		
Elson da Silva Santos Júnior Prefeito - Prefeitura Municipal de Mário Campos		
Cláudio Ferreira dos Anjos Presidente - Câmara Municipal de Mário Campos		
Reginaldo Ferreira Gonçalves Vereador - Câmara Municipal de Mário Campos		

Fonte: Documentos coletados pela pesquisa, 2019 a 2023.



Comissões Parlamentares de Inquérito

Ao longo das décadas de 1980 e 1990, ocorreram cinco CPIs sobre o sistema prisional na ALMG. Em 1983, foram realizadas as CPIs do Presídio de Santa Terezinha e da Penitenciária Agrícola de Neves. Passados dois anos, em 1985, aconteceram as CPIs da Delegacia de Furtos e Roubos e da Penitenciária de Segurança Máxima Nelson Hungria. Por fim, em 1997, houve a CPI do Sistema Carcerário.

As três primeiras CPIs foram aquelas para as quais encontramos documentos não apenas digitalizados, mas também indexados no site da ALMG. Dentre eles, destacamos as transcrições dos depoimentos concedidos nestas arenas, cartas de pessoas privadas de liberdade que viviam naquelas unidades, notícias de jornais e também seus relatórios finais. Na análise das CPIs do Presídio de Santa Terezinha, da Penitenciária Agrícola de Neves e da Delegacia de Furtos e Roubos, consideramos, portanto, todos estes tipos de arquivos. Para a CPI da Penitenciária de Segurança Máxima Nelson Hungria, apenas localizamos seu requerimento de instalação e, por este motivo, a desconsideramos nas nossas investigações.

Martino (2020, p. 2020) destaca que todos esses “documentos eram físicos e foram disponibilizados para manuseio na biblioteca da ALMG”. Considerando que ainda não haviam sido digitalizados nem indexados, não podemos afirmar que os arquivos aos quais acessamos são os únicos existentes no acervo desta casa.

Ao procurarmos registros da CPI do Sistema Carcerário de 1997, descobrimos que estes também não estavam indexados. Sendo assim, para esta CPI, baseamos nossa análise apenas em seu relatório final. Este contém descrições detalhadas das situações nas quais se encontrava cada uma das unidades visitadas e também os depoimentos prestados durante sua realização (MARTINO, 2020).

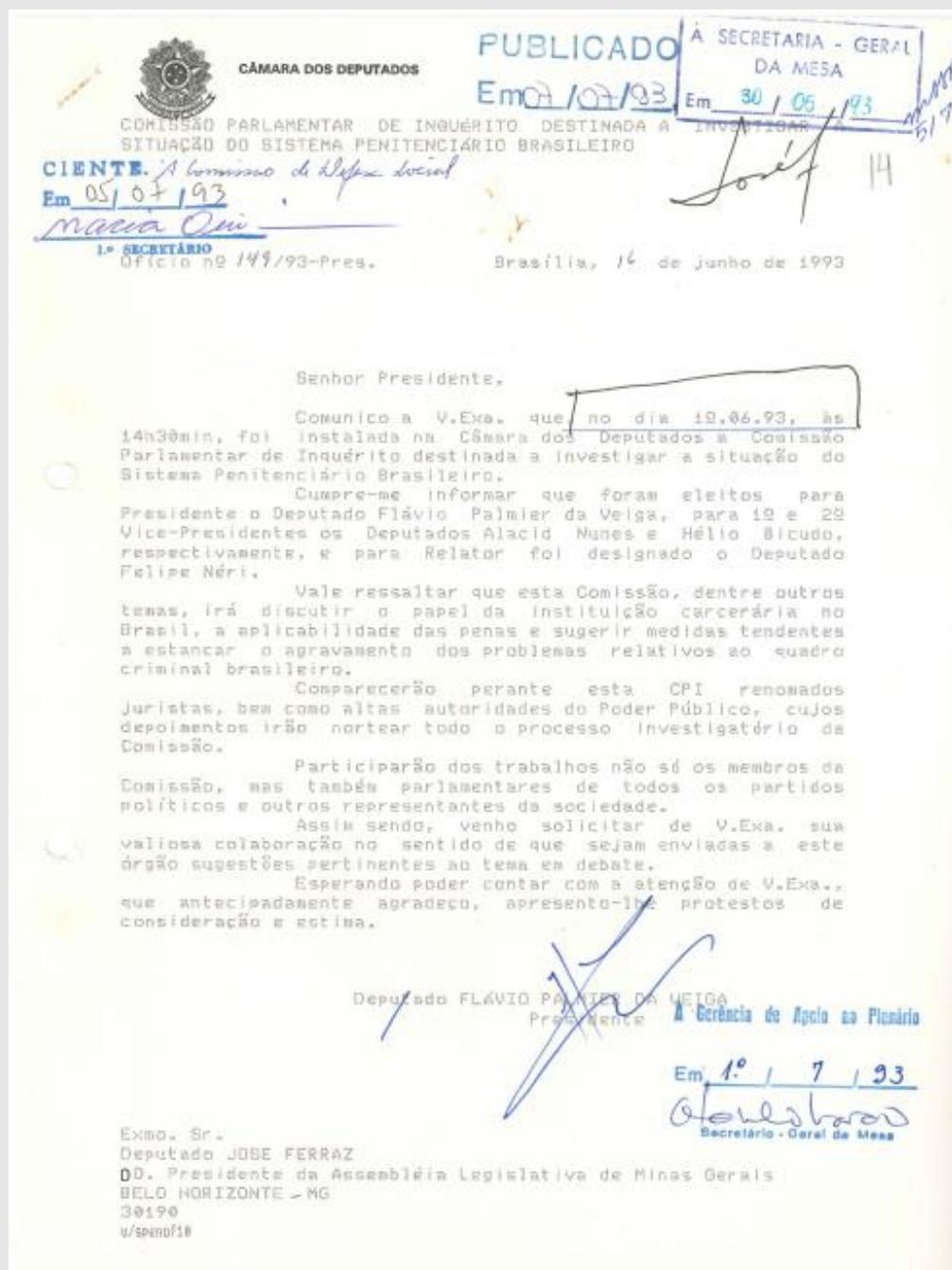
Também cabe observar que também analisamos registros daquela feita na **Câmara dos Deputados** sobre o sistema carcerário brasileiro como um todo, em 2009. Tais documentos, por sua vez, se limitaram àqueles que estavam disponíveis online em seu site oficial. Ao analisá-los, mantivemos nosso foco naquilo que dizia respeito ao contexto mineiro.

1993



Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a Situação do Sistema Penitenciário Brasileiro

Brasília - DF | Câmara dos Deputados



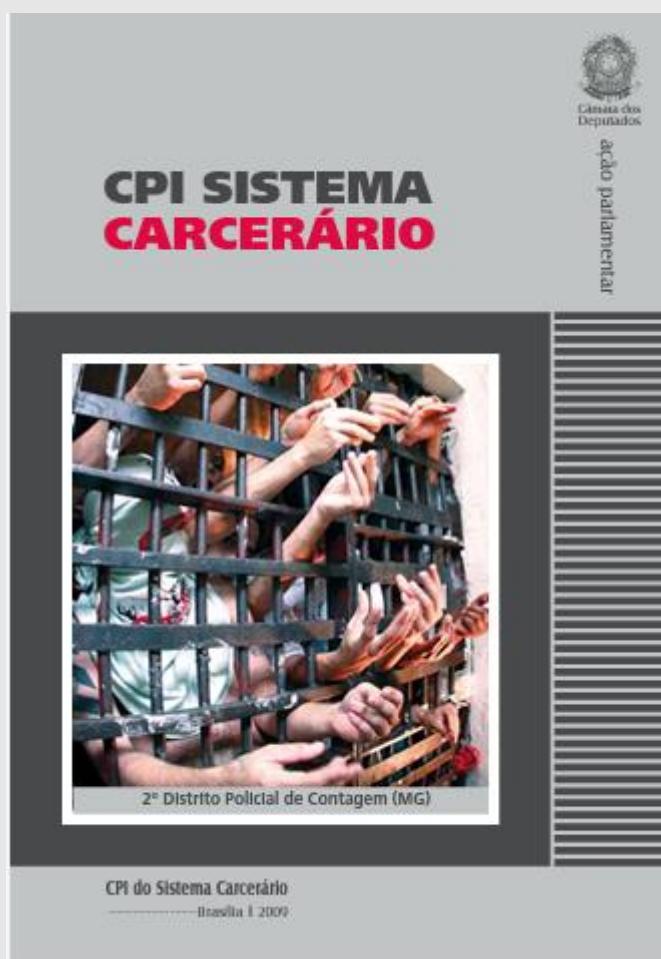
Fonte: Documentos coletados pela pesquisa, 2019 a 2023.



2009

Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Carcerário

Brasília – DF | Câmara dos Deputados



Fonte: Documentos coletados pela pesquisa, 2019 a 2023.



Arena Estadual

CPI do Presídio Santa Terezinha

1983

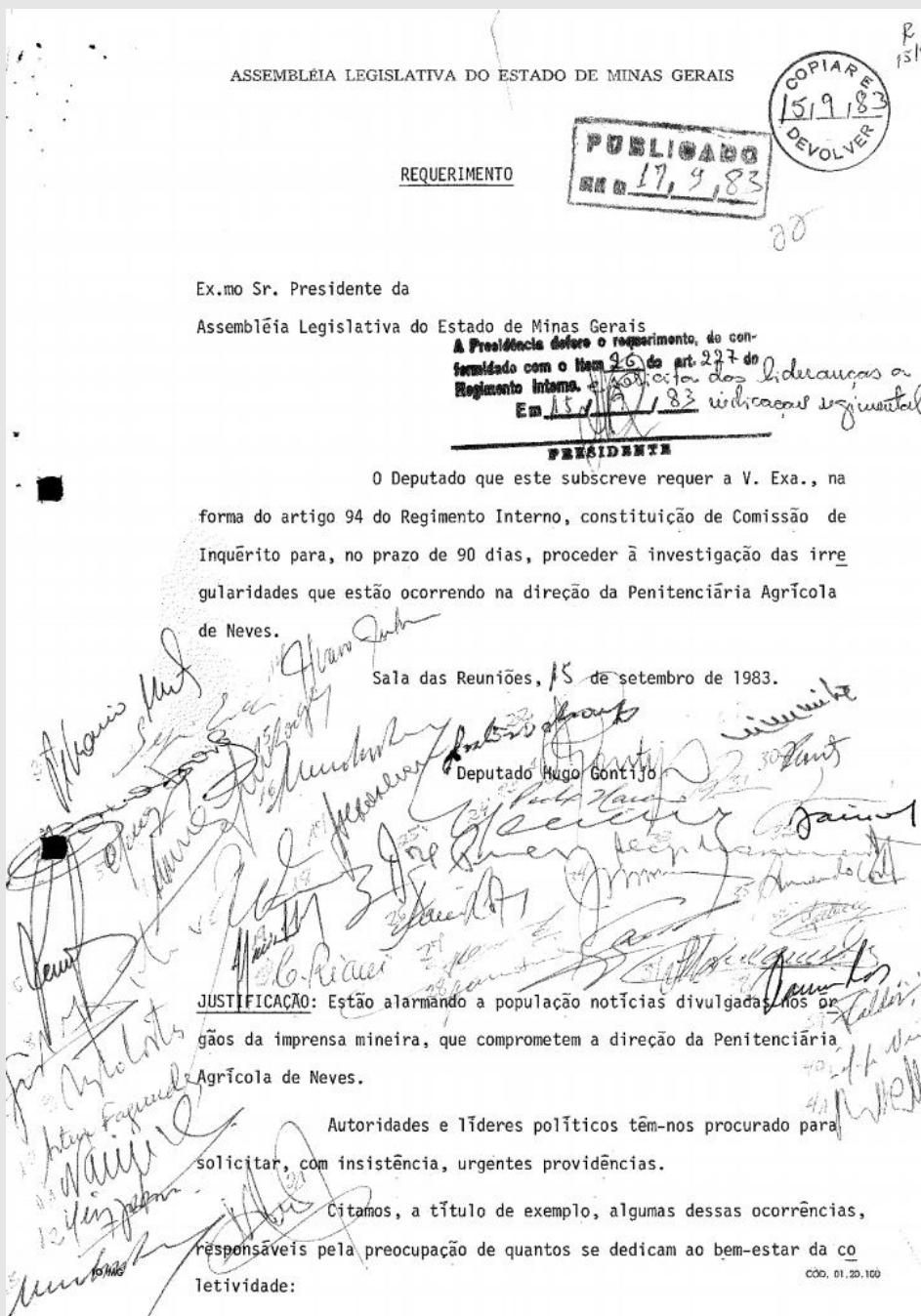
Belo Horizonte - MG | Assembleia Legislativa de Minas Gerais – ALMG

Fonte: Documentos coletados pela pesquisa, 2019 a 2023.



CPI da Penitenciária Agrícola de Neves

1983 Belo Horizonte - MG | Assembleia Legislativa de Minas Gerais – ALMG



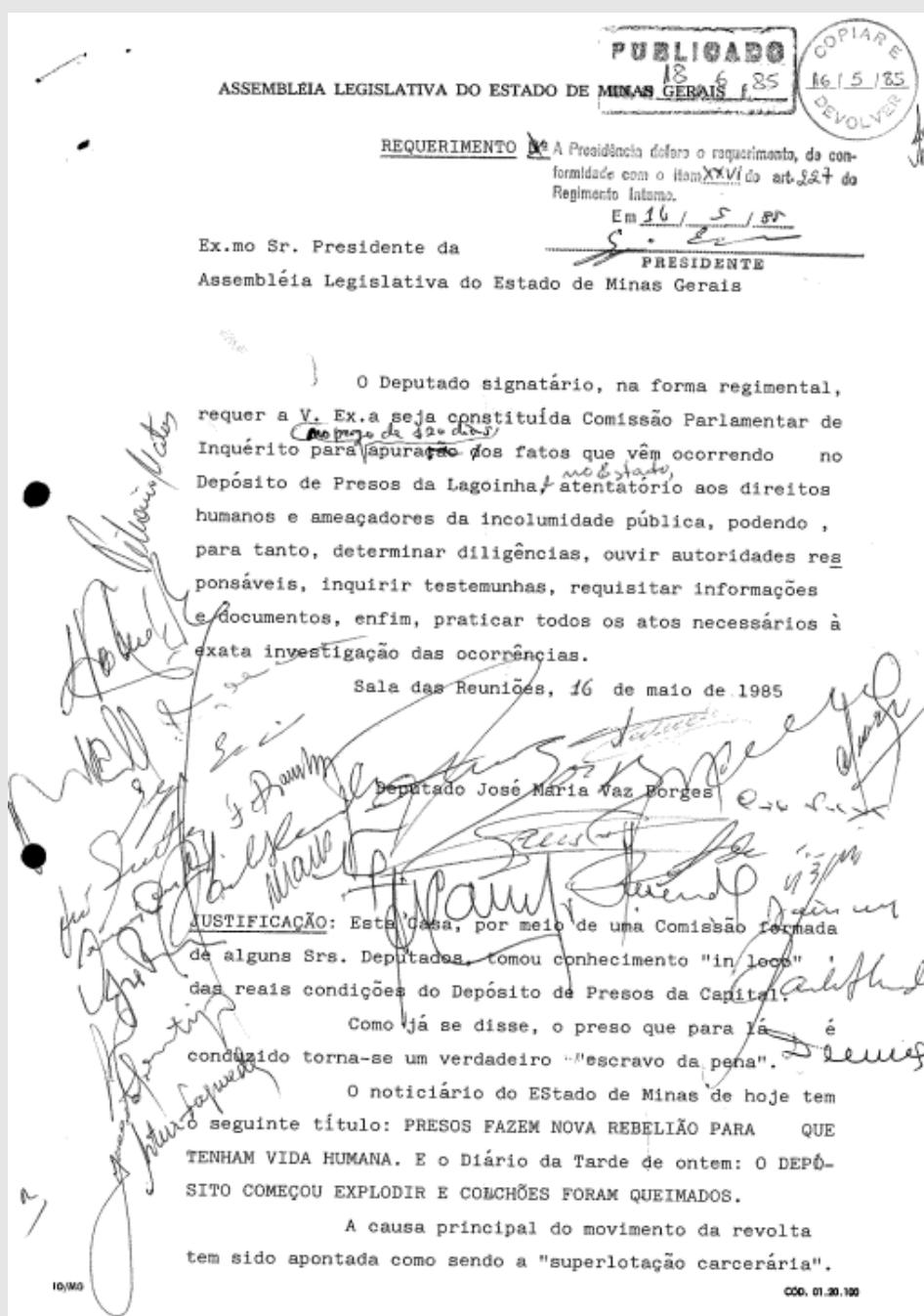
Fonte: Documentos coletados pela pesquisa, 2019 a 2023.



1985

CPI do Depósito de Presos da Lagoinha

Belo Horizonte - MG | Assembleia Legislativa de Minas Gerais – ALMG



Fonte: Documentos coletados pela pesquisa, 2019 a 2023.



1986

CPI da Penitenciária de Segurança Máxima de Contagem

Belo Horizonte - MG | Assembleia Legislativa de Minas Gerais – ALMG

<p><u>COMISSÃO DE INQUÉRITO</u></p> <p><u>COMISSÃO DE SINDICÂNCIA</u></p> <p><u>COMISSÃO DE INQUÉRITO PARA, NO PRAZO DE 60 DIAS, APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NA LICITAÇÃO DESTINADA À CONSTRUÇÃO DA PENITENCIÁRIA DE SEGURANÇA MÁXIMA DE CONTAGEM, BEM COMO NA CONTRATAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS PELA SECRETARIA DE ESTADO DO INTERIOR E JUSTIÇA, SEM CONCURSO PÚBLICO.</u></p> <p><u>a requerimento do Sr. Deputado SAMIR TANNUS</u> <u>deferido na Reunião Ordinária do dia 11 / 03 /1986 :</u></p> <p><u>PELO PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO:</u></p> <p><u>Efetivos:</u> <u>Suplentes:</u> <u>Paulo Aluado</u> <u>José Geraldo Ribeiro</u> <u>Silviano Mithu - R</u> <u>Mário Góes</u> <u>José da Cunha</u> <u>Jair Magalhães Moreira</u> <u>Fábio Viana</u> <u>Líder do PMDB</u></p> <p><u>PELO PARTIDO DA FRENTE LIBERAL:</u></p> <p><u>Efetivo:</u> <u>Suplente:</u> <u>Milton Soárez</u> <u>Rebeca Usciemper</u> <u>Domingos</u> <u>Líder do PFL</u></p> <p><u>PELO PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL:</u></p> <p><u>Efetivo:</u> <u>Suplente:</u> <u>Samir Tannus</u> <u>Paulo Freixo</u> <u>Horácio Lacteo</u> <u>Aluízio Alves</u> <u>Líder do PDS</u></p> <p><u>NOMEADA. À Diretoria das Comissões.</u></p> <p><u>Em 20 / 3 / 1986</u> <u>[Signature]</u> <u>Presidente</u></p>	<p style="margin-top: 100px;">P</p>
---	-------------------------------------

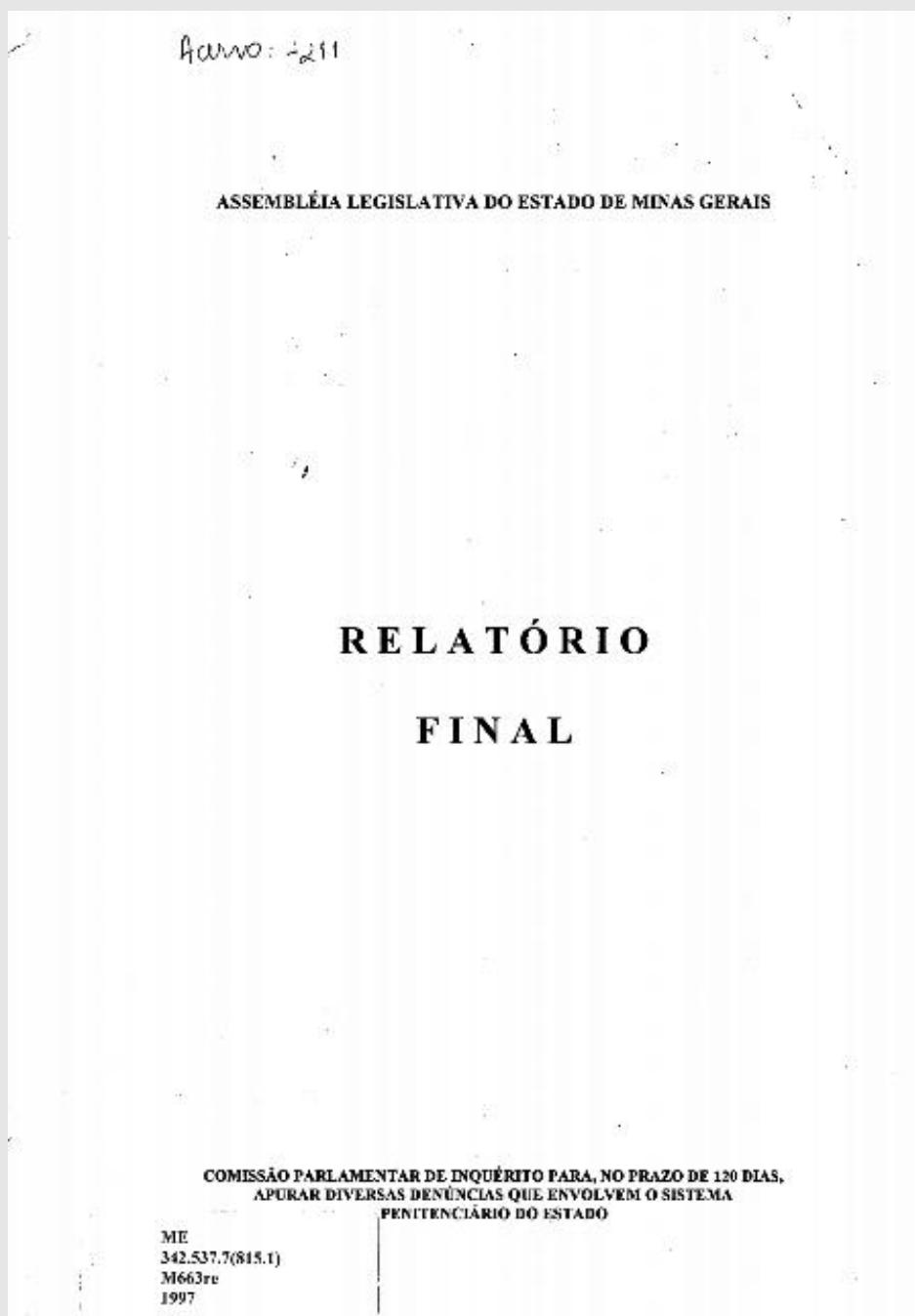
Fonte: Documentos coletados pela pesquisa, 2019 a 2023.



1997

CPI do Cárcere

Belo Horizonte - MG | Assembleia Legislativa de Minas Gerais – ALMG



Fonte: Documentos coletados pela pesquisa, 2019 a 2023.



Entrevistas com stakeholders

Após coletarmos e analisarmos as notícias de jornais sobre o sistema prisional mineiro, assim como os relatórios sobre as Audiências Públicas e as CPIs realizadas no âmbito da ALMG, nos esforçamos no sentido de identificar as pessoas que eram citadas nestas fontes e também as frequências com as quais eram mencionadas. Este exercício foi fundamental para determinarmos aquelas cujas atuações foram proeminentes durante o período de 1979 a 2019 e, portanto, deveríamos entrevistar.

Uma vez feito este esforço, procuramos informações sobre estas pessoas que estivessem disponíveis na *internet*. Tais pesquisas tinham dois objetivos principais: verificar se ainda estavam vivas e, caso o estivessem, encontrar meios de contato para convidá-las para nossas entrevistas. Isto foi possível, principalmente, para os nossos interlocutores que ocupavam cargos públicos e aqueles que atuavam como advogados em escritórios particulares. À medida que os entrevistavámos, eles tanto nos passavam os contatos de stakeholders que já havíamos identificado quanto nos indicavam outras pessoas que consideravam importantes para a compreensão do sistema prisional mineiro.

Considerando o amplo escopo desta pesquisa, não limitamos a escolha das pessoas a serem entrevistadas a nenhum outro critério além do período de atuação no sistema prisional. Assim, conseguimos entrevistar, pelo menos, um ator com cada um dos vínculos institucionais descritos na Tabela 2. Ao todo, realizamos entrevistas semiestruturadas com 25 interlocutores no período de junho de 2022 a fevereiro de 2023. Também cabe observar que apenas atingimos o ponto de saturação para o grupo dos gestores, isto é, para os entrevistados que participaram do alto escalão do poder executivo estadual de Minas Gerais, ocupando cargos de administração do sistema prisional.



Tabela 2. Distribuição dos entrevistados de acordo com seus principais vínculos institucionais com o sistema prisional

Vínculo institucional com o sistema prisional	Quantidade de entrevistados
Gestores	9
Deputados estaduais	4
Promotores de Justiça	2
Juízes	1
Advogados e defensores públicos	2
Membros da sociedade civil organizada	2
Policiais civis	1
Agentes penitenciários e diretores de estabelecimentos penais	2
Servidores prisionais	2
Total	25

Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

Dados os distintos vínculos institucionais destes atores e, consequentemente, a diversidade das suas experiências, elaboramos roteiros com perguntas específicas para cada um dos grupos aos quais pertenciam, os quais se encontram disponíveis para leitura no Apêndice D do presente relatório. Caso os atores apresentassem dois ou mais vínculos com o sistema prisional mineiro ao longo do período investigado, tentávamos dar prioridade àquele que fosse mais duradouro. No entanto, isto não significava que não podíamos questioná-los a respeito das suas outras experiências. Esta é, justamente, a principal vantagem das entrevistas semiestruturadas: embora os entrevistadores usem perguntas pré-estabelecidas à sua disposição, eles também gozam de total liberdade para fazer questionamentos não previstos no roteiro.

Ainda no que se refere à realização das entrevistas, cabe observar que elas foram realizadas tanto presencialmente em Belo Horizonte quanto remotamente, a depender da preferência, da disponibilidade de nossos interlocutores e também da cidade onde moravam. Obrigatoriamente, eram realizadas por dois pesquisadores, sendo que as tarefas eram divididas por eles da seguinte forma: enquanto um era responsável por fazer as perguntas, o outro deveria anotar e produzir o relatório da



entrevista. Caso nossos interlocutores consentissem com a gravação de suas falas, um terceiro pesquisador se encarregava de transcrevê-las. Adotamos tal estratégia para diminuir possíveis erros nas transcrições.

Após finalizá-las, analisamos o conteúdo das entrevistas. Tal análise se deu a partir de um conjunto de categorias fundamentadas não apenas na literatura sobre prisões e na Sociologia das Organizações, mas também nas nossas diversas fontes e bases de dados.

Orçamento Público

Esta frente de investigação sobre o orçamento público teve como propósito a **análise das despesas realizadas no âmbito da Política Penitenciária de Minas Gerais, entre os anos de 1979 e 2019**. Para tanto, foi necessário identificar os programas e ações definidos para a área com base na legislação orçamentária. De antemão, verificamos que os dados de execução financeira só estavam disponíveis a partir do ano de 2003², o que comprometeu o recorte temporal da análise.

Feita essa ressalva, o primeiro passo em direção à construção do banco de dados de execução orçamentária foi a leitura do **Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado - PMDI**³, o qual está relacionado à dimensão estratégica do orçamento, com definições mais gerais a respeito de objetivos sem, propriamente, definições orçamentárias.

A revisão dos PMDIs publicados entre 2003 e 2019 possibilitou que fossem identificados os setores de governo, a partir das Áreas Temáticas Finalísticas, em que estabeleceram-se estratégias para o sistema prisional. **Para esse período, a política prisional e as propostas diretamente relacionadas a sua manutenção estiveram limitadas ao setor de segurança pública ou área similar, as quais estão devidamente listadas a seguir.**

² Os dados de execução orçamentária são disponibilizados no Portal da Transparência de Minas Gerais (MINAS GERAIS, s.d.b)

³ Esta lei é uma inovação em relação ao sistema orçamentário previsto pela Constituição Federal (BRASIL, [1988] 2019).



Quadro 1. Planos Mineiros de Desenvolvimento Integrado - PMDI (2003 - 2019)

Lei	Governador - Mandato ⁴	Setor de Governo
Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado - PMDI 2000 - 2003	Itamar Franco (01/01/1999 à 01/01/2003)	Defesa Social
Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado - PMDI 2003 - 2020	Aécio Neves (01/01/2003 à 01/01/2007)	Melhoria da Segurança Pública
Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado - PMDI 2007 - 2023	Aécio Neves (01/01/2007 à 01/01/2011)	Defesa Social
Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado - PMDI 2011 - 2030	Antônio Anastasia (01/01/2011 à 01/01/2015)	Rede de Defesa e Segurança
Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado - PMDI 2016 - 2027	Fernando Pimentel (01/01/2015 à 01/01/2019)	Segurança Pública e Defesa Social
Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado - PMDI 2019 - 2030	Romeu Zema (01/01/2019 à 01/01/2023)	Segurança Pública

Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

O segundo passo foi a leitura do **Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG**, o qual diz respeito à dimensão operacional do orçamento público. Esta lei é a formulação primária de programas e ações que traduzem toda a gama de conceitos do PMDI, estabelecendo financeiramente as metas para cada um deles. O PPAG é elaborado pelo Poder Executivo e passa pela ALMG no primeiro ano de mandato do governador. Por ter uma vigência de quatro anos, ele vigora até o primeiro ano do mandato do governador sucessor, o que guarda uma intenção de fazer perdurar a continuidade das políticas públicas para além dos mandatos políticos.

Quanto à estrutura geral desta lei, o elemento central do PPAG é o programa, os quais estão agregados nas Áreas Temáticas Finalísticas (as mesmas definidas no PMDI). Para cada programa, podem existir uma ou mais ações. As ações espelham os objetivos dos programas e, além disso, definem com maiores detalhes quais

⁴ Estes documentos estão listados conforme os volumes disponibilizados no site da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais (MINAS GERAIS, s.d.)



recursos gerenciais, administrativos, materiais e humanos envolvem aquela despesa governamental. Cada programa também tem como responsável uma unidade orçamentária, isto é, um órgão ou agência estatal ou governamental encarregado de gerenciar e coordenar as ações e executá-las de acordo com as suas proposições. É importante sinalizar que nenhuma despesa pode ultrapassar as metas financeiras dispostas no PPAG quando ela passa por aprovação no plenário da ALMG.

Neste sentido, os primeiros esforços foram voltados ao mapeamento dos programas da segurança pública e, concomitantemente, aqueles voltados especificamente ao sistema penitenciário. O resultado alcançado a partir disso está indicado na Tabela 3.

Tabela 3. Número de programas do setor de Segurança Pública e número de programas referentes ao sistema prisional indicados nos PPAGs (2003 - 2019)⁵

Volume consultado do PPAG	Número total de programas do setor de Segurança Pública ou área similar	Número de programas que tratam especificamente da Política Penitenciária
PPAG 2000 - 2003 Volume único - Uma estratégia para o Desenvolvimento Sustentável	18	3
PPAG 2004 - 2007	25	3
Volume I PPAG 2005 (Revisão)	22	3
Volume único PPAG 2006 (Revisão)	23	3
Volume único PPAG 2007 (Revisão)	21	3
Volume único PPAG 2008 - 2011	15	4
Volume I - Programas e ações por Áreas de Resultado PPAG 2009 (Revisão)	15	4
Volume I - Programas e ações por Áreas de Resultado PPAG 2010 (Revisão)	15	4
Volume I - Programas e ações por Áreas de Resultado PPAG 2011 (Revisão)	15	4
Volume I - Programas e ações por Áreas de Resultado	18	4

⁵ Os nomes de cada um dos programas estão indicados na seção de anexos deste relatório.



Volume consultado do PPAG	Número total de programas do setor de Segurança Pública ou área similar	Número de programas que tratam especificamente da Política Penitenciária
PPAG 2012 - 2015		
Volume I - Programas e ações por Rede de Desenvolvimento Integrado PPAG 2013 (Revisão)	17	4
Volume I - Programas e ações por Rede de Desenvolvimento Integrado PPAG 2014 (Revisão)	17	4
Volume I - Programas e ações por Rede de Desenvolvimento Integrado PPAG 2015 (Revisão)	17	4
Volume I - Programas e ações por Rede de Desenvolvimento Integrado PPAG 2016 à 2019	17	4
Volume III - Programas por eixos PPAG 2017 (Revisão)	20	2
Volume III - Programas por eixos PPAG 2018 (Revisão)	18	2
Volume III - Programas por eixos PPAG 2019 (Revisão)	18	2
Volume III - Programas por eixos	17	2
Total	313	57

Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

Com o guia de programas elaborado e considerando que as denominações atribuídas aos programas no PPAG são as mesmas denominações que aparecem em todas as fases do Orçamento Público, bastava que fosse acessada a base do governo do Estado de Minas Gerais para coleta dos dados referentes a execução orçamentária para cada programa em cada ano do período entre 2003 e 2019.

A base estava disponível no site do Portal da Transparência de Minas Gerais⁶ sob gerenciamento da Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais - CGE/MG. No campo de pesquisas referentes às "Despesas" e optando por "Pesquisa avançada", era possível fazer a consulta da execução orçamentária com limite temporal de apenas um ano, o que não foi limitante pois o guia de programas também estava estruturado em programas por ano. A página de pesquisa ainda permitia que fossem buscados dados de execução orçamentária pelo critério

⁶ Disponível em: <https://www.transparencia.mg.gov.br/>. Acesso em 30 de junho de 2021.



"Programa", isto é, extraídos através do nome de cada programa. Assim, **para cada ano, de 2003 a 2019, foram pesquisados, inicialmente, os dados de execução orçamentária para todos os programas do setor de Segurança Pública com os seguintes identificadores: "Nome do Programa" e "Órgão" (Unidade orçamentária responsável).** O resultado da busca foi, para cada ano, uma tabela com cinco colunas ao total, sendo: Nome do Programa, Órgão, Valor Empenhado, Valor Liquidado e Valor Pago.

A extração do resultado gerou um documento em excel, que foi importado para o software SPSS e, na medida que eram extraídas as execuções orçamentárias para cada programa por ano, as tabelas eram adicionadas à base em construção. Interessa indicar que as pesquisas não geraram resultados com a execução orçamentária para todos os programas mapeados através dos PPAGs. Isto quer dizer que alguns programas não retornaram valores.

Uma primeira hipótese seria a de que o site consultado não tinha essas informações disponíveis ou, devido ao processo de contingenciamento pelos governos, poderia de fato não ter ocorrido qualquer execução orçamentária para determinados programas.

A Tabela 4 apresenta, assim, o número de programas encontrados na base de execução orçamentária do Portal da Transparência de Minas Gerais para o setor de Segurança Pública e os que tratavam especificamente da política penitenciária.

Tabela 4. Número de programas do setor de Segurança Pública e número de programas referentes à política penitenciária identificados na base de execução orçamentária do Portal da Transparência (2003 - 2019)

Ano	Número total de programas do setor da Segurança Pública ou similar	Número de programas que tratam especificamente da Política Penitenciária
2003 ⁷	5	2
2004	24	3
2005	19	3
2006	19	3

⁷ Para o ano de 2003, a extração da execução orçamentária teve outro procedimento. Isto porque, os programas indicados para o setor de Segurança Pública também agregam execuções orçamentárias em outros setores do governo. Foi testado o filtro apenas para as Secretarias de Segurança Pública e de Justiça e Direitos Humanos mas o resultado foi nulo, uma vez que, neste ano, o Governador em exercício, Aécio Neves, já havia extinto estas duas Secretarias de Estado e criado a Secretaria de Estado de Defesa Social. Deste modo, pesquisou-se pelos programas discriminados no PPAG 2000 - 2003 e filtrou-se o resultado para apenas as execuções no âmbito da Secretaria de Estado de Defesa Social - SEDS.



Ano	Número total de programas do setor da Segurança Pública ou similar	Número de programas que tratam especificamente da Política Penitenciária
2007	15	3
2008	15	4
2009	15	4
2010	15	4
2011	18	4
2012	17	4
2013	17	4
2014	17	4
2015	16	4
2016	19	2
2017	18	2
2018	18	2
2019	17	2
Total	284	54

Fonte: Elaborada pelos autores, 2023.

Verificamos, portanto, uma diferença de 29 programas entre o total de programas de segurança pública mapeados através dos PPAGs (313) e o total de programas encontrados e extraídos da base de execução orçamentária disponível no Portal da Transparência de Minas Gerais (284), para todo o período de 2003 a 2019. Por outro lado, em relação aos programas específicos da política penitenciária, essa diferença foi de apenas 1 programa.

O procedimento seguinte foi a extração da execução orçamentária, desta vez, com mais identificadores, para os programas que tratavam especificamente da política penitenciária. A coleta foi similar àquela realizada para todos os programas do setor de segurança pública. No entanto, optamos por uma busca que resultasse em dados com o maior número de identificadores disponíveis. Isto quer dizer que, para cada ano, gerou-se uma tabela com 17 colunas, uma vez que o Portal da Transparência de Minas Gerais disponibiliza 17 tipos diferentes de identificadores. O Quadro 2 apresenta a relação destes indicadores e uma breve descrição do que eles significam.



Quadro 2. Relação dos identificadores do Portal da Transparência que estão disponíveis na pesquisa avançada da execução orçamentária

Identificador de execução orçamentária	Descrição
Ação	Nome da ação orçamentária em que foi classificada a despesa
Categoria econômica	A Categoria Econômica é uma classificação, tanto da receita quanto da despesa, que visa propiciar elementos para uma avaliação do efeito econômico das transações do setor público. Quanto à categoria econômica classificam as receitas orçamentárias em Receitas Correntes (código 1) e Receitas de Capital (código 2).
CPF/CNPJ dos favorecidos	A despesa, assim como a receita, é classificada em duas categorias econômicas, com os seguintes códigos: Despesas Correntes e Despesas de Capital.
Elemento de despesa	Desdobramento da despesa com pessoal, material, serviços, obras e outros meios de que se serve a administração pública para a consecução dos seus fins.
Favorecidos	Órgãos, Entidades, Empresas Privadas e Pessoas Físicas que receberam recursos públicos federais, independentemente da origem desses valores.
Fonte de recursos	Constituem-se de determinados agrupamentos de naturezas de receitas, atendendo a uma determinada regra de destinação legal, e servem para indicar como são financiadas as despesas orçamentárias.
Função	A função pode ser traduzida como o maior nível de agregação das diversas áreas de atuação do setor público. Reflete a competência institucional do órgão, como, por exemplo, cultura, educação, saúde, defesa, etc.
Grupo de despesa	Item da estrutura da classificação da despesa que indica em qual classe de gasto será realizada a despesa. É um agrregador de elemento de despesa com as mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme discriminado a seguir: 1 Pessoal e Encargos Sociais; 2 Juros e Encargos da Dívida; 3 Outras Despesas Correntes; 4 Investimentos; 5 Inversões financeiras; 6 Amortização da Dívida.
IPU	Identifica a origem e a utilização dos recursos. O identificador de procedência e uso (IPU) informa, dentre outros, se os recursos serão para livre utilização, se foram transferidos de outra unidade orçamentária, se objetivam oferecer contrapartida a convênios, acordos e ajustes, ou se voltam para o financiamento de inativos do FUNFIP.
Item de despesa	É o desdobramento suplementar dos elementos de despesa para atendimento das necessidades de escrituração contábil e controle da execução orçamentária.
Modalidade de aplicação	Informação gerencial que complementa a natureza da despesa com a finalidade de indicar se os recursos são aplicados diretamente por órgãos ou entidades no âmbito da mesma esfera de governo ou por outro ente da federação e suas respectivas entidades. Desse modo, objetiva, principalmente, possibilitar a eliminação da dupla contagem de recursos transferidos ou descentralizados.
Órgão	Entidade da administração direta, inclusive fundo ou órgão autônomo e da administração indireta a que o orçamento consigna dotações específicas para realização de seus programas de trabalho.
Programa	Instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual.
Subfunção	Representa uma partição da função, visando agregar determinado subconjunto de despesa do setor público.



Identificador de execução orçamentária	Descrição
Valor empenhado	Valor do orçamento reservado para fazer face a compromisso formalmente assumido com fornecedor ou credor.
Valor liquidado	Valor que o fornecedor ou credor tem direito a receber referente a produto ou serviço devidamente entregue.
Valor pago	Valor referente aos pagamentos efetuados através de movimentações bancárias, escriturais e apropriação contábil da despesa.

Fonte: Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais (s.d.b).

As tabelas para cada ano entre 2003 e 2019 também foram extraídas como documentos de excel do site do Portal da Transparência de Minas Gerais (s.d.b). Em seguida, elas foram importadas para o software SPSS para a construção da principal base de dados deste trabalho: a que se refere à execução orçamentária dos programas e ações da política penitenciária.

Cabe registrar que, nesta base, cada observação correspondia a um único item de despesa que, por sua vez, fazia referência a uma ação que era parte de um programa. No entanto, alguns programas que tratavam da política penitenciária possuíam ações referentes ao sistema socioeducativo, os quais foram excluídos da base na sua maior parte.⁸

Em síntese, foram construídas duas bases: a primeira continha dados referentes às despesas para todos os anos entre 2003 e 2019 para todos os programas da segurança pública; já a segunda, continha dados referentes às despesas para todos os anos entre 2003 e 2019 para todos os programas e ações exclusivas da política penitenciária.

Deflacionamento e cálculo geral

Antes de tratar do cálculo dos valores das bases construídas, propriamente ditos, **aplicamos o deflacionamento para as variáveis "valor empenhado", "valor liquidado" e "valor pago", tendo como referência o "deflator implícito do PIB" com ano base de 2020**. A escolha por este índice se deveu ao fato de que o seu cálculo abrange uma gama maior de setores da economia, como os preços implícitos da

⁸ Uma ressalva, no entanto, em relação a 99 observações, onde que não foi possível fazer uma distinção do gasto. Isto é, se ele foi realizado no âmbito do sistema prisional ou no âmbito do sistema socioeducativo. Entre eliminá-los da base ou mantê-los, optou-se pela última escolha.



administração pública, que não são considerados em outros índices como o Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI) e o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) disponibiliza, através da plataforma IPEADATA (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, s.d.), o deflator implícito do PIB considerando o ano de referência indicado durante a exportação dos dados. A partir daí, aplicou-se a fórmula de deflacionamento:

$$Valor\ real = \left(\frac{\text{Deflator implícito do PIB ano } i}{\text{Deflator implícito do PIB no ano de referência}} \right) * \text{Valor nominal no ano } i$$

Com isso, a partir da função *case summaries*⁹, calcula a soma total do valor pago para cada programa do setor da segurança pública, tendo ainda uma subdivisão do total pago referente aos programas exclusivamente referentes à política penitenciária.

Categorização

Considerando que para cada um dos gastos e investimentos com a política penitenciária havia identificação do item que justificou a execução orçamentária - o “item de despesa” -, nos esforçamos em categorizar tais itens em grupos a partir de uma “natureza” comum. Para tanto, fez-se necessário elaborar uma ordenação que racionalizasse os tipos de despesa da política penitenciária. Assim, seria possível presumir seu desenvolvimento e suas características fundamentais ou, ainda, alguns de seus aspectos descontinuados ao longo dos anos.

Inicialmente, nossa base de dados possuía 205 tipos diferentes de “itens de despesa”. Para elaborar novas categorias, nos baseamos tanto no que indicava o próprio item de despesa quanto nas suas vinculações a programas, ações e outros identificadores. Desta forma, criamos 7 grupos conforme apresenta o Quadro 3.

⁹ Resumidamente, esta função permite que sejam calculadas estatísticas com base em agrupamentos de uma ou mais variáveis.



A nova variável criada, denominada "Grupo categórico", fazia, portanto, referência a todo este processo de ordenamento e classificação das observações da base de dados. Com isso, a partir da função *case summaries*, calculamos a soma total do valor pago para cada um dos grupos categóricos em cada ano entre 2003 e 2019.

Quadro 3. Grupos categóricos da base "Execução orçamentária dos programas do Sistema Prisional (2003 - 2019)"

Grupo categórico	Descrição
1 - Assistência aos presos	Esta categoria abarca itens de despesa relacionados à promoção e manutenção de um serviço ou bem assistencial aos presos. Seja relacionado a assistência de saúde (médica, hospitalar, odontológica, etc), assistência educacional e profissional (formação escolar ou exercício de atividade laboral) e assistência terapêutica (atividades desportivas ou lúdicas).
2 - Comunicação	Este grupo abarca itens de despesa relacionados à comunicação e informatização do sistema prisional, seja no âmbito gerencial seja no âmbito dos estabelecimentos penais e carceragens. Os gastos e investimentos vão desde a aquisição de equipamentos à distribuição de materiais informativos dentro do sistema prisional.
3 - Funcionamento das unidades prisionais	Esta classe abarca itens de despesa relacionados à manutenção normal das atividades de custódia dentro dos estabelecimentos penais e carceragens. Por manutenção normal, entende-se aqueles gastos relacionados a tarifas de água, energia e esgoto, como aquelas referentes à locomoção de custodiados (transportes, veículos, combustível, etc), utensílios de refeitório e para alimentação, fornecimento de alimentação, utensílios de banheiro e itens de higiene, entre outros.
4 - Gastos com pessoal e encargos sociais	Esta categoria abarca itens de despesa relacionados com gastos e investimentos em mão-de-obra no âmbito do sistema prisional, como pagamento de salário de servidores efetivos ou contratados à pagamentos de tributos previdenciários e benefícios diretos e indiretos dos trabalhadores dos estabelecimentos penais e carceragens.
5 - Infraestrutura do sistema prisional	Este grupo abarca itens de despesa relacionados com gastos e investimentos em infraestrutura física do sistema prisional, como construção e reforma de unidades prisionais, aquisição de equipamentos e materiais para execução de obras e reparos prediais.



Grupo categórico	Descrição
6 - Gastos e investimentos em segurança	Esta classe abarca itens de despesa relacionados com gastos e investimentos para instrumentalização de vigilância e de força policial no âmbito do sistema prisional, como a compra de armas e equipamentos de proteção e de segurança, como serviços de implantação de câmeras e equipamentos de observação eletrônica, entre outros.
7 - Outros	Esta categoria abarca os itens de despesa que não se enquadram nas descrições dos outros grupos categóricos ou que apresentam algum grau de incompreensão na sua denominação.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

Dados e estatísticas penitenciários

Os dados e estatísticas penitenciários, reunidos e utilizados ao longo desta pesquisa, foram encontrados em fontes diversas e dispersas. Em última instância, isto torna necessária as descrições de cada uma delas, bem como das maneiras por meio das quais coletaram as informações em questão. Neste ponto, é importante observar que a fragilidade dos dados sobre o sistema prisional e, até mesmo, sua inexistência, são problemas crônicos que atingem o Brasil como um todo.

Diante do fato de que o **Infopen - Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias apenas surgiu em 2004**, nos esforçamos no sentido de localizar fontes alternativas que contivessem dados sobre as unidades prisionais mineiras e também sobre a população estadual privada de liberdade entre os anos de 1979 e 2003. Para tanto, realizamos buscas tanto online, em sites como o “**Estatísticas do Século XX**”, do **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**, e na própria literatura sobre a temática, quanto presencialmente no acervo do **Arquivo Público Mineiro (APM)**. A seguir, descrevemos e debatemos questões relacionadas a cada uma de nossas fontes.

Em relação à nossa primeira e principal fonte, o Infopen, cabe observar que ela consiste em conjuntos de dados anuais sobre todos os estabelecimentos penais brasileiros, coletados a partir de formulários preenchidos por suas próprias direções. Dentre as informações que disponibiliza, destacamos as datas de inauguração das prisões, suas respectivas capacidades máximas, suas taxas de ocupação e aquelas



relativas às suas infraestruturas (como, por exemplo, as quantidades de celas, salas de aula, consultórios médicos e odontológicos etc.). Sendo assim, a partir das bases de dados do Infopen, pudemos alimentar nosso banco com tais informações para as unidades prisionais mineiras durante o período de 2004 a 2019. Além disto, a partir do cruzamento de suas próprias informações, também estimamos os possíveis anos de fechamento para as unidades que deixaram de ser citadas em algum momento desta série histórica.

Por sua vez, nossa segunda fonte, o site “Estatísticas do Século XX” do IBGE, nos permitiu acesso a informações sobre a população mineira privada de liberdade entre os anos de 1979 e 1994. Se, por um lado, seus dados não eram tão detalhados quanto aqueles disponibilizados pelo Infopen, por outro, são igualmente importantes à medida em que nos ajudam a revelar e mensurar a magnitude do crescimento do sistema prisional mineiro durante quinze dos quarenta anos que pretendíamos analisar. Este mesmo site também nos permitiu descobrir a existência dos Anuários Estatísticos e dos Anuários de Informações Criminais de Minas Gerais.

Enquanto os primeiros foram publicados entre 1980 e 1994, contendo apenas um módulo sobre justiça criminal, os segundos foram produzidos durante o período de 2004 a 2010 e reuniam os mais diversos dados criminais. Após identificarmos as edições de ambos os anuários que estavam disponíveis online no site da **Biblioteca Digital do Estado de Minas Gerais - Raymundo Nonato de Castro**, realizamos um levantamento daquelas que apenas conseguiríamos consultar presencialmente no Arquivo Público Mineiro (APM). Para realizar tais consultas, retiramos ingressos por meio da plataforma Sympla. Neles, indicávamos os horários nos quais desejávamos visitar a sede do APM e também os documentos a serem examinados. Dado o limite de cinco arquivos por visita, foram necessárias quatro idas ao todo.

Em seu acervo, também encontramos o “Boletim de Informações Estatísticas 1981”, nossa única fonte que possuía dados tanto sobre as penitenciárias quanto sobre as cadeias públicas de Minas Gerais. Nele, pudemos observar informações sobre a movimentação carcerária, as prisões efetuadas no estado, os elementos de distinção das características dos condenados, a duração das penas impostas, o número de presos pela Secretaria de Estado de Segurança Pública em cada uma de suas regionais, entre outros.



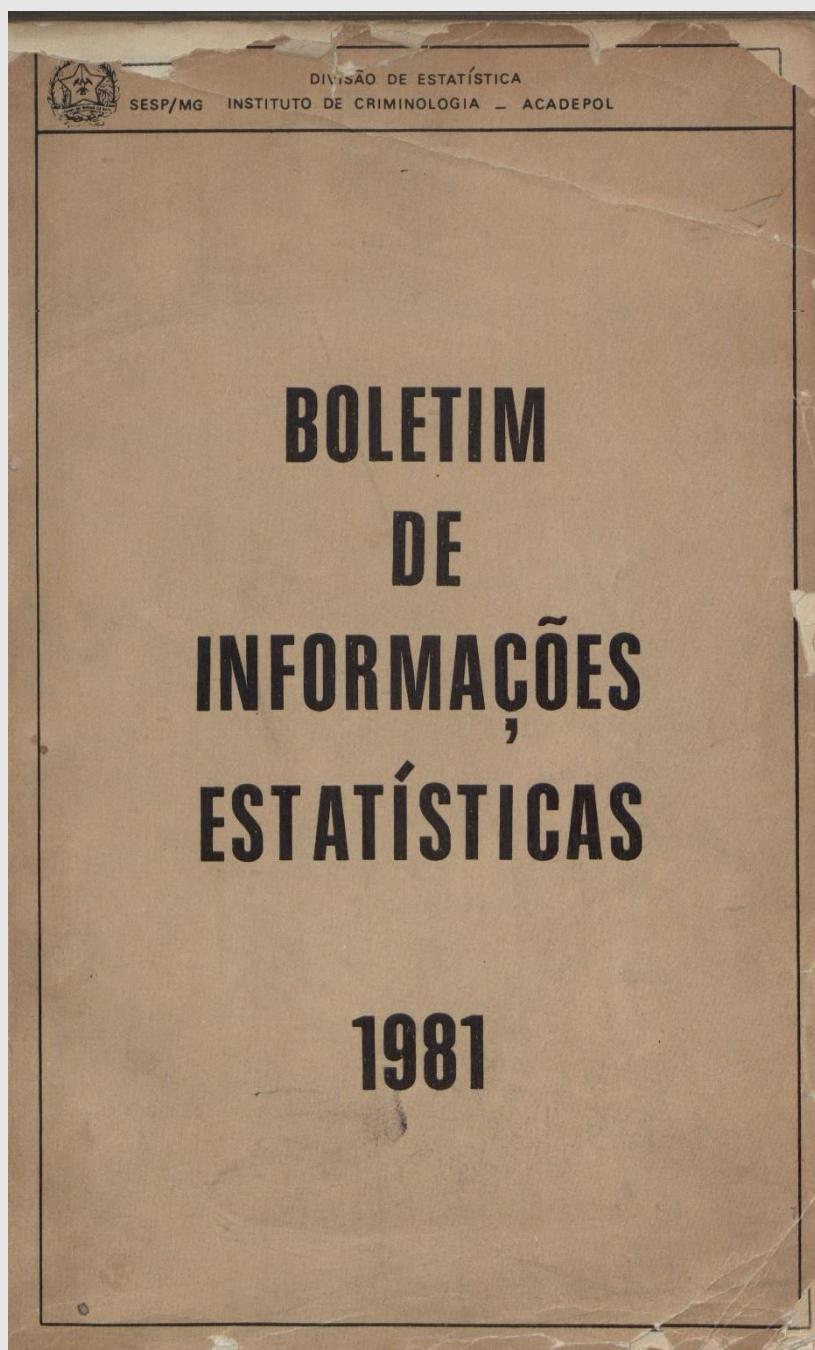
Ainda no que se refere aos dados e estatísticas penitenciários, consideramos fundamental ressaltar as dificuldades que enfrentamos para encontrar informações sobre todas as unidades prisionais, mas, principalmente, sobre as cadeias públicas durante o período de 1979 a 2004. Se, por um lado, encontramos apenas o número de presos de cada uma das penitenciárias mineiras nos anos compreendidos por este intervalo de tempo, por outro, para as cadeias públicas, esta informação só estava disponível para o ano de 1981. Embora não possamos afirmar se isto se deve aos fatos destes dados serem de difícil acesso, não terem sido preservados ou, até mesmo, nunca terem existido, podemos dizer que este é um importante indicativo e resultado desta pesquisa.



1981

Boletim de Informações Estatísticas

Belo Horizonte - MG | Divisão de Estatística do Instituto de Criminologia



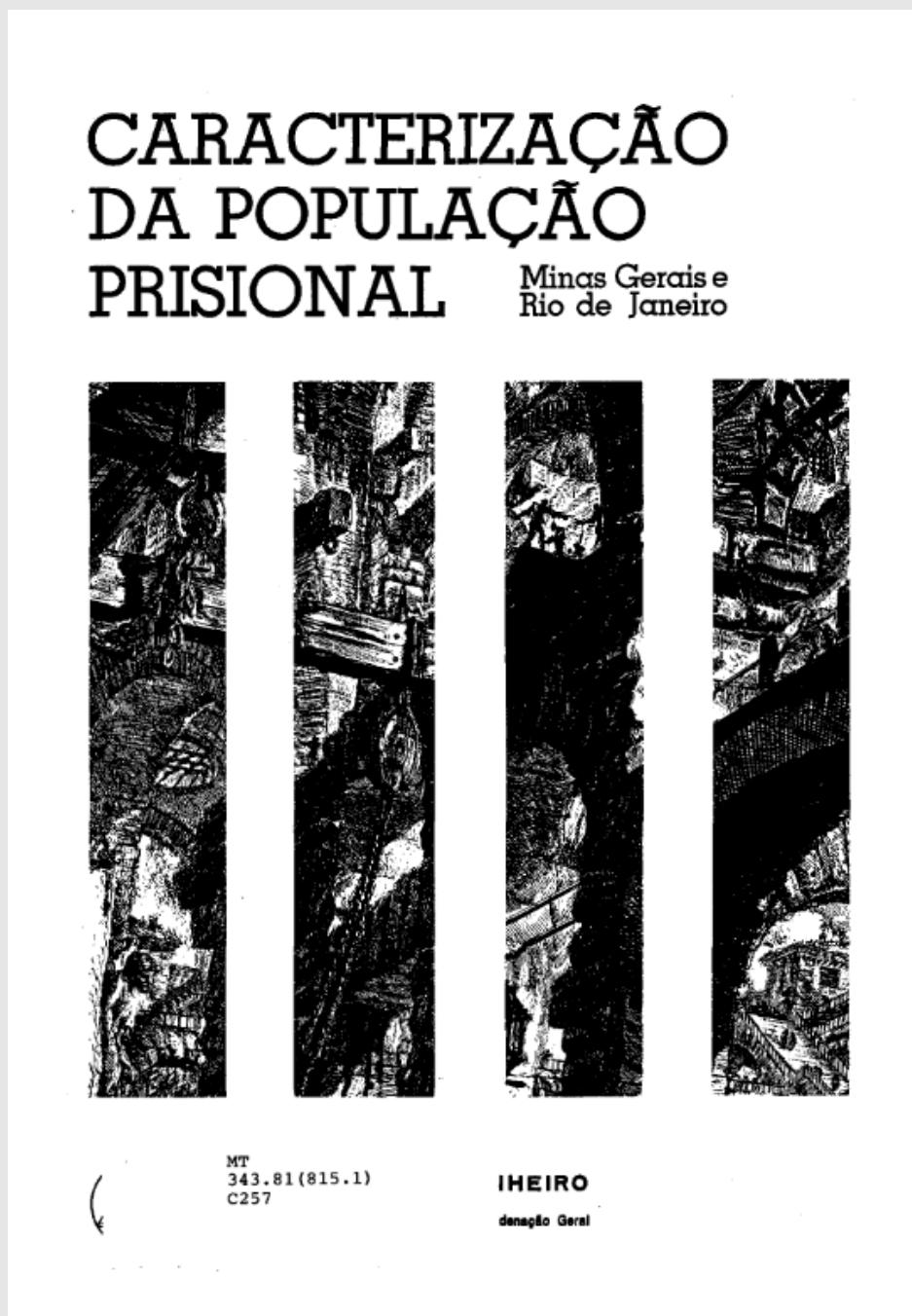
Fonte: Documentos coletados pela pesquisa no Arquivo Público Mineiro, 2023.



1984

Caracterização da população prisional em Minas Gerais e Rio de Janeiro. Belo Horizonte

Belo Horizonte - MG | Governo do Estado de Minas Gerais



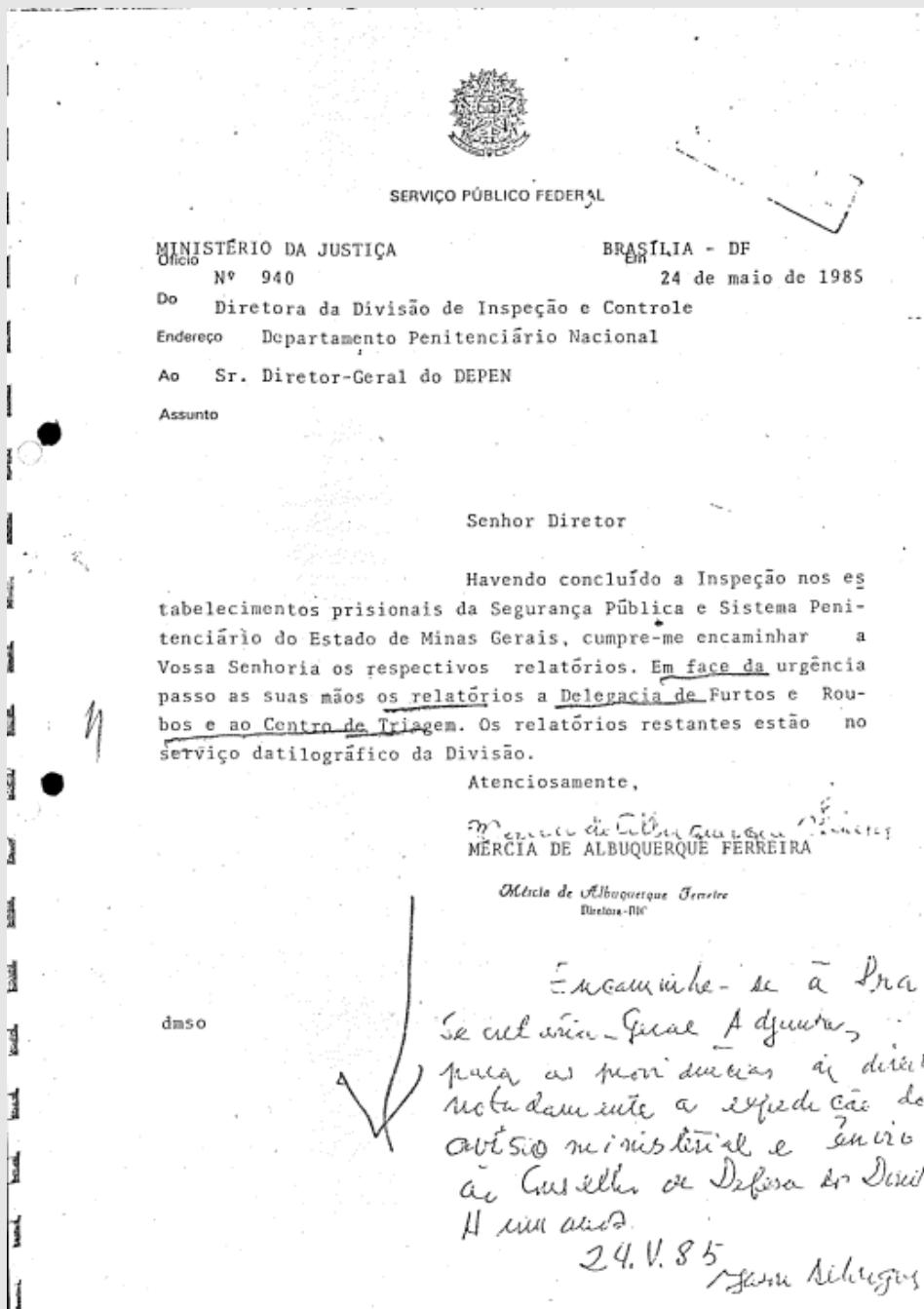
Fonte: FJP (1984).



1985

Inspeção nos estabelecimentos prisionais de Segurança Pública e Sistema Penitenciário do Estado de Minas Gerais

Brasília – DF | Departamento Penitenciário Nacional, Ministério da Justiça



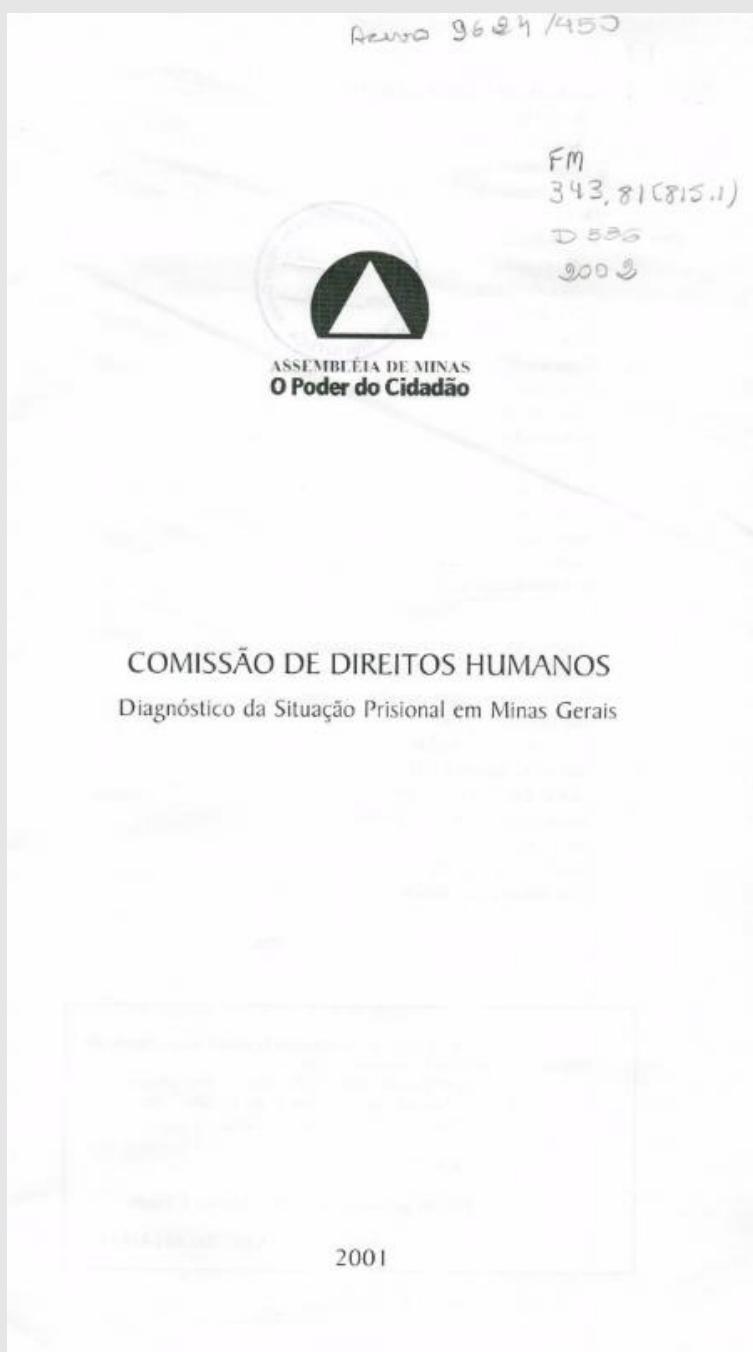
Fonte: Documentos coletados pela pesquisa, 2019 a 2023.



2001

Diagnóstico da Situação Prisional em Minas Gerais

Belo Horizonte - MG | Assembleia Legislativa de Minas Gerais – ALMG



Fonte: Documentos coletados pela pesquisa, 2023.



Grupo de estudos

O **Grupo de Estudos sobre Prisões** é vinculado ao **Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais** (CRISP/UFMG), coordenado pela profa. Dra. Ludmila Ribeiro e registrado no sistema de extensão da mesma universidade sob o número 500466.

Este grupo, criado em 2019, tem como principal objetivo a viabilização de um espaço para socialização de alunos de graduação no “fazer sociológico” e também permita que pós-graduandos (mestrado e doutorado) exercitem a prática acadêmica a partir da colaboração junto a outros estudantes e pesquisadores.

Originalmente, ele foi instituído para servir como um instrumento de imersão na pesquisa sobre a política penitenciária em Minas Gerais. Porém, sua evolução e rotina o levaram ao aprofundamento de discussões teóricas e metodológicas sobre o campo de estudos prisionais, com especial enfoque na seara das Ciências Sociais. Vale ressaltar que, em decorrência da pandemia de COVID-19 no início de 2020, seus encontros deixaram de ser presenciais e assumiram o formato remoto. Nesta mesma época, suas reuniões passaram a ter programações e periodicidade mais arranjadas.

Após apresentá-lo, descrevemos no Quadro 4 cada um de seus encontros. Além disto, listamos abaixo **os objetivos elencados** à época de sua oficialização junto à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG):

- Articular ensino, pesquisa e extensão;
- Promover espaços de conversação sobre a história das políticas prisionais;
- Favorecer a interlocução entre profissionais e pesquisadores de diversos campos sobre as atividades de pesquisa dentro e fora do sistema prisional;
- Contribuir para a produção de conhecimento sobre as prisões;
- Promover eventos regionais, nacionais e internacionais sobre a temática do superencarceramento e, também, do desencarceramento.



Quadro 4. Cronograma do Grupo de Estudos sobre Sistema Prisional

Nº do Encontro	Natureza	Data	Bibliografia
01	Início dos encontros em 2020/Reunião ordinária	09/04/2020	ROCHA, Carlos Vasconcelos. Neoinstitucionalismo como modelo de análise para as políticas públicas: algumas observações. <i>Civitas-Revista de Ciências Sociais</i> , v. 5, n. 1, p. 11-28, 2005.
02	Reunião ordinária	17/04/2020	Godoi, Rafael, Fábio Araújo, e Fábio Mallart. "ESPECIALIZANDO A PRISÃO: A conformação dos parques penitenciários em São Paulo e no Rio de Janeiro." <i>Novos estudos CEBRAP</i> 38.3 (2019): 591-611.
03	Reunião Ordinária	23/04/2020	Relatório final de atividades por Marco Túlio Fernandes, Isadora Vasconcelos e Raquel Vieira Magalhães.
04	Reunião Ordinária	30/04/2020	FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. Ideias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. <i>Revista brasileira de ciências sociais</i> , v. 18, n. 51, p. 21-30, 2003.
05	Reunião Ordinária	08/05/2020	DIMAGGIO, Paul Joseph; POWELL, Walter W. A gaiola de ferro revisitada: isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais. <i>RAE-Revista de Administração de Empresas</i> , v. 45, n. 2, p. 74-89, 2005.
06	Reunião Ordinária	22/05/2020	POWELL, Walter W.; DIMAGGIO, Paul J. (Ed.). <i>The new institutionalism in organizational analysis. Introduction</i> . University of Chicago press, 2012.
07	Reunião Ordinária	28/05/2020	MEYER, John W.; ROWAN, Brian. Institutionalized organizations: Formal structure as myth and ceremony. <i>American journal of sociology</i> , v. 83, n. 2, p. 340-363, 1977.
08	Reunião Ordinária	04/06/2020	A construção do Sistema Penitenciário mineiro nos debates legislativos: problemas, atores e alternativas (1998 a 2018) por Natália Martino
09	Reunião Ordinária	11/06/2020	GUSFIELD, Joseph R. Constructing the ownership of social problems: Fun and profit in the welfare state. <i>Social problems</i> , v. 36, n. 5, p. 431-441, 1989.
10	Reunião Ordinária	25/06/2020	Esboço do livro sobre o Primeiro Comando da Capital por Thais Lemos Duarte parte 1
Não se aplica.	Formalização do Grupo de Estudos do Sistema Prisional pela UFMG	01/07/2020	Não se aplica.
11	Reunião Ordinária	02/07/2020	Esboço do livro sobre o Primeiro Comando da Capital por Thais Lemos Duarte parte 2
12	Reunião Ordinária	09/07/2020	ZUCKER, Lynne G. The role of institutionalization in cultural persistence. <i>American sociological review</i> , p. 726-743, 1977.
13	Reunião Ordinária	23/07/2020	MARQUES, Adalton José et al. Humanizar e expandir: uma genealogia da segurança pública em São Paulo. 2017. Parte 1



Nº do Encontro	Natureza	Data	Bibliografia
14	Reunião Ordinária	30/07/2020	MARQUES, Adalton José et al. Humanizar e expandir: uma genealogia da segurança pública em São Paulo. 2017. Parte 2
15	Reunião Ordinária	06/08/2020	MARQUES, Adalton José et al. Humanizar e expandir: uma genealogia da segurança pública em São Paulo. 2017. Parte 3
16	Reunião Ordinária	13/08/2020	MARQUES, Adalton José et al. Humanizar e expandir: uma genealogia da segurança pública em São Paulo. 2017. Parte 4
17	Reunião Ordinária	20/08/2020	PAIXÃO, Antônio Luiz. Recuperar ou punir?: como o Estado trata o criminoso. Cortez Editora, 1987.
18	Reunião Ordinária	27/08/2020	SALLA, Fernando. De Montoro a Lembo: as políticas penitenciárias em São Paulo. Revista Brasileira de Segurança Pública, v. 1, n. 1, 2007.
19	Reunião Ordinária	03/09/2020	CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Direitos humanos ou "privilegios de bandidos". Novos Estudos Cebrap, v. 30, n. 1991, p. 162-74, 1991. & PINHEIRO, Paulo Sérgio; MESQUITA, Paulo de. Direitos Humanos no Brasil: perspectivas no final do século. Textos do Brasil, v. 2, n. 6, 1998.
20	Reunião Ordinária	10/09/2020	SKOCPOL, Theda. El Estado regresa al primer plano: estrategias de análisis en la investigación actual. Lecturas sobre el Estado y las políticas públicas: Retomando el debate de ayer para fortalecer el actual, v. 169, p. 1-9, 2007.
21	Reunião Ordinária	17/09/2020	FRIEDLAND, Roger. Bringing society back in: Symbols, practices, and institutional contradictions. The new institutionalism in organizational analysis, p. 232-263, 1991.
22	Reunião Ordinária	24/09/2020	Esboço de artigo sobre PCC por Bárbara de Souza
23	Reunião Ordinária	01/10/2020	Esboço de artigo sobre Prisões Mineiras por Marco Túlio Fernandes
24	Reunião Ordinária	08/10/2020	Esboço de artigo sobre a Penitenciária Nelson Hungria por Ludmila Ribeiro
25	Reunião Ordinária	22/10/2020	Esboço de artigo sobre Políticas Penitenciárias Mineiras e Poder Legislativo por Natália Martino
26	Reunião Ordinária	06/11/2020	Esboço de artigo sobre tortura por Thaís Lemos Duarte
27	Reunião Ordinária	03/12/2020	MACAULAY, Fiona. Modes of prison administration, control and governmentality in Latin America: Adoption, adaptation and hybridity. Conflict, Security & Development, v. 13, n. 4, p. 361-392, 2013.
28	Reunião Ordinária	17/12/2020	PYROOZ, David C.; DECKER, Scott H.; OWENS, Emily. Do prison administrative and survey data sources tell the same story? A multitrait, multimethod examination with application to gangs. Crime & Delinquency, v. 66, n. 5, p. 627-662, 2020.



Nº do Encontro	Natureza	Data	Bibliografia
29	Reunião Ordinária	21/01/2021	HATHAZY, Paul; MÜLLER, Markus-Michael. The rebirth of the prison in Latin America:determinants, regimes and social effects. <i>Crime, Law and Social Change</i> , v. 65, n. 3, p.113-135, 2016
30	Reunião Ordinária	28/01/2021	PAAT, Yok-Fong et al. "Going Solo" or Joining Gangs while Doing Time: Perceptions of Prison Gangs among the Formerly Incarcerated. <i>Justice System Journal</i> , p. 1-18, 2020
31	Reunião Ordinária	04/02/2021	PIRES, Roberto Rocha C. <i>Sociologia do guichê e implementação de políticas públicas</i> . BIB-Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, n. 81, p. 5-24, 2016.
32	Reunião Ordinária	11/02/2021	RUDNICKI, Dani; COSTA, Ana Paula Motta; BITTENCOURT, Daniella F. A (in) eficiência da alocação orçamentária no sistema prisional: consequências materiais e humanas. <i>Revista Direito, Estado e Sociedade</i> , 2020
33	Reunião Ordinária	18/02/2021	MELO, Juliana. Circularidades. <i>Revista De Estudos Empíricos em Direito</i> , v. 7, n. 2, p. 48-68, 2020.
34	Reunião Ordinária	25/02/2021	AMARANTE, Natalia Firmino; MELO, Juliana Goncalves. 'Every Wrong Shall Be Charged': Cycles of Revenge and Disputes between Criminal Collectives in Natal/RN after the Alcacuz Massacre'. <i>Braz. J. Empirical Legal Stud.</i> , v. 7, p. 69, 2020.
35	Reunião Ordinária	04/03/2021	GODOI, Rafael et al. Epistemo Políticas do dispositivo carcerário paulista: refletindo sobre experiências de pesquisa-intervenção junto à Pastoral Carcerária. <i>Revista de Estudos Empíricos em Direito</i> , v. 7, n. 1, p. 143-158, 2020.
36	Reunião Ordinária	11/03/2021	HAGGERTY, Kevin D.; BUCERIUS, Sandra. The proliferating pains of imprisonment. <i>Incarceration</i> , v. 1, n. 1, p. 2632666320936432, 2020.
37	Reunião Ordinária	18/03/2021	HINTON, Elizabeth; COOK, DeAnza. The mass criminalization of Black Americans: A historical overview. <i>Annual Review of Criminology</i> , v. 4, n. 1, p. 261-286, 2021.
38	Reunião Ordinária	13/05/2021	Esboço de capítulo de livro sobre prisões mineiras por Ariane Gontijo, Raquel Magalhães e Marco Fernandes
39	Reunião Ordinária	20/05/2021	Esboço de capítulo de livro sobre prisões mineiras por Ariane Gontijo, Raquel Magalhães e Marco Fernandes.
40	Reunião Ordinária	27/05/2021	SYKES, Gresham M. <i>The society of captives: A study of a maximum security prison</i> . Princeton University Press, 2007. Chapters 1 and 2.
41	Reunião Ordinária	10/06/2021	SYKES, Gresham M. <i>The society of captives: A study of a maximum security prison</i> . Princeton University Press, 2007. Chapter 3.
42	Reunião Ordinária	17/06/2021	SYKES, Gresham M. <i>The society of captives: A study of a maximum security</i>



Nº do Encontro	Natureza	Data	Bibliografia
43	Reunião Ordinária	24/06/2021	prison. Princeton University Press, 2007. Chapter 4.
44	Reunião Ordinária	01/07/2021	SYKES, Gresham M. <i>The society of captives: A study of a maximum security prison</i> . Princeton University Press, 2007. Chapter 5.
45	Reunião Ordinária	08/07/2021	SYKES, Gresham M. <i>The society of captives: A study of a maximum security prison</i> . Princeton University Press, 2007. Chapters 6 and 7.
46	Reunião Ordinária	15/07/2021	SCHABBACH, Letícia Maria; PASSOS, Iara Cunha. A produção da ordem no Presídio Central de Porto Alegre pela Polícia Militar. <i>Revista Direito GV</i> , v. 16, n. 2, 2020.
47	Reunião Ordinária	29/07/2021	LACEY, Nicola; SOSKICE, David; HOPE, David. Understanding the determinants of penal policy: crime, culture, and comparative political economy. <i>Annual Review of Criminology</i> , v. 1, p. 195-217, 2018.
48	Reunião Ordinária	05/08/2021	TONRY, Michael. Determinants of penal policies. <i>Crime and Justice</i> , v. 36, n. 1, p. 1-48, 2007.
49	Reunião Ordinária	12/09/2021	DURLAUF, Steven N.; NAGIN, Daniel S. Imprisonment and crime: Can both be reduced?. <i>Criminology & Public Policy</i> , v. 10, n. 1, p. 13-54, 2011.
50	Reunião Ordinária	19/08/2021	LERMEN, Helena Salgueiro; SILVA, Martinho Braga Batista. Crimes e cárceres femininos: Perspectivas de visitantes. Dilemas: <i>Revista de Estudos de Conflito e Controle Social</i> , v. 14, p. 531-555, 2021.
51	Reunião Ordinária	26/09/2021	RIBEIRO, Fernanda Silva de Assis; GODINHO, Letícia. Histórias de vida de mulheres em situação de aprisionamento. Dilemas: <i>Revista de Estudos de Conflito e Controle Social</i> , v. 14, p. 489-508, 2021.
52	Reunião Ordinária	09/07/2021	PEIRCE, Jennifer; FONDEVILA, Gustavo. Concentrated violence: The influence of criminal activity and governance on prison violence in Latin America. <i>International criminal justice review</i> , v. 30, n. 1, p. 99-130, 2020.
53	Reunião Ordinária	16/07/2021	MARWELL, Nicole P.; MORRISSEY, Shannon L. Organizations and the Governance of Urban Poverty. <i>Annual Review of Sociology</i> , v. 46, 2020
54	Reunião Ordinária	23/07/2021	BECKETT, Katherine; FRANCIS, Megan Ming. The Origins of Mass Incarceration: The Racial Politics of Crime and Punishment in the Post-Civil Rights Era. <i>Annual Review of Law and Social Science</i> , v. 16, p. 433-452, 2020
55	Reunião Ordinária	12/04/2022	BERALDO, Ana. Entre a vida e a morte: Normatividades, negociações e violência em uma favela de Belo Horizonte. Dilemas: <i>Revista de Estudos de Conflito e Controle Social</i> , v. 14, n. 1, p. 27-51, 2021.
			Rubin, A. T. (2015). A neo-institutional account of prison diffusion. <i>Law & Society Review</i> , 49(2), 365-400



Nº do Encontro	Natureza	Data	Bibliografia
56	Reunião Ordinária	19/04/2022	Drake, D. H., Darke, S., & Earle, R. (2015). Prison life, sociology of: recent perspectives from the United Kingdom.
57	Reunião Ordinária	26/04/2022	GARLAND, David. Theoretical advances and problems in the sociology of punishment. <i>Punishment & Society</i> , v. 20, n. 1, p. 8-33, 2018.
58	Reunião Ordinária	03/05/2022	Esboço de artigo sobre o DEPEN por Ludmila Ribeiro, Thais Duarte e Natália Martino.
59	Reunião Ordinária	10/05/2022	Gisi, B., Santos, M.C., S. , Alvarez, M. C. (2022). O “punitivismo” no sistema de justiça juvenil brasileiro. <i>Sociologias</i> , 23, 18-49.
60	Reunião Ordinária	17/05/2022	Chies, L. A. B. (2022). Suicídios em prisões: Um estudo dos acórdãos do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. <i>Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social</i> , 15, 129-151.
61	Reunião Ordinária	24/05/2022	Oliveira, F., Sento-Sé, J. T. (2022). Empatia direcionada: A representação do preso enquanto vítima na cobertura da crise penitenciária de 2017. <i>Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social</i> , 15, 103-128.
62	Reunião Ordinária	31/05/2022	Clemmer, D. (1937). Leadership phenomena in a prison community. <i>Am. Inst. Crim. L. & Criminology</i> , 28, 861.
63	Reunião Ordinária	07/06/2022	Kaplan, A. (2000). Capacity building: shifting the paradigms of practice. <i>Development in practice</i> , 10(3-4), 517-526
64	Reunião Ordinária	14/06/2022	Liebling, A. (2000). Prison officers, policing and the use of discretion. <i>Theoretical criminology</i> , 4(3), 333-357
65	Reunião Ordinária	21/06/2022	Crewe, B., Warr, J., Bennett, P., & Smith, A. (2014). The emotional geography of prison life. <i>Theoretical criminology</i> , 18(1), 56-74
66	Reunião Ordinária	28/06/2022	Silva, A. I. D., Maciel, E. L. N. Duque, C. L. C., Gomes, C. C. Bianchi, E. D. N. Cardoso, O. A., ... & Zandonade, E. (2021). Prevalência de infecção por COVID-19 no sistema prisional no Espírito Santo/Brasil: pessoas privadas de liberdade e trabalhadores da justiça. <i>Revista Brasileira de Epidemiologia</i> , 24, e210053.
67	Reunião Ordinária	05/07/2022	Clemmer, D. (1950). Observations on Imprisonment as a Source of Criminality, 41 <i>J. CRIM. L. & Criminology</i> , 311.
68	Reunião Ordinária	13/07/2022	COELHO, Edmundo Campos. A administração da justiça criminal no Rio de Janeiro: 1942-1967. <i>DADOS, Revista de Ciências Sociais</i> , v. 29, n. 1, p. 61-81, 1986.
69	Reunião Ordinária	20/07/2022	DA CRUZ, Marcus Vinicius Gonçalves; RAMOS, Alicia Maricel Oliveira; DA SILVA COELHO, Marina Tereza. Trajetória da Política Penitenciária em Minas Gerais Notas de pesquisa. <i>Encontro Brasileiro de Administração Pública</i> , 2021.
70	Reunião Ordinária	27/07/2022	COELHO, Edmundo Campos. Da Falange Vermelha a Escadinha: o poder nas

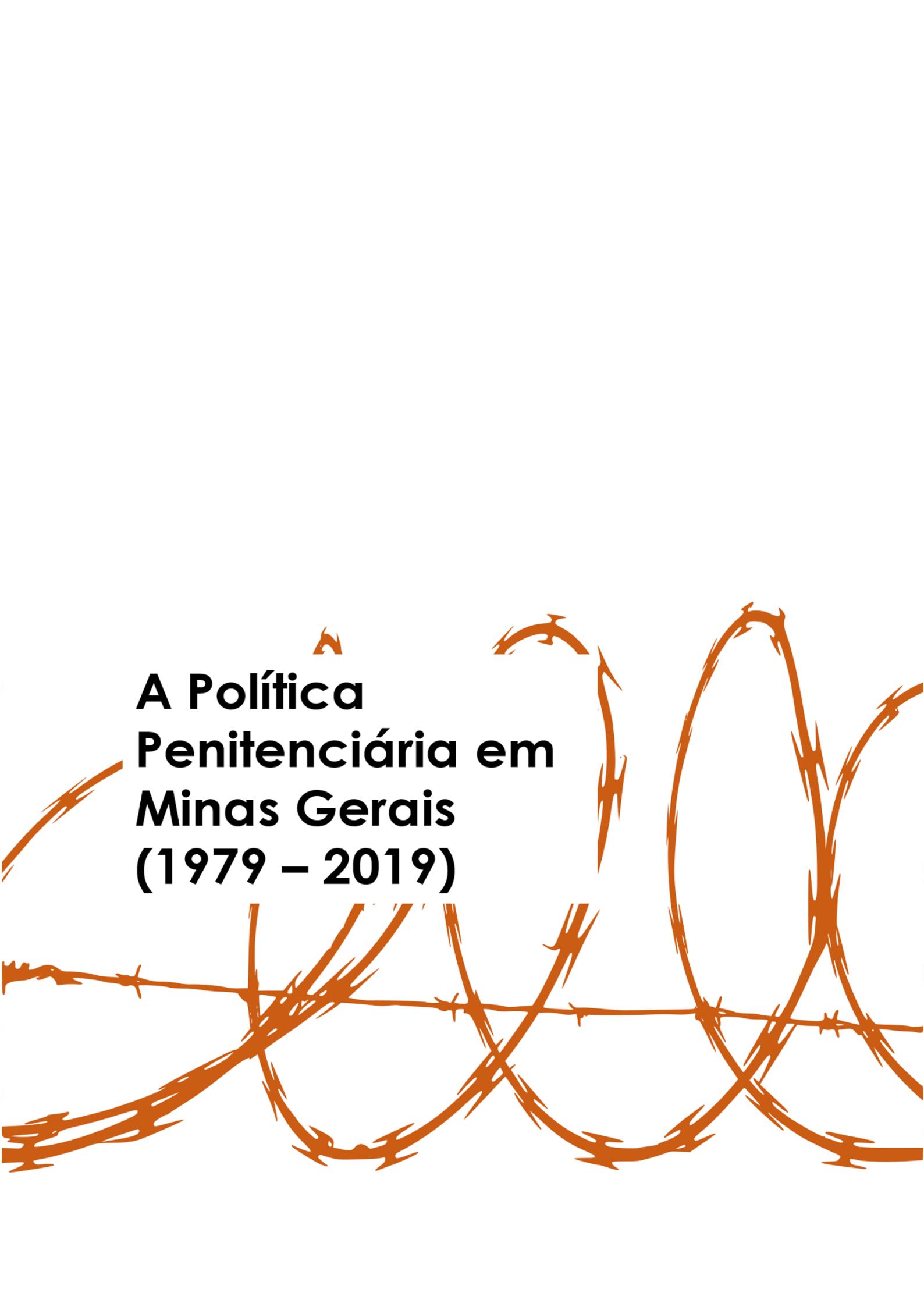


Nº do Encontro	Natureza	Data	Bibliografia
71	Reunião Ordinária	04/10/2022	prisões. A oficina do diabo e outros estudos sobre criminalidade, p. 337-50, 1988
72	Reunião Ordinária	11/10/2022	PEREDA, Valentín. Why Global North criminology fails to explain organized crime in Mexico. <i>Theoretical Criminology</i> , p. 13624806221104562, 2022.
73	Reunião Ordinária	18/10/2022	DEL OLMO, Rosa. <i>A América Latina e sua criminologia</i> . Rio de Janeiro: Editora Revan, 2004. (capítulo 2)
74	Reunião Ordinária	25/10/2022	DEL OLMO, Rosa. <i>A América Latina e sua criminologia</i> . Rio de Janeiro: Editora Revan, 2004. (capítulo 3)
75	Reunião Ordinária	01/11/2022	WALKER, Samuel; SPOHN, Cassia; DELONE, Miriam. <i>The color of justice: Race, ethnicity, and crime in America</i> . Cengage Learning, 2016. (capítulo 9)
76	Reunião Ordinária	08/11/2022	VANNESTE, Charlotte. Inequality and penalty: The hidden side of a complex relationship. <i>European Journal of Criminology</i> , v. 19, n. 3, p. 394-418, 2022.
77	Reunião Ordinária	22/11/2022	DAL SANTO, Luiz. <i>Economía Política del Castigo en la periferia global:¿ desde el silencio del norte a las importaciones acríticas?</i> . <i>Delito y sociedad</i> , v. 31, n. 53, p. 18-21, 2022.
78	Reunião Ordinária	29/11/2022	FELTRAN, Gabriel et al. Variações nas taxas de homicídios no Brasil: Uma explicação centrada nos conflitos faccionais. <i>Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social</i> , p. 311-348, 2022.
79	Reunião Ordinária	06/12/2022	Gadama, Luis, Chrissie Thakwalakwa, Chimwemwe Mula, Victor Mhango, Chikosa Banda, Stephanie Kewley, Alyson Hillis, and Marie-Claire Van Hout. "'Prison facilities were not built with a woman in mind': an exploratory multi-stakeholder study on women's situation in Malawi prisons." <i>International Journal of Prisoner Health</i> (2020).
80	Reunião Ordinária	13/12/2022	Versão apresentada para a banca de qualificação da tese de doutorado intitulada "Direitos Humanos à água e ao saneamento em prisões femininas na região metropolitana de Belo Horizonte" de Paula Rafaela Fonseca.
81	Reunião Ordinária	20/12/2023	Versão apresentada para a banca de qualificação da tese de doutorado intitulada "Saúde e morte nas Prisões: trazendo o Estado de volta" de Natália Martino.
82	Reunião Ordinária	30/03/2023	Esboço do artigo "Todo homem precisa de uma mãe, mas nem todo merece uma: o cuidado em notícias sobre o sistema penitenciário mineiro" de Maria Elisa Gomes, Ludmila Ribeiro e Glória Miranda.
			SOUZA, R. S. R. (2014). Política nacional de segurança pública: Atores, crenças e



Nº do Encontro	Natureza	Data	Bibliografia
83	Reunião Ordinária	13/04/2023	coalizões nos governos FHC e Lula. Capítulo 6. SOUZA, R. S. R. (2014). Política nacional de segurança pública: Atores, crenças e coalizões nos governos FHC e Lula. Capítulo 7.
84	Reunião Ordinária	27/04/2023	SABATIER, Paul A. An advocacy coalition framework of policy change and the role of policy-oriented learning therein. <i>Policy sciences</i> , v. 21, n. 2-3, p. 129-168, 1988.
85	Reunião Ordinária	11/05/2023	VICENTE, Victor Manuel Barbosa. A análise de políticas públicas na perspectiva do modelo de coalizões de defesa. <i>Revista de Políticas Públicas</i> , v. 19, n. 1, p. 77-90, 2015.
86	Reunião Ordinária	01/06/2023	SABATIER, Paul A. The advocacy coalition framework: revisions and relevance for Europe. <i>Journal of European public policy</i> , v. 5, n. 1, p. 98-130, 1998.
87	Reunião Ordinária	15/06/2023	FERREIRA, Geniana Gazotto et al. Política habitacional no Brasil: uma análise das coalizões de defesa do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social versus o Programa Minha Casa, Minha Vida. <i>Revista Brasileira de Gestão Urbana</i> , v. 11, 2019.
88	Reunião Ordinária	29/06/2023	SABATIER, Paul A. Fostering the development of policy theory. In: <i>Theories of the policy process</i> . Routledge, 2019. p. 321-336.
89	Reunião Ordinária	03/07/2023	Esboço de artigo a ser apresentado no 21º Congresso da SBS por Maria Elisa Gomes, Ludmila Ribeiro, Mariana Muratori e Glória Gabrielle Miranda.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.



A Política Penitenciária em Minas Gerais (1979 – 2019)



IMPRENSA

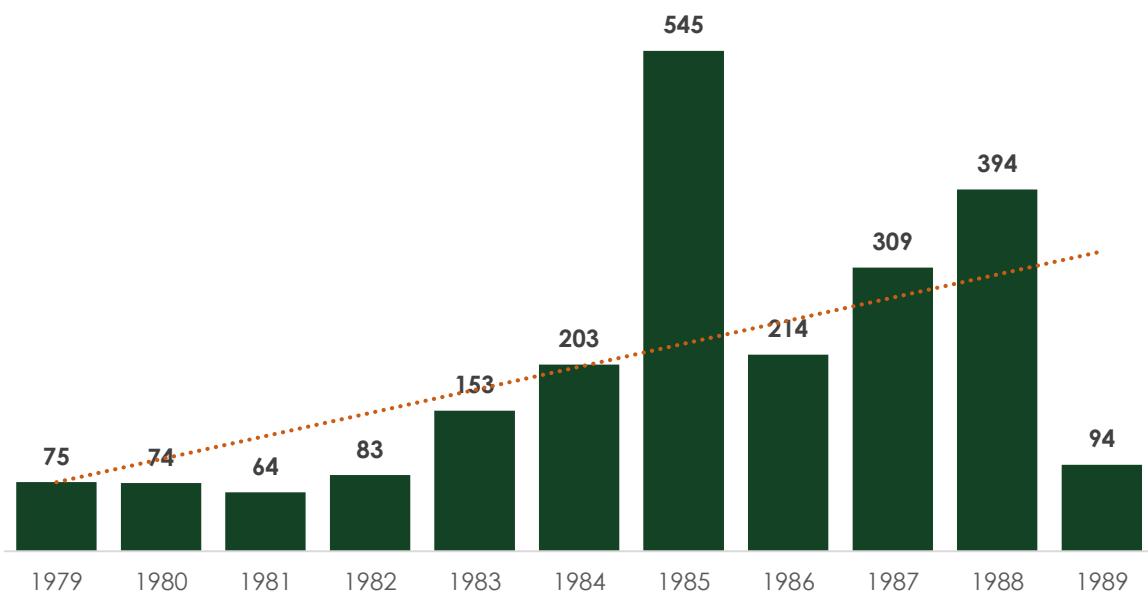
Publicações periódicas do jornal *Estado de Minas* (1979 – 1989)

Conforme já detalhamos anteriormente, através de consultas presenciais ao acervo da **Hemeroteca da Biblioteca Estadual de Minas Gerais**, coletamos **2.208 reportagens** sobre o sistema penitenciário estadual publicadas pelo jornal **Estado de Minas** entre os anos de **1979 e 1989**. Além de coletá-las, também construímos um banco de dados com uma série de detalhes sobre tais notícias, como, por exemplo, os eventos que relataram, quais unidades prisionais citaram, os nomes e os vínculos institucionais dos atores envolvidos.

O Gráfico 1 contém sua distribuição de acordo com os anos nos quais foram veiculadas. A partir de sua leitura, observamos que, entre 1979 e 1982, pouquíssimas notícias sobre o sistema penitenciário foram publicadas pelo jornal Estado de Minas. Este cenário começa a se alterar em 1983, quando, pela primeira vez, mais de 100 reportagens sobre o tema foram veiculadas. O ápice, propriamente dito, apenas foi alcançado em 1985 com a publicação de 545 notícias sobre prisões mineiras. Deste ano em diante, a quantidade anual de matérias a respeito deste tema se manteve relativamente alta.



Gráfico 1. Número de reportagens por ano de publicação no jornal *Estado de Minas* (1979 – 1989)



Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

Este resultado indica um processo amplamente documentado pela literatura acadêmica. Segundo Paixão (1987), tal período corresponde, justamente, ao início de uma grave crise no sistema prisional de Minas Gerais. A nosso ver, esta pode ser resumida por duas questões principais: a degradação das condições de vida nas cadeias públicas, administradas pela Polícia Civil de Minas Gerais, e a decadência do modelo de recuperação social, até então tido como exemplar, da Penitenciária Agrícola de Neves (PAIXÃO, 1987).

Ao ilustrar a distribuição das notícias coletadas conforme os temas e eventos, que relatam, o Gráfico 2 não apenas corrobora com tal hipótese, mas também lhe acrescenta novas camadas. Como podemos verificar, a maioria das reportagens sobre o sistema prisional abordaram questões relativas à transferência de presos. Em segundo lugar, estavam aquelas que contavam episódios de fugas de custodiados. Em terceiro, aquelas que abordavam questões relacionadas às infraestruturas das unidades.



Gráfico 2. Temas e eventos abordados nas reportagens do jornal *Estado de Minas* (1979 - 1989)

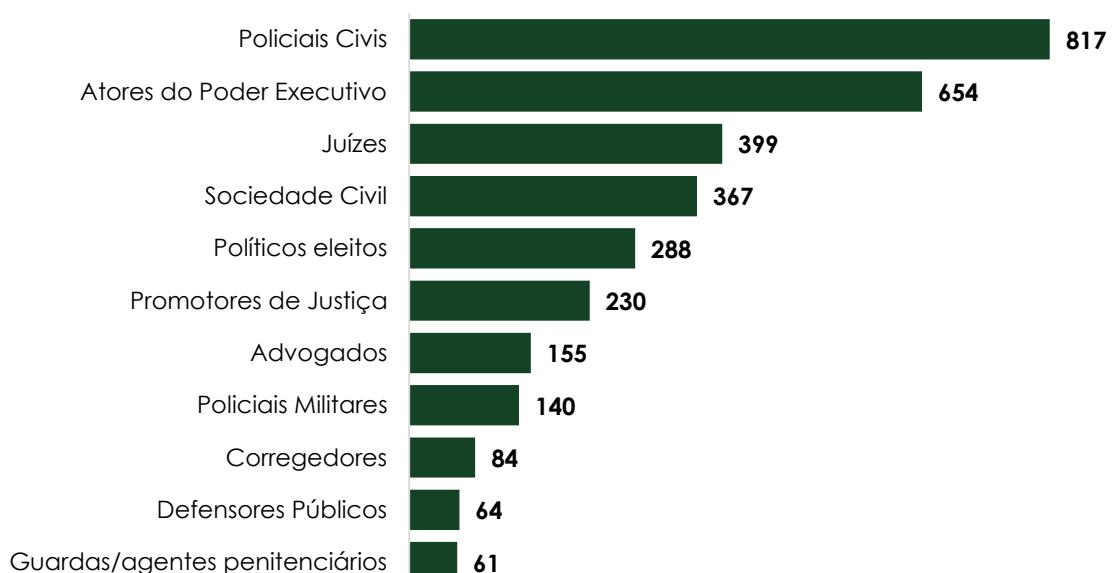


Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.



Para que alcançássemos os objetivos desta pesquisa, era fundamental que identificássemos, além dos eventos relatados pelas matérias de jornal, quais eram os atores associados aos mesmos. Como indica o Gráfico 3, os policiais civis formavam o grupo mais mencionado nas notícias sobre o sistema prisional mineiro entre 1979 e 1989. Atores ligados ao Poder Executivo estadual, por sua vez, constituíram o grupo com o segundo maior número de menções nestas páginas. Em seguida, estavam os juízes.

Gráfico 3. Principais atores mobilizados nas reportagens do jornal *Estado de Minas* (1979 – 1989)



Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

Assim como os resultados relativos aos eventos narrados, tais resultados nos remetem, em grande medida, às graves condições nas quais se encontravam as cadeias públicas mineiras durante este período de tempo. Além disso, eles também nos revelam que, quando prisões eram o assunto no Estado de Minas, prevaleciam as diversas vozes do próprio Estado.

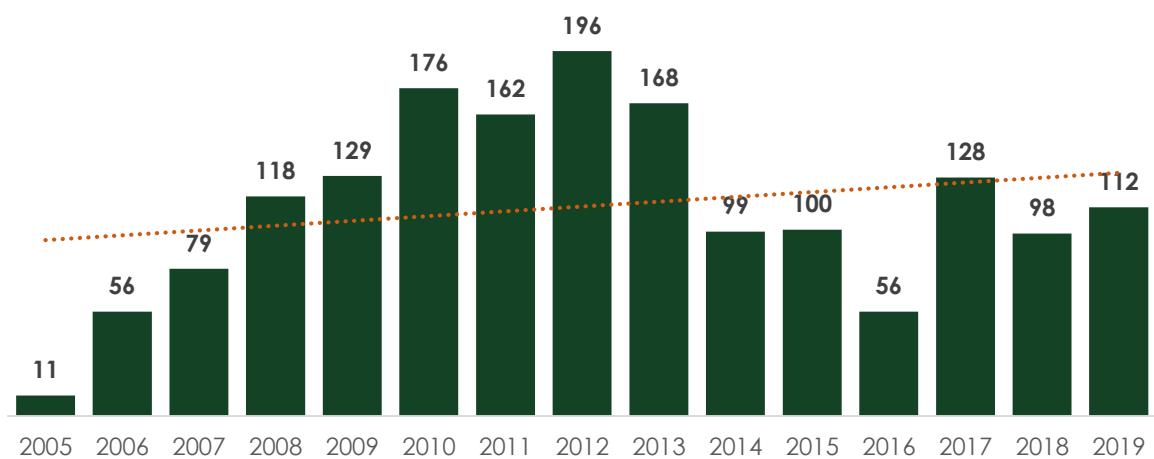
Pelos motivos anteriormente expostos, não incluímos quaisquer matérias de jornal publicadas desde primeiro de janeiro de 1990 até 31 de dezembro de 2004 nos nossos bancos de notícias. Na próxima seção deste relatório, apresentamos os principais resultados obtidos para as reportagens do jornal *O Tempo* entre os anos de 2005 e 2019.



Publicações online do jornal O Tempo (2005 a 2019)

Nesta pesquisa, também coletamos e analisamos **1.688 reportagens** do jornal **O Tempo** sobre o sistema prisional mineiro, veiculadas em suas páginas, impressas e digitais, durante o período de 2005 a 2019. O Gráfico 4 apresenta sua distribuição conforme os anos nos quais foram publicadas. Aqui, já é possível observar uma importante diferença entre estas e as antigas matérias do jornal Estado de Minas: no Século XXI, nenhum ano superou a marca de 200 notícias sobre as prisões mineiras. 2012 foi o ano que acumulou a maior quantidade de textos sobre o assunto, porém, estes somaram apenas 196.

Gráfico 4. Número de reportagens por ano de publicação no jornal *O Tempo* (2005 – 2019)



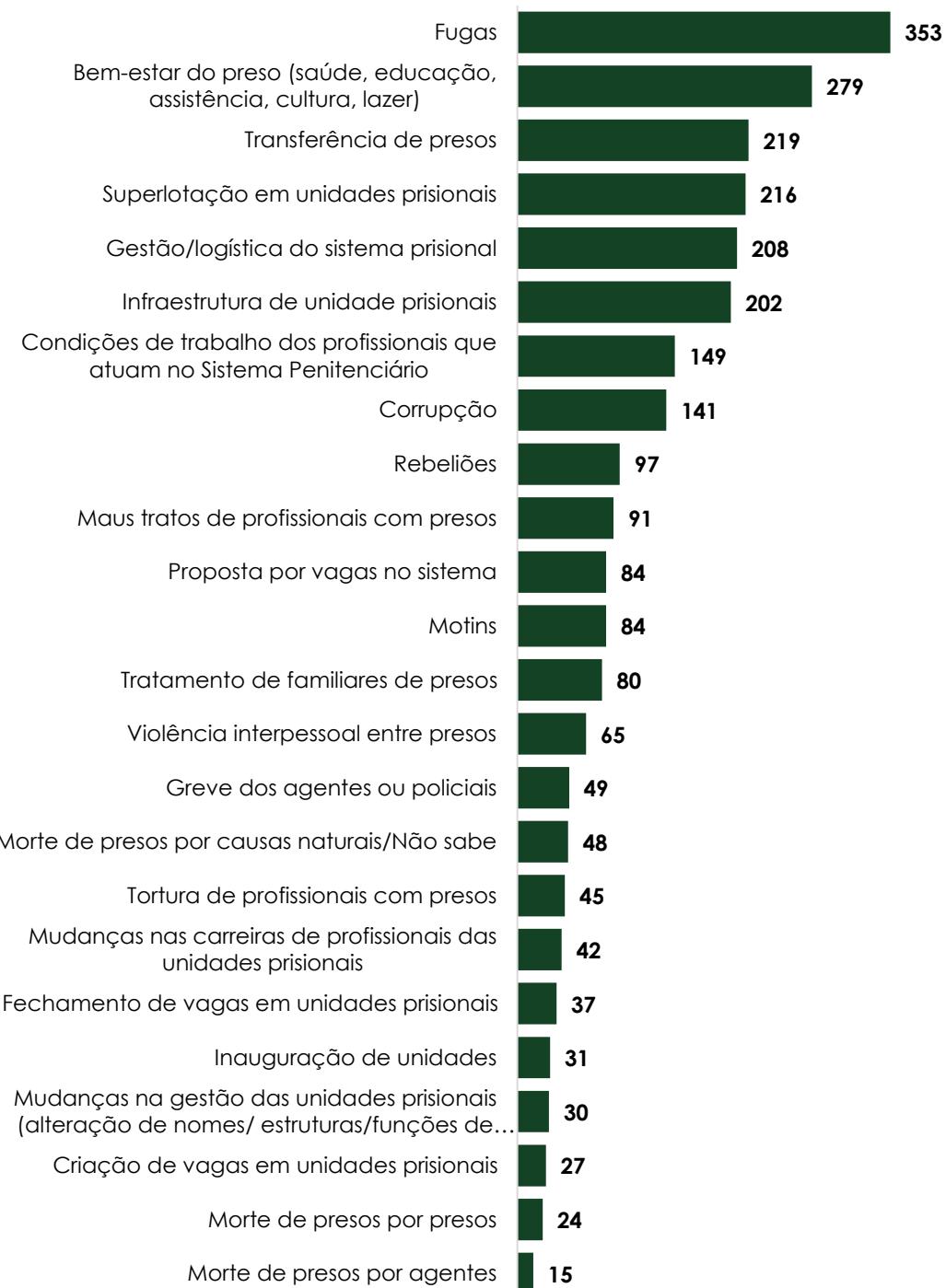
Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

Se, por um lado, acreditamos que estes números não indicam a estabilização do sistema prisional de Minas Gerais, por outro, trazemos a hipótese de que podem, na verdade, sinalizar a redução do interesse por suas pautas, por parte do público e também dos próprios jornais. Esta, no entanto, permanece a ser testada. Dentre os anos representados no Gráfico 4, o intervalo de 2010 a 2013 apresentou os maiores volumes de matérias publicadas sobre o assunto.

Segundo nossas demais fontes de dados sobre o assunto, tais anos foram marcados pelos seguintes acontecimentos: as greves dos agentes penitenciários contra a demissão dos “contratados” e também denúncias de corrupção contra os mesmos. No entanto, o Gráfico 5 nos demonstra que, no jornal *O Tempo*, os eventos do sistema prisional de maior destaque eram os episódios de fugas e/ou de tentativas de fuga das pessoas privadas de liberdade.



Gráfico 5. Temas/ eventos abordados nas reportagens do jornal O Tempo (2005 – 2019)



Fonte: Elaborado pelos autores, 2023

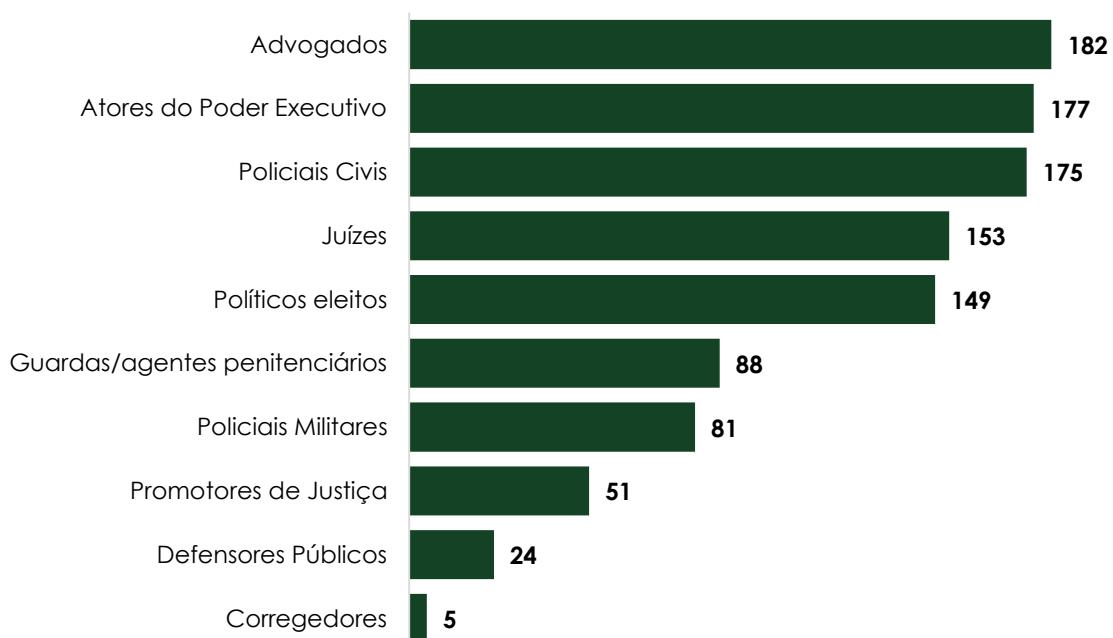
Ainda em relação aos eventos relatados por tais reportagens, notamos que, em segundo lugar, estavam aqueles relativos ao bem-estar dos presos, ou seja, a sua saúde, sua alimentação, sua educação, cultura, lazer e às assistências que lhes eram prestadas. Porém, tal resultado não nos permite afirmar qual era a avaliação feita



das situações que envolviam estes aspectos, se eram positivas ou negativas. Em terceiro lugar, por sua vez, estavam os episódios de transferências de apenados. Isto se deve, em grande parte, à política de assunção das cadeias públicas, ainda vigente neste período.

O Gráfico 6 contém a distribuição dos atores sociais citados nestas matérias. Como é possível observar a partir de suas leituras, nas páginas deste jornal durante este intervalo de tempo, os advogados constituíam o grupo de destaque quando tratavam do sistema prisional mineiro. Assim como verificamos entre as notícias do Estado de Minas, o segundo grupo mais mencionado era composto por atores do Poder Executivo. Em terceiro lugar, estavam os Policiais Civis.

Gráfico 6. Principais atores mobilizados nas reportagens do jornal *O Tempo* (2005 – 2019)



Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

A diferença entre estes resultados e aqueles obtidos para o outro banco de notícias são coerentes com as transformações sofridas pelo sistema prisional neste período. Uma vez que os presídios geridos pela Polícia Civil foram sendo transferidos à Subsecretaria de Administração Prisional, era de se esperar que esta corporação perdesse seu espaço nas notícias sobre o tema. Acreditamos que verdadeiramente surpreendente é o fato de ter se mantido entre os três grupos sociais mais citados.



PODER PÚBLICO

Pasta penitenciária

Os Quadros 5 a 8 indicam uma série de alterações nas Secretarias de Estado e/ou órgãos responsáveis pela administração do sistema penitenciário de Minas Gerais, bem como os nomes de seus respectivos titulares, durante o período, aqui, analisado. Para favorecer a visualização das mesmas, escolhemos representar uma década em cada quadro.

O Quadro 5 contém a organização destas estruturas entre os anos de 1979 e 1989. A partir de sua leitura, observamos que, no governo de Minas Gerais, de 1979 a 1986, o Departamento de Organização Penitenciária, subordinado à Secretaria de Interior e Justiça, era responsável pela gestão do sistema penitenciário. Nos anos de 1987 e 1988, observamos importantes mudanças nestas estruturas. Enquanto a Secretaria de Interior e Justiça se torna a Secretaria de Justiça no ano de 1987, o Departamento de Organização Penitenciária se converte em Superintendência em 1988. Durante todo este período, as cadeias públicas, por sua vez, se encontravam sob a administração da Polícia Civil de Minas Gerais, vinculada à Secretaria de Segurança Pública.

Quadro 5. Titulares das Secretarias e Órgãos Prisionais em Minas Gerais (1979 a 1989)

Ano	Secretaria de Interior e Justiça	Secretaria de Segurança Pública	Departamento de Organização Penitenciária	Superintendência de Organização Penitenciária	Secretaria de Estado de Justiça
1979	Dênio Moreira de Carvalho	Coronel Armando Amaral	Jason Soares Albergaria	NA	NA
1980	Dênio Moreira de Carvalho	Coronel Armando Amaral	Mary Lúcia Sarsur	NA	NA
1981	Dênio Moreira de Carvalho	Coronel Armando Amaral	Mary Lúcia Sarsur	NA	NA
1982	Dênio Moreira de Carvalho	Coronel Armando Amaral	S.I.	NA	NA
1983	Dênio Moreira de Carvalho / Lourival Brasil Filho / Sílvio de Andrade de Abreu Júnior	Coronel Armando Amaral / Carlos Fulgêncio da Cunha Peixoto	Francisco Márcio Martins Miranda Chaves	NA	NA
1984	Sílvio de Andrade de Abreu Júnior	Carlos Fulgêncio da Cunha Peixoto/ Chrissipim Jacques Bias Fortes	Francisco Márcio Martins Miranda Chaves	NA	NA
1985	Sílvio de Andrade de Abreu Júnior	Chrissipim Jacques Bias Fortes	Francisco Márcio Martins Miranda Chaves	NA	NA



Ano	Secretaria de Interior e Justiça	Secretaria de Segurança Pública	Departamento de Organização Penitenciária	Superintendência de Organização Penitenciária	Secretaria de Estado de Justiça
1986	Sílvio de Andrade de Abreu Júnior/ Kildare Gonçalves Carvalho	Chríspim Jacques Bias Fortes / José Rezende de Andrade	Francisco Márcio Martins Miranda Chaves	NA	NA
1987	Kildare Gonçalves Carvalho	José Rezende de Andrade / Sidney Francisco Safe Silveira	Francisco Márcio Martins Miranda Chaves / Emerson Tardieu Pereira	NA	José Olímpio de Castro Filho/ Geraldo da Costa Pereira
1988	NA	Sidney Francisco Safe Silveira	Emerson Tardieu Pereira	Lázara Maria de Fátima Mendes de Abreu / Wander Lister de Carvalho Sá / Tibúrcio Nogueira Lima	Luís Gonzaga Soares Leal
1989	NA	Sidney Francisco Safe Silveira	NA	Ouvídio de Paula Silveira	Sidney F. Safe Silveira/ Gamaliel Herval

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Minas Gerais (2002), 2023.

O Quadro 6, no entanto, nos indica que tais mudanças na gestão do sistema penitenciário mineiro não se mantiveram por muito tempo. Em 1990, esta passa a ser uma das atribuições da Secretaria de Estado de Justiça e apenas deixa de sê-lo, quando, em 1997, ela é transformada em Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos.

Quadro 6. Titulares das Secretarias e Órgãos Prisionais em Minas Gerais (1990 a 1999)

Ano	Secretaria de Estado de Justiça	Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos
1990	José Ferraz Caldas/ Ailton Torres Neves	NA
1991	Mário Assad	NA
1992	Mário Assad	NA
1993	Mário Assad	NA
1994	Mário Assad/ Jairo Monteiro da Cunha Magalhães	NA
1995	Tarcísio Humberto Parreiras Henriques	NA
1996	Tarcísio Humberto Parreiras Henriques	NA
1997	Tarcísio Humberto Parreiras Henriques	NA
1998	Tarcísio Humberto Parreiras Henriques/ Castellar Modesto Guimarães Filho	NA
1999	NA	Luiz Tadeu Leite/ Angela Pace

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Minas Gerais (2002), 2023.

Novas mudanças extremamente importantes ocorreram em 2003. Neste ano, houve não apenas a extinção da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH), mas também a criação da Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS), da qual fazia parte a Subsecretaria de Administração Prisional (SUAPI). Embora as cadeias públicas continuassem sob a gestão da Polícia Civil mineira, ao longo deste período, o entendimento de que a guarda de pessoas privadas de liberdade não deveria ser



uma das funções desta instituição se consolidou. Em decorrência disto, a transferência da administração destas unidades para a SUAPI se tornou uma das principais diretrizes da política penitenciária deste estado.

Quadro 7. Titulares das Secretarias e Órgãos Prisionais em Minas Gerais (2000 a 2009)

Ano	Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos	Secretaria de Estado de Defesa Social	Subsecretaria de Administração Prisional
2000	Angela Pace	NA	NA
2001	Angela Pace	NA	NA
2002	Angela Pace	NA	NA
2003	NA	Lúcio Urbano Silva Martins	Agílio Monteiro Filho
2004	NA	Lúcio Urbano Silva Martins	Agílio Monteiro Filho
2005	NA	Antônio Anastasia	Agílio Monteiro Filho
2006	NA	Antônio Anastasia/ Abi Ackel	Agílio Monteiro Filho/ Genilson Ribeiro Zeferino
2007	NA	Maurício de Oliveira Campos Júnior	Genilson Ribeiro Zeferino
2008	NA	Maurício de Oliveira Campos Júnior	Genilson Ribeiro Zeferino
2009	NA	Maurício de Oliveira Campos Júnior	Genilson Ribeiro Zeferino

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Minas Gerais (2002), 2023.

A leitura conjunta dos Quadros 7 e 8 nos permite observar que este arranjo de estruturas do governo mineiro para a gestão dos estabelecimentos penais estaduais foi a mais duradoura ao longo dos quarenta anos investigados. No entanto, este foi preservado por apenas 12 anos, ao todo. Em 2016, a SUAPI foi elevada à condição de Secretaria de Administração Prisional. Dito de outra maneira, tal pasta alcançou sua independência. Também merecem destaque a extinção da Secretaria de Estado de Defesa Social em 2018 e a criação da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e do a ela subordinado Departamento Penitenciário de Minas Gerais em 2019.

Quadro 8. Titulares das Secretarias e Órgãos Prisionais em Minas Gerais (2010 a 2019)

Ano	Secretaria de Estado de Defesa Social	Subsecretaria de Administração Prisional	Secretaria de Estado de Administração Prisional	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública	Departamento Penitenciário de Minas Gerais
2010	Maurício de Oliveira Campos Júnior/ Moacyr Lobato de Campos Filho	Genilson Ribeiro Zeferino	NA	NA	NA
2011	Lafayette Andrade	Murilo Andrade de Oliveira	NA	NA	NA
2012	Lafayette Andrade/ Rômulo de Carvalho Ferraz	Murilo Andrade de Oliveira	NA	NA	NA



Ano	Secretaria de Estado de Defesa Social	Subsecretaria de Administração Prisional	Secretaria de Estado de Administração Prisional	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública	Departamento Penitenciário de Minas Gerais
2013	Rômulo Ferraz	Murilo Andrade de Oliveira	NA	NA	NA
2014	Rômulo Ferraz/ Marco Antônio Rebelo Romanelli	Murilo Andrade de Oliveira	NA	NA	NA
2015	Bernardo Santana de Vasconcellos	Antônio de Padova Marchi Júnior/ Edilson Ivaír Costa	NA	NA	NA
2016	Bernardo Santana de Vasconcellos/ Antônio Armando dos Anjos/ Sérgio Barboza Menezes	NA	Francisco Kupidlowski	NA	NA
2017	Sérgio Barboza Menezes	NA	Francisco Kupidlowski	NA	NA
2018	Sérgio Barboza Menezes	NA	Francisco Kupidlowski/ Sérgio Barboza Menezes	NA	NA
2019	NA	NA	NA	Mario Lucio Alves de Araújo	Rodrigo Machado de Andrade

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Minas Gerais (2002), 2023.

As alterações nestas estruturas governamentais, descritas na presente seção, representam muito mais do que simples escolhas administrativas dos governadores. Em última instância, elas incidiram em e refletiram uma série de fenômenos que, ao longo destes anos, transformaram o sistema prisional mineiro. Dentre eles, merecem destaque sua expansão, modernização e profissionalização.

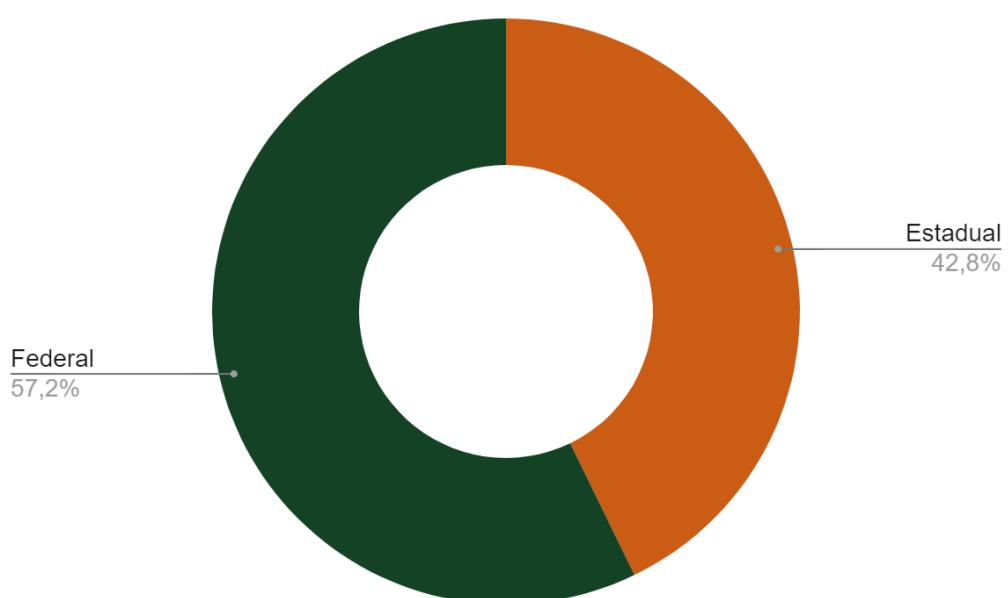
Por um lado, nas duas primeiras décadas do período compreendido por este estudo, o sistema penitenciário mineiro contava com poucas unidades, cujas taxas de ocupação eram relativamente baixas, e a gestão das mesmas era subordinada à pasta da Justiça. Enquanto isto, os presos provisórios se encontravam sob custódia da Polícia Civil, associada à pasta da Segurança Pública, em unidades de péssimas condições e superlotadas. Por outro, a crise das cadeias públicas fez com que, nas outras duas décadas, se construisse o entendimento de que estes estabelecimentos deveriam ser transferidos às pastas específicas de administração penitenciária. Isto, por sua vez, produziu dois importantíssimos efeitos: o surgimento de uma burocracia específica voltada para a guarda dos presos e a autonomização da pasta prisional estadual.



Legislação penitenciária estadual e federal

Uma base de dados acerca da legislação penitenciária estadual (Minas Gerais) e federal publicada entre 1979 e 2019 foi construída, conforme percurso metodológico descrito anteriormente. No total, **1.563 atos legislativos foram coletados**, cujos níveis de abrangência se distribuíram conforme mostra o Gráfico 7. Enquanto 57,2% das legislações sancionadas ao longo deste período foram federais, 42,8% incidiram apenas sobre Minas Gerais.

Gráfico 7. Atos legislativos coletados por nível de abrangência



Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

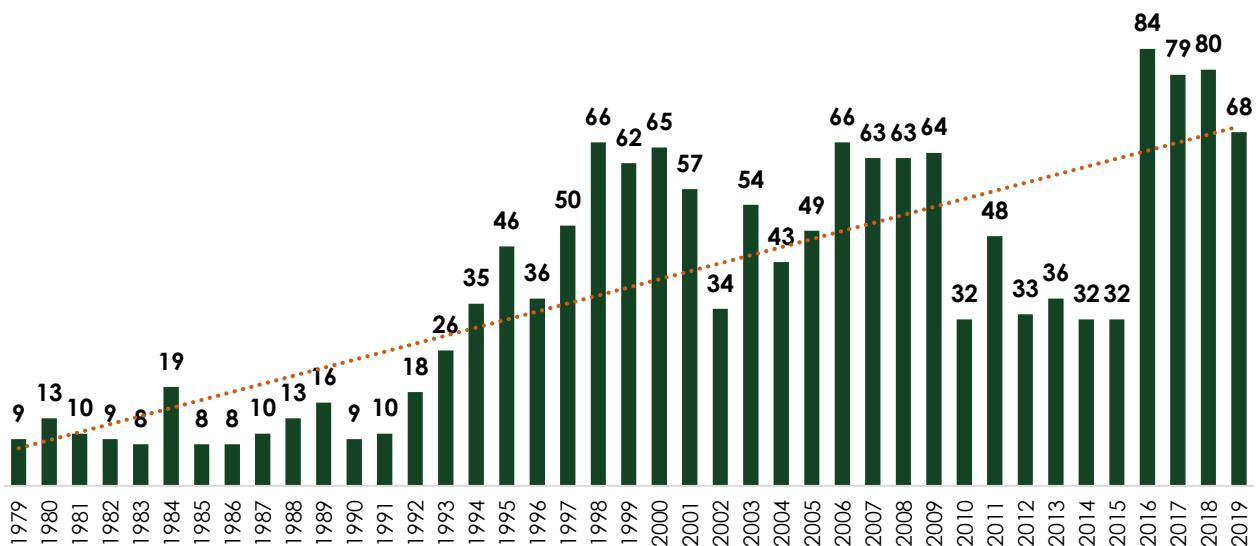
O Gráfico 8, por sua vez, apresenta a distribuição destes marcos legais de acordo com o ano em que foram publicados. A partir de sua leitura, observamos que o período de 1979 a 1983 concentrou as menores quantidades anuais de leis e decretos voltadas para a regulação do sistema prisional ao longo de todo o tempo abarcado pela pesquisa. Estas variaram de apenas 8 a 13 ao ano. Por coincidência ou não, tal tendência é revertida em 1984, justamente o ano da Lei de Execuções Penais (Lei nº 7210). Neste mesmo ano, foram publicados outros 18 atos legislativos com esta mesma finalidade.

Depois deste aumento, o número de atos legislativos retorna ao patamar do período de 1979 a 1983 e novos crescimentos expressivos ocorreram em 1993, 1995,



1998 e 2016. Nestes anos, o sistema prisional foi objeto de interesse de 26, 46, 66 e 83 leis e decretos, respectivamente.

Gráfico 8. Atos legislativos por ano de publicação, 1979 a 2019.



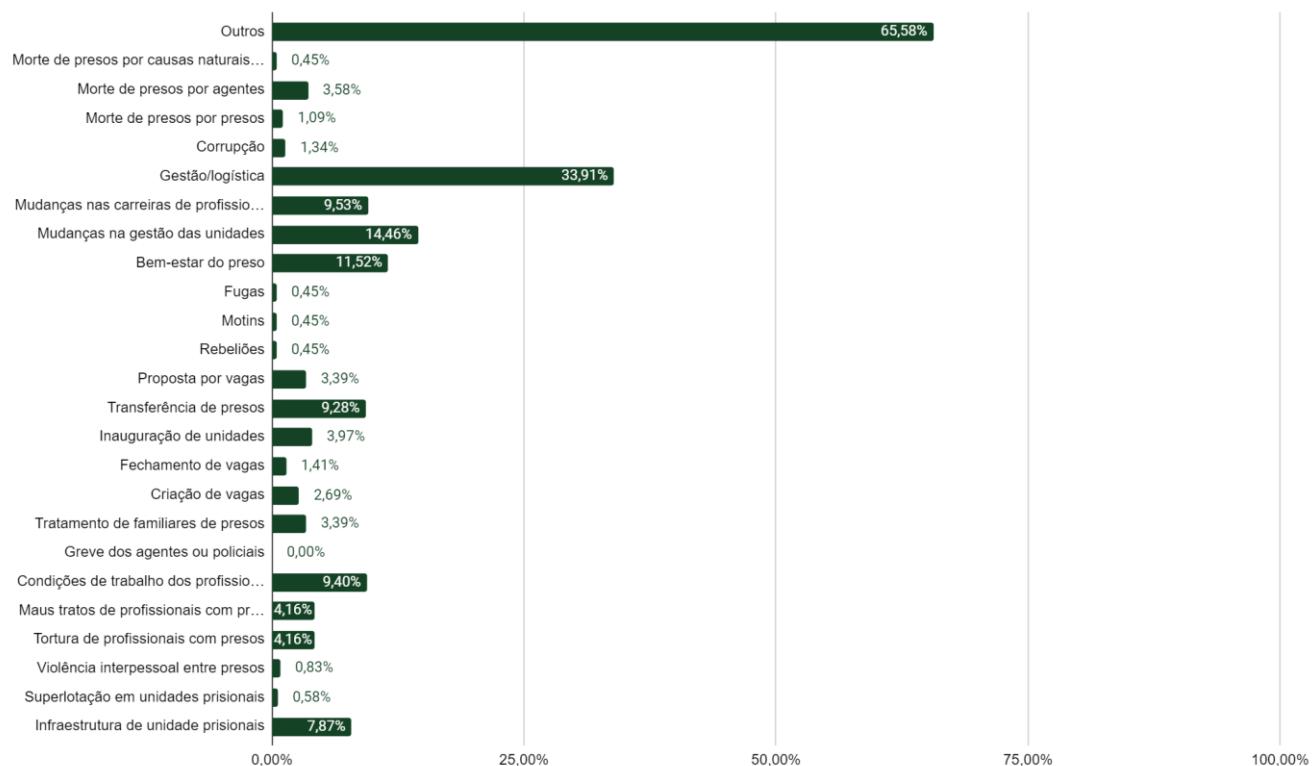
Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

Embora tenha sofrido algumas interrupções, a evolução temporal, ilustrada pelo Gráfico 8, corrobora resultados de estudos anteriores. O aumento dos números anuais de marcos legais voltados às prisões indica que, com o passar do tempo, os legisladores estaduais mineiros e brasileiros voltaram cada vez mais sua atenção ao assunto. Isto, por sua vez, pode estar relacionado tanto à consolidação da pauta do sistema prisional enquanto problema político e social quanto aos fenômenos de expansão e burocratização do sistema, ambos ocorridos neste período.

O Gráfico 9 contém a distribuição desses atos legislativos de acordo com os temas aos quais eles diziam respeito. Conforme descrevemos anteriormente, para que fosse possível comparar tais resultados com aqueles obtidos através das demais fontes de dados utilizadas nesta pesquisa, esta variável é composta pelas mesmas categorias que empregamos na análise dos bancos de notícias e também das atas do Colegiado de Defesa Social. No entanto, a partir da leitura do Gráfico 9, temos que estas não se mostraram adequadas para a atividade legislativa à medida em que a categoria “outros” representou mais de 60% de todas as leis e decretos.



Gráfico 9. Marcos legais distribuídos de acordo com os temas abordados pelos mesmos, 1979 a 2019.

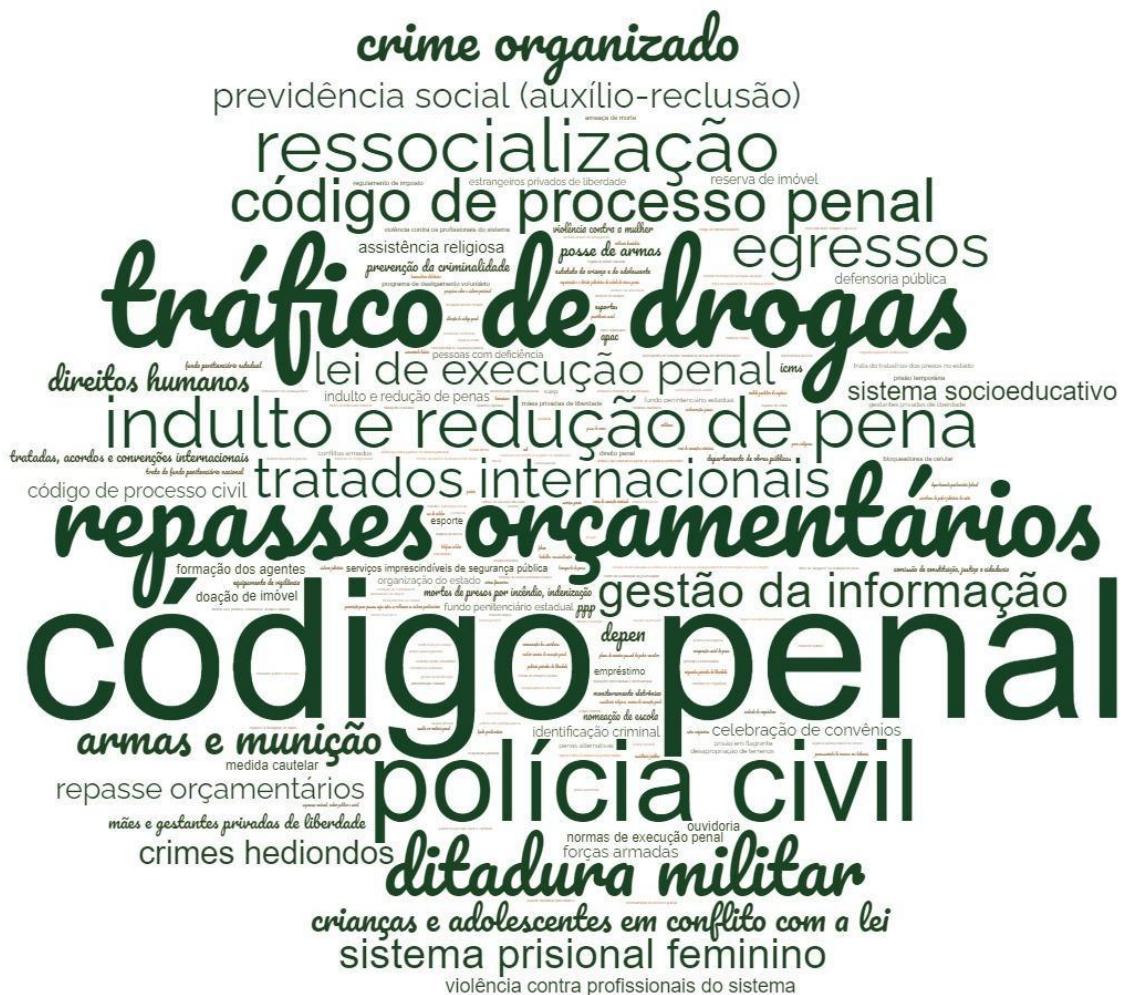


Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

A nuvem de palavras, representada pela Figura 2, nos permite observar quais são as temáticas que compunham, por sua vez, a categoria “outros”. Dentre elas, se destacaram: código penal, tráfico de drogas, repasses orçamentários, tratados internacionais, crime organizado, previdência social (auxílio-reclusão), polícia civil, indulto e redução da pena e gestão da informação. De volta ao Gráfico 9, observamos que, durante o período de 1979 a 2019, os temas mais abordados pelas leis e decretos voltados para o sistema prisional foram: sua gestão/logística, mudanças na gestão das unidades prisionais e o bem-estar das pessoas privadas de liberdade, os quais somaram 33,91%, 14,46% e 11,52% do total de marcos legais, nesta ordem. Já os demais assuntos não ultrapassaram 10%.



Figura 2. Representação gráfica dos assuntos que compunham a categoria “outros”, nas variáveis referentes às temáticas das leis e decretos sobre o sistema prisional, 1979 a 2019.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

Os resultados obtidos por meio da análise da legislação prisional brasileira e mineira nos permitem dizer que, entre os anos de 1979 e 2019, se destacaram não apenas o surgimento de novos tipos penais, mas também mudanças nas formas por meio das quais aqueles já existentes eram tratados. Neste sentido, ressaltamos que o tráfico de drogas e as facções criminosas foram as principais preocupações de nossos legisladores. Além disso, também cabe dizer que as leis e os decretos que foram implementados ao longo deste período produziram importantes alterações na gestão tanto do sistema quanto das unidades prisionais propriamente ditas. Tais modificações correspondem àquelas apresentadas na seção “Pasta penitenciária” do presente trabalho.

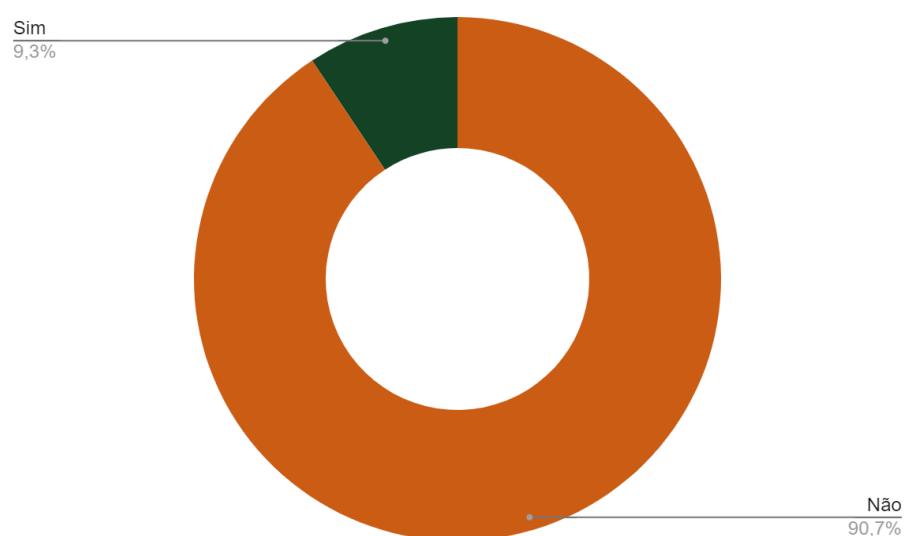


Atas do Colegiado de Defesa Social

Nesta seção, descrevemos os principais resultados obtidos através da análise das atas das reuniões do Colegiado de Defesa Social, realizadas entre 2004 e 2017. Como é possível observar no Gráfico 10, identificamos que mais de 90% das atas não mencionaram projetos, programas ou políticas públicas voltadas à ressocialização. Este dado é um importante indicativo de que, apesar da nossa Lei de Execuções Penais elencar a ressocialização dos presos como sua prioridade, este não foi um princípio orientador para as atividades dos nossos políticos e servidores públicos.

Logo, este é um forte argumento para aceitarmos a nossa hipótese de que, desde a reabertura democrática, as políticas penitenciárias mineiras padecem da **dependência de trajetória**. Como discutimos anteriormente, os anos de 1979 a 2019 foram envoltos por crises no sistema prisional e estas foram sempre respondidas com a abertura de novas vagas, sem que se constituíssem programas voltados para a melhoria das condições de vida dentro das prisões e a ressocialização dos presos. Em outras palavras, sempre que surgia um novo problema a resposta era a mesma: a construção de novas unidades prisionais e/ou a ampliação daquelas já existentes.

Gráfico 10. Distribuição relativa das atas das reuniões do Colegiado de Defesa Social de acordo com o fato de terem mencionado, ou não, programas, projetos e/ou políticas de ressocialização, 2004 a 2017.



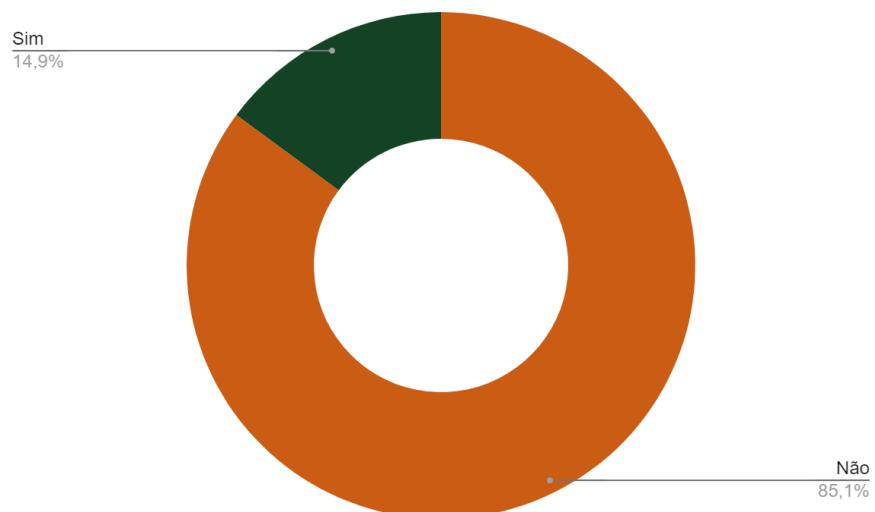
Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

O Gráfico 11, por sua vez, nos revela a proporção de reuniões do Colegiado de Defesa Social segundo o fato de terem sido discutidas, ou não, questões ligadas



ao orçamento do sistema prisional. A partir de sua leitura, observamos que apenas 14,9% de suas atas continham registros sobre este tipo de debate.

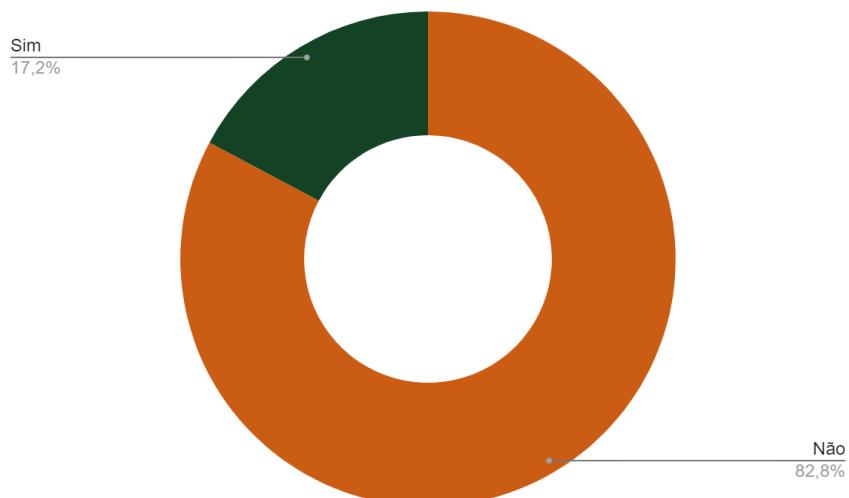
Gráfico 11. Distribuição das atas das reuniões do Colegiado de Defesa Social segundo o fato de terem sido discutidas, ou não, pautas relacionadas a questões orçamentárias, 2004 a 2017.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

No Gráfico 12, vemos ainda que poucas das pautas relacionadas ao sistema prisional mineiro, discutidas nessas reuniões, recebiam encaminhamentos. Apenas 17% destas questões geraram decisões práticas a respeito de como poderiam ser solucionadas, quais eram os atores responsáveis por elas, dentre outros.

Gráfico 12. Distribuição relativa das atas das reuniões do Colegiado de Defesa Social de acordo com o fato de suas pautas terem recebido, ou não, encaminhamentos, 2004 a 2017.

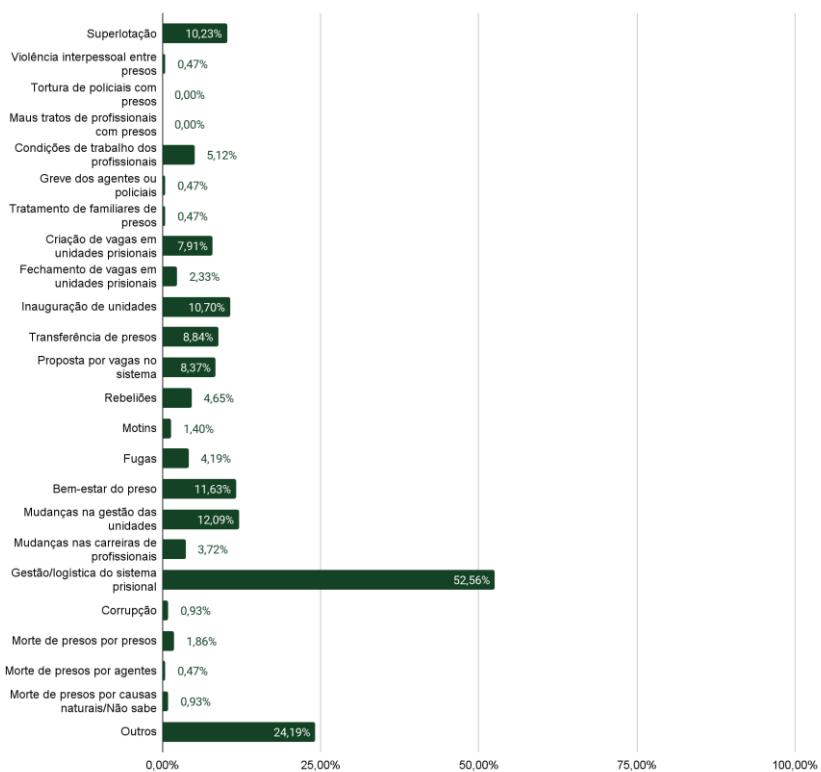


Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.



O Gráfico 13, por sua vez, evidencia que a temática mais tratada durante as reuniões foi a gestão/logística do sistema penitenciário (52%). Esta foi seguida pelos temas referentes às mudanças na gestão dos estabelecimentos penais (12%) e ao bem-estar dos custodiados (11,6%), respectivamente. Também merecem destaque as proporções de atas nas quais foram relatadas as discussões da inauguração de novas unidades prisionais (10,7%), da superlotação (10,2%), da transferência de presos (8,8%) e as proposta por novas vagas no sistema (8,3%).

Gráfico 13. Distribuição relativa das atas das reuniões do Colegiado de Defesa Social de acordo com os assuntos nelas abordados, 2004 a 2017.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

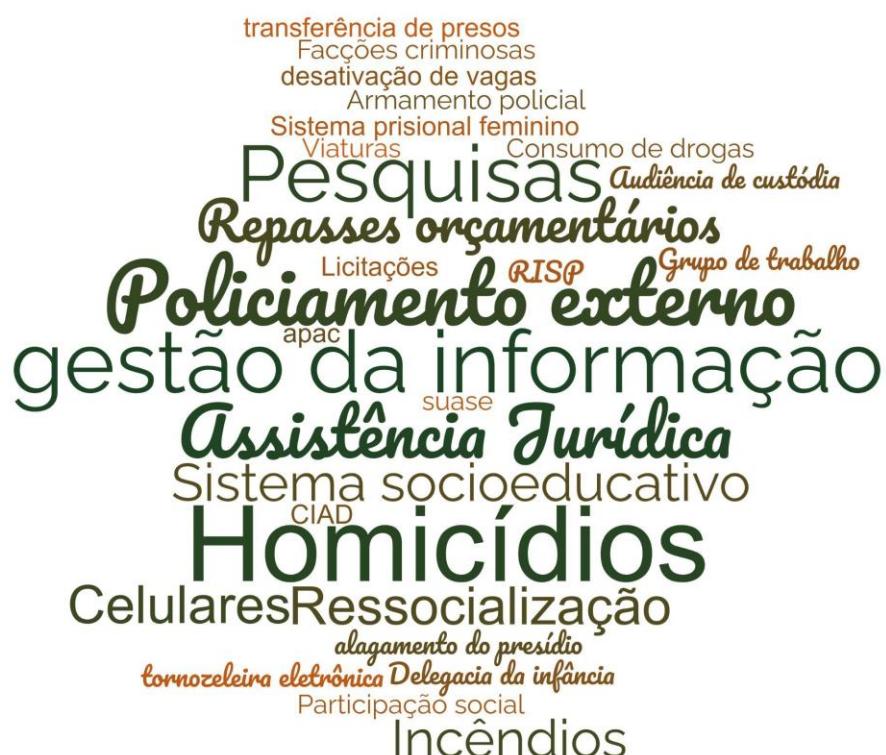
Consideramos que também foram significativas as preocupações expressas com rebeliões (4,6%), fugas (4,2%), motins (1,4%), a morte de presos por presos (1,9%) e a morte dos mesmos provocada por agentes (0,5%). No entanto, não podemos ignorar o número de atas que versavam sobre outros assuntos, além daqueles que foram listados nos formulários (24,19%).

Por este motivo, geramos a Figura 3, a qual nos indica quais foram os temas que, dentre eles, se destacaram. A partir de sua leitura, observamos que homicídios,



gestão da informação, uso de celulares dentro das unidades prisionais, pesquisas, repasses orçamentários, policiamento externo aos estabelecimentos penais, sistema socioeducativo, ressocialização e assistência jurídica foram importantes objetos da preocupação do Colegiado de Defesa Social.

Figura 3. Outros problemas discutidos durante as reuniões do colegiado



Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

Por meio desta análise, concluímos que, por um lado, há importantes indícios da preocupação deste órgão com o bem-estar dos presos e os conflitos que eles enfrentam nos seus cotidianos dentro dos cárceres. Por outro, era insatisfatória a atenção que voltava para ressocialização das pessoas privadas de liberdade. Além disto, também ressaltamos que faltava prontidão e eficiência na executabilidade das medidas propostas nas reuniões.

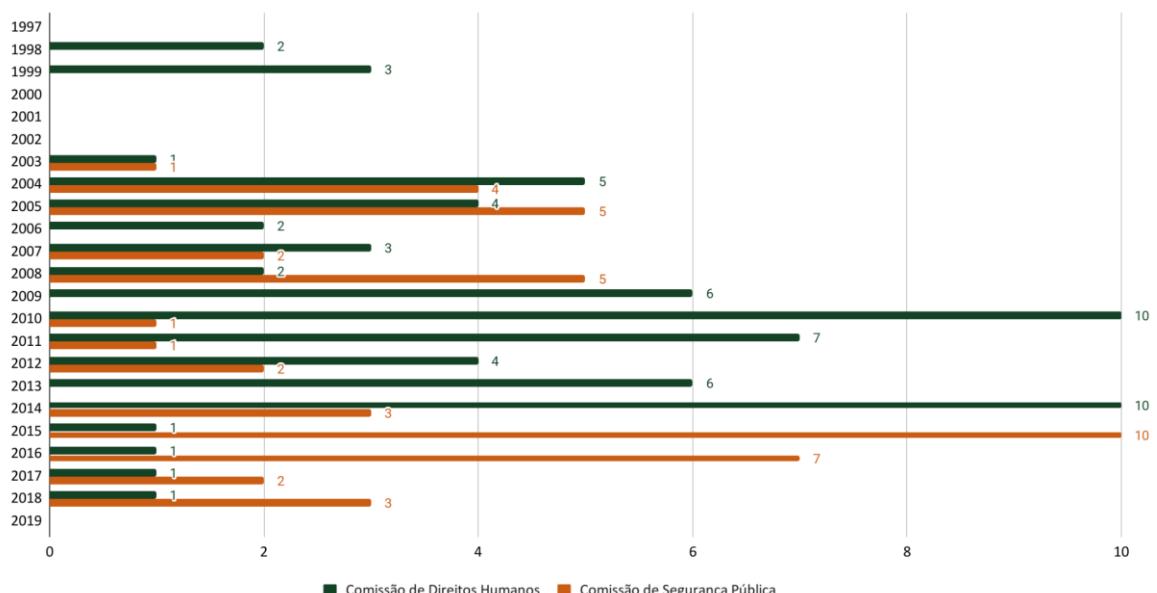


Audiências Públicas e CPIs

Ao longo desta seção, debatemos os principais resultados obtidos por meio da análise dos documentos das audiências públicas promovidas pelas Comissões de Direitos Humanos e de Segurança Pública no âmbito da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) e das Comissões Parlamentares de Inquérito, realizadas na Câmara dos Deputados, e também na mesma casa legislativa estadual.

Construímos uma base de dados acerca das audiências públicas, realizadas nos âmbitos das Comissões de Direitos Humanos e de Segurança Pública da ALMG, conforme percurso metodológico descrito anteriormente. Entre os anos de 1997 e 2019, a primeira foi responsável pela realização de 69 audiências públicas sobre o sistema prisional, enquanto a segunda apenas presidiu 46 audiências com a mesma temática. É possível verificar sua distribuição ao longo destes anos no Gráfico 14.

Gráfico 14. Distribuição das audiências públicas realizadas pelas Comissões de Direitos Humanos e de Segurança Pública ao longo dos anos, 1979 a 2019.



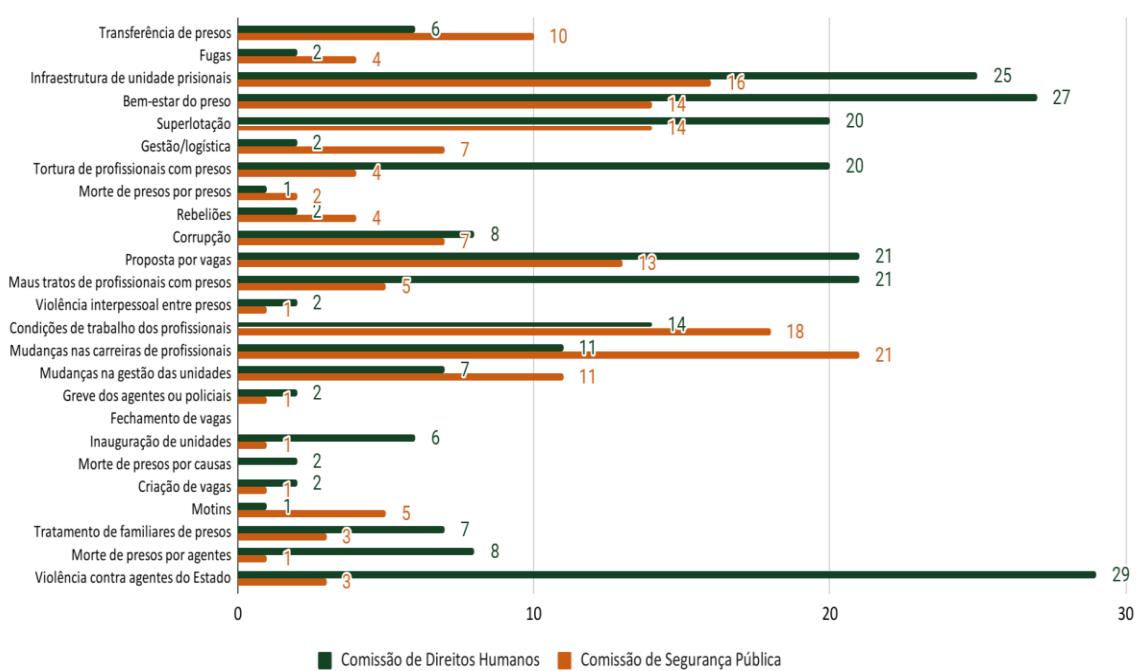
Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

Através dele, percebemos que os anos de 2009, 2014 e 2015 apresentaram os maiores números de audiências públicas sobre o sistema prisional mineiro. Enquanto, nos dois primeiros anos, se destacaram aquelas realizadas pela Comissão de Direitos Humanos, no último ano, se sobressaíram aquelas promovidas pela Comissão de Segurança Pública.



Já o Gráfico 15 detalha a distribuição dessas audiências públicas de acordo com os temas em torno dos quais giraram. Como é possível observar, as temáticas de maior repercussão na Comissão de Direitos Humanos da ALMG foram a violência contra agentes do Estado, o bem-estar dos presos e a infraestrutura das prisões. Em contrapartida, na Comissão de Segurança Pública, os temas mais debatidos foram as mudanças nas carreiras dos profissionais do sistema prisional, suas condições de trabalho e a infraestrutura das unidades prisionais.

Gráfico 15. Distribuição das audiências públicas das Comissões de Direitos Humanos e Segurança Pública de acordo com os temas e eventos abordados, 1979 e 2019.



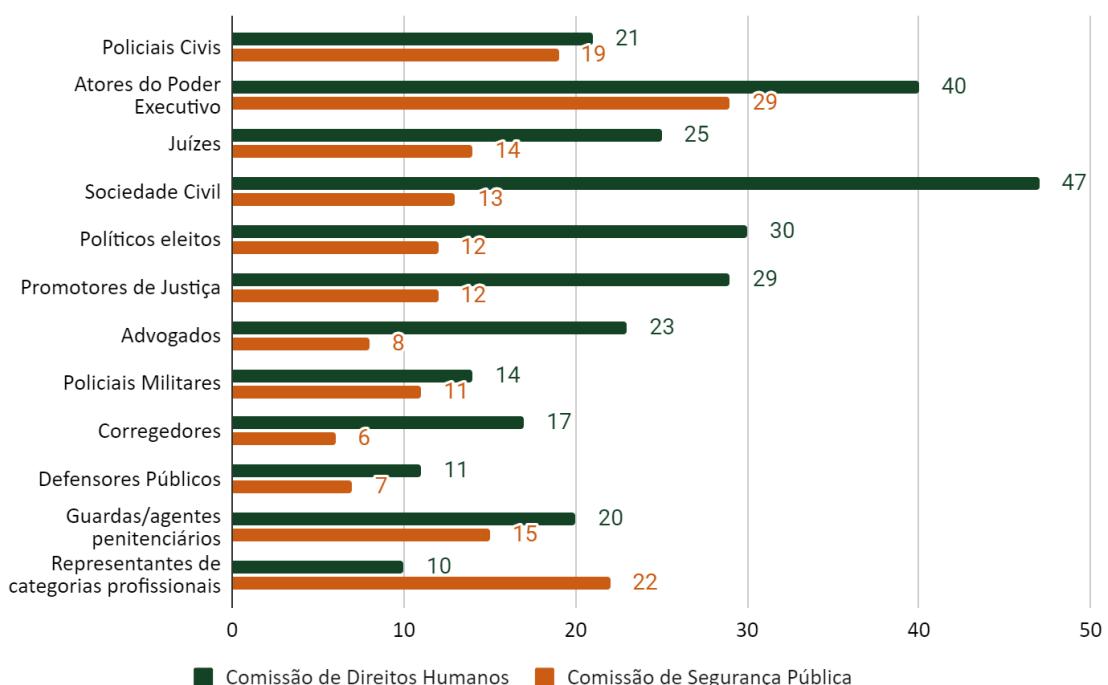
Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

Em relação aos assuntos menos debatidos nas audiências públicas da ALMG, o Gráfico 15 nos mostra que, naquelas feitas pela Comissão de Direitos Humanos, estes foram os motins, a gestão/logística do sistema prisional, as fugas, as rebeliões, a violência interpessoal entre presos, as greves de policiais/agentes, as mortes de presos por mortes naturais/indeterminadas e a criação de vagas em presídios. Nas audiências públicas promovidas pela Comissão de Segurança Pública, os temas menos discutidos foram os mesmos, exceto pelos motins e pelas rebeliões e com a adição das mortes de presos por agentes estatais.



Uma vez apresentados os temas tratados durante as audiências públicas, o Gráfico 16 contém a distribuição das audiências públicas de acordo com os atores que, nelas, se destacaram. Através dele, observamos que membros da sociedade civil organizada, atores do poder executivo estadual e, como já era de se esperar, políticos eleitos foram os grupos mais presentes naquelas realizadas pela Comissão de Direitos Humanos. Em compensação, as participações de representantes das categorias profissionais que atuam no sistema prisional, atores do poder executivo estadual e guardas, agentes penitenciários ou policiais penais foram notáveis nas audiências públicas promovidas pela Comissão de Segurança Pública.

Gráfico 16. Principais atores nas audiências públicas da Comissão de Direitos Humanos e da Comissão de Segurança Pública



Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

Tais resultados nos indicam que o sistema prisional mineiro foi investigado sob diferentes ângulos em cada uma destas arenas. Por um lado, questões relativas aos profissionais do sistema estiveram no centro das audiências públicas realizadas pela Comissão de Segurança Pública. Por outro, aquelas organizadas pela Comissão de Direitos Humanos focaram em problemáticas mais amplas, envolvendo o sistema como um todo. Isto foi evidenciado não apenas pelo destaque que os diversos



grupos de atores receberam nessas ocasiões, mas, principalmente, pelas temáticas que, nelas, foram debatidas.

Da mesma forma, as CPIs sobre o sistema prisional mineiro se dedicaram a três tipos de investigação. Em primeiro lugar, estariam aquelas voltadas à apuração de situações específicas, as quais foram marcadas por supostas corrupções e/ou violações de direitos de atores envolvidos no sistema. Em segundo lugar, estariam as investigações sobre as condições de determinados estabelecimentos penais. Estas, portanto, podiam dizer respeito tanto à sua infraestrutura, quanto às condições de vida das pessoas privadas de liberdade que lá se encontravam e às condições de trabalho dos profissionais que lá atuavam. Por último, mas não menos importante, estão aquelas relacionadas ao sistema prisional mineiro como um todo.

Durante a realização de CPIs de segurança pública e direitos humanos era comum que vários deputados estaduais mineiros percorressem o estado, visitando unidades prisionais. Além disso, em seus relatórios, também é possível encontrar recomendações para a solução do problema abordado. No relatório da CPI do Sistema Carcerário de 1997, por exemplo, recomendou-se a transferência das cadeias públicas, administradas pela Polícia Civil, para a pasta responsável pelo sistema penitenciário estadual.

Perspectivas dos atores proeminentes

Nesta seção, tratamos das perspectivas de pessoas de atuação proeminente no sistema prisional de Minas Gerais, durante o período entre 1979 e 2019, a partir de diferentes vínculos institucionais. Posto isto, o grupo “gestores” corresponde às pessoas que ocuparam, entre os anos de 1975 e 2019, cargos de alto escalão na pasta responsável pela administração do sistema prisional do Poder Executivo estadual. Dentre nossos 25 interlocutores, 9 haviam sido gestores desta pasta. Embora nos tenham relatado diversas experiências que lhes são particulares, uma vez que eram relacionadas às suas vidas particulares e às suas trajetórias profissionais pregressas, identificamos diversos pontos comuns entre suas narrativas.

Além de serem amplamente difundidos, tais entendimentos compartilhados também eram mobilizados como explicações para o funcionamento do sistema, como se fossem associações causais naturais ou, até mesmo, incontestáveis. Postas tais características, inspiramo-nos na abordagem dos mitos racionais para melhor



compreendê-los (MEYER, ROWAN, 1997). Os mitos identificados nas narrativas dos gestores se encontram descritos no Quadro 9.

Quadro 9. *Mitos institucionais identificados entre os gestores e suas respectivas descrições. 2022.*

Mitos institucionais	Descrição
1 - No Brasil, não há política de estado voltada para o sistema prisional.	Embora tenham conseguido importantes avanços na humanização/modernização do sistema, estas não foram duradouras, uma vez que os governos estaduais e federais não se apropriaram das políticas bem-sucedidas de seus antecessores. As iniciativas e projetos voltados para a ressocialização eram rapidamente desmontados por governos posteriores.
2 - O sistema prisional convencional é incapaz de ressocializar.	A LEP é uma normativa muito "avançada" para a realidade brasileira e inúmeros fatores não permitem que seja respeitada na íntegra, principalmente, a limitação dos recursos dos quais os gestores dispõem. As gestões foram limitadas pela crise financeira do Estado e pelo crescimento da população privada de liberdade, fizeram o que podiam para manter o sistema "de pé".
3 - A experiência profissional pregressa é o que faz um bom gestor.	Suas trajetórias profissionais pregressas foram determinantes não apenas para que fossem nomeados gestores pelos governadores, mas também para as decisões que tomaram em relação às questões mais sensíveis que enfrentaram à frente da pasta, em especial aquelas relacionadas ao bem-estar dos presos e de seus familiares.
4 - Os gestores são os únicos atores movidos pelo conhecimento "técnico" e "científico".	Durante suas gestões, desagradaram deputados, governadores e policiais penais por defenderem a LEP e os princípios de nomeação dos cargos sob sua administração. O desejo de prestígio por parte dos policiais penais e votos por parte dos deputados levaram o sistema prisional a se distanciar ainda mais da LEP, defendida aguerridamente pelos gestores.
5 - Falta identidade à Polícia Penal.	O principal problema da Polícia Penal é a falta de clareza quanto às suas funções, o que a sociedade espera dela e como podem ser exercidas no cotidiano prisional. Por esse motivo, prevaleceu o papel de policial em detrimento do papel de agente ressocializador.
6 - As famílias dos presos e presas são um elemento estabilizador do sistema prisional.	Historicamente, o sistema prisional viola os direitos tanto das pessoas privadas de liberdade quanto de suas famílias que, inevitavelmente, se vêem envolvidas na execução da pena e acabam se tornando vítimas da arbitrariedade dos agentes do estado.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

Como é possível observar a partir de sua leitura, o primeiro mito institucional se refere à durabilidade e qualidade das políticas públicas prisionais implementadas no Brasil. Segundo os gestores que entrevistamos, estas não são políticas de Estado, mas, sim, políticas de governo. Consequentemente, são extremamente suscetíveis às alternâncias de partidos e atores no poder executivo. Esta era uma importante fonte de frustração entre estes indivíduos que sentiam que, independentemente da intensidade da mudança que produzissem no sistema prisional mineiro, esta nunca seria duradoura e, logo, velhos problemas ressurgiriam.



O segundo mito, por sua vez, está relacionado à suposta incapacidade do sistema prisional de propiciar a ressocialização de seus custodiados. Tal dificuldade foi relacionada à superlotação, às graves condições das instalações das prisões convencionais, à falta de oferta de atividades educacionais e laborais e à falta de recursos financeiros. Por estes motivos, os gestores que entrevistamos apontaram os modelos APAC (Associação de Proteção e Assistência aos Condenados) e Parceria Público Privada como as melhores alternativas de gestão. Ao mesmo tempo, eles admitiam que os critérios de elegibilidade e os recursos dos quais dispunham eram importantes fatores para o sucesso de ambos os modelos. Entre os demais grupos de entrevistados, tais tipos de estabelecimentos receberam os mesmos elogios e as mesmas críticas.

O terceiro mito diz respeito às habilidades necessárias para que a pessoa se torne um bom gestor do sistema prisional. Considerando os depoimentos dos nossos interlocutores, observamos que a experiência profissional pregressa é fundamental. Segundo eles, a depender de suas trajetórias, poderiam se mostrar mais favoráveis a políticas de ressocialização, garantistas, ou de contenção/segurança, punitivistas. Enquanto as primeiras foram associadas a advogados, professores e psicólogos, as segundas foram ligadas a policiais. Assim como o segundo mito, este também foi verificado entre os demais grupos de entrevistados.

O quarto mito consiste na ideia de que os gestores seriam os atores movidos por princípios técnico-científicos, enquanto os policiais penais o seriam por ciúmes e invejas das pessoas privadas de liberdade e os políticos por interesses eleitoreiros. Ao expressarem esta crença, nossos colaboradores narraram episódios nos quais foram alvos de críticas e conspirações protagonizadas por estes outros dois grupos atores. Como era de se esperar, este entendimento não era compartilhado com policiais penais e deputados. Em contrapartida, o primeiro grupo destacou a importância de que o sistema passasse a ser administrado pela própria categoria e o segundo grupo ressaltou ressaltou a importância das articulações que teceram em favor dos servidores.

As tensões entre gestores e policiais penais também se manifestaram através do quinto mito institucional identificado. Para os gestores, o principal problema dos policiais penais seria o fato de que, ao contrário das polícias civil e militar, estes não possuíam uma identidade bem definida. Uma prova disto seria a incerteza destes profissionais a respeito de quais seriam as suas funções no cumprimento das penas:



cuidar e ressocializar ou conter e punir. Nossos interlocutores membros dos grupos dos gestores, juízes e promotores, advogados e defensores públicos e da sociedade civil organizada se respaldavam na Lei de Execuções Penais (nº 7210/1984) para ressaltar a relevância da primeira dupla, enquanto os policiais penais se valiam das dificuldades impostas pelo cotidiano no cárcere para enfatizar a segunda.

O sexto e último mito institucional diz respeito à crença de que dispensar bom tratamento às famílias das pessoas privadas de liberdade é fundamental para que o sistema prisional se mantenha estável. Dito de outra maneira, sem fugas, rebeliões e/ou motins. Os gestores com os quais conversamos afirmaram que se esforçavam para manter bons relacionamentos com as famílias de presos e presas, justamente, para evitar tais problemas. Neste ponto, eles diferem significativamente dos atores da sociedade civil organizada que entrevistamos: ao se relacionarem com parentes de presos, estes têm o objetivo de ajudá-los a acessar seus direitos e denunciar as violações que sofrem.

Através das entrevistas semiestruturadas realizadas no âmbito desta pesquisa, conhecemos as perspectivas de vinte e cinco pessoas de atuação proeminente no sistema prisional de Minas Gerais, durante o período analisado, sobre as principais políticas penais desse estado. Como já dissemos, nossos interlocutores possuíam os mais diversos vínculos institucionais com o sistema, sendo que vários deles já haviam ocupado mais de uma destas posições.

Esta constituiu a principal vantagem das entrevistas que realizamos por três motivos. Em primeiro lugar, isto nos possibilitou identificar e comparar como atores associados a diferentes instituições foram afetados por suas relações com o sistema carcerário mineiro. Em segundo lugar, isto nos permitiu observar quais eram suas percepções a respeito das formas por meio das quais se relacionavam entre si. Por fim, assim, garantimos que conseguiríamos confrontar seus entendimentos sobre o sistema e suas versões sobre determinados acontecimentos com aqueles dos outros atores.



PARQUE PRISIONAL

Orçamento Público

Neste segmento do presente relatório, debatemos nossos resultados relativos ao orçamento público destinado ao sistema prisional mineiro entre os anos de 2003 e 2019. Conforme expusemos anteriormente, tais dados foram coletados através do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI), do Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) e do Portal da Transparência de Minas Gerais sob gerenciamento da Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais - CGE/MG.

A Tabela 5 contém a estrutura orçamentária básica do sistema carcerário de Minas Gerais durante este período de tempo. A partir de sua leitura, verificamos que os anos de 2004, 2006 e 2005 acumularam as maiores quantidades previstas de programas de Segurança Pública nos PPAGs: 25, 23 e 21, respectivamente. Em contrapartida, os maiores números de programas previstos exclusivamente para o sistema prisional foram apresentados entre os anos de 2008 e 2015. Se, por um lado, os programas previstos voltados à Segurança Pública variaram consideravelmente ao longo do período analisado, por outro, aqueles específicos ao sistema prisional se mostraram relativamente estáveis, apresentando uma única queda brusca em 2016.

Outra importante diferença entre estes programas são as discrepâncias que notamos entre os números previstos para eles e aqueles executados. Nos anos de 2003, 2005 e 2006, foram desempenhados 13, 3 e 4, nesta ordem, programas de Segurança Pública a menos do que haviam sido previstos. Enquanto isto, 2003 foi o único ano em que tal discrepância foi constatada para os programas exclusivos para o sistema prisional.



Tabela 5. Estrutura orçamentária básica do sistema prisional de Minas Gerais, 2003 a 2019.

Ano	Total de PGs na Segurança Pública previstos nos PPAGs	Total de PGs na Segurança Pública exclusivos para o Sistema Prisional previstos nos PPAGs	Total de PGs da Segurança Pública nas execuções orçamentárias	Total de PGs da Segurança Pública nas execuções orçamentárias exclusivos para o Sistema prisional	Valor pago para os PGs da Segurança Pública	Valor pago para os PGs da Segurança Pública exclusivos ao Sistema Prisional	% do valor pago para os PGs da Segurança Pública exclusivos ao Sistema Prisional
2003	18	3	5	2	R\$ 52.697.703,31	R\$ 23.865.564,52	45,3
2004	25	3	24	3	R\$ 135.890.058,53	R\$ 54.813.425,17	40,3
2005	22	3	19	3	R\$ 291.422.531,80	R\$ 149.205.318,34	51,2
2006	23	3	19	3	R\$ 418.416.891,42	R\$ 209.618.457,09	50,1
2007	21	3	15	3	R\$ 502.015.492,04	R\$ 238.280.364,70	47,5
2008	15	4	15	4	R\$ 626.407.129,35	R\$ 333.883.904,33	53,3
2009	15	4	15	4	R\$ 745.549.086,79	R\$ 424.783.598,48	57,0
2010	15	4	15	4	R\$ 871.334.845,53	R\$ 537.099.532,93	61,6
2011	18	4	18	4	R\$ 1.042.953.742,20	R\$ 666.730.440,05	63,9
2012	17	4	17	4	R\$ 1.663.787.348,76	R\$ 1.017.616.484,30	61,2
2013	17	4	17	4	R\$ 2.151.097.694,91	R\$ 1.298.525.410,60	60,4
2014	17	4	17	4	R\$ 2.762.659.024,96	R\$ 1.743.843.870,86	63,1
2015	17	4	16	4	R\$ 3.833.943.129,88	R\$ 2.530.614.078,51	66,0
2016	20	2	19	2	R\$ 6.018.068.380,31	R\$ 2.647.387.514,84	44,0
2017	18	2	18	2	R\$ 6.660.727.066,00	R\$ 3.046.053.434,46	45,7
2018	18	2	18	2	R\$ 3.934.830.948,64	R\$ 2.947.238.790,55	74,9
2019	17	2	17	2	R\$ 7.146.698.991,42	R\$ 3.067.528.982,74	42,9
Total	313	55	284	54	R\$38.858.500.065,84	R\$20.937.089.172,47	53,9

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de CGE/MG (2021) | Deflator: Deflator Implícito do PIB, com ano de referência 2010.



Na Tabela 5 também estão disponíveis os valores pagos aos programas da Segurança Pública, àqueles exclusivos para o sistema prisional e as proporções que os segundos representam dos primeiros. A partir de sua leitura, observamos que, no período de 2011 a 2019, foram destinadas as maiores quantidades de recursos aos programas de Segurança Pública. Estas ultrapassaram o valor de R\$ 1 bilhão. Por coincidência ou não, este também foi o período no qual os programas próprios ao sistema prisional apresentaram as maiores proporções dos orçamentos destinados à Segurança Pública, com exceção dos anos de 2016 e 2019.

A Tabela 6, por sua vez, apresenta a distribuição dos recursos passados para o sistema prisional mineiro de acordo com as atividades que custearam. A partir de sua leitura, observamos que, durante todo este período, os gastos com pessoal e o próprio funcionamento das unidades prisionais ultrapassaram aqueles destinados à infraestrutura das mesmas, à segurança, à assistência aos presos, à comunicação e outros tipos de serviços. Ao longo desses dezesseis anos, houve um aumento vertiginoso dos recursos financeiros do sistema prisional mineiro. Se, por um lado, estes eram apenas R\$ 23.865.564,52 em 2003, por outro, eram R\$ 3.067.528.982,74 em 2019.

Ao investigarmos o orçamento do sistema penitenciário mineiro verificamos que, entre 2003 e 2019, este se expandiu consideravelmente. Na próxima seção do presente relatório, apresentamos e discutimos dados relativos aos estabelecimentos penais existentes neste estado e também sua população privada de liberdade. Os principais objetivos deste exercício são descrever mais detalhadamente e mensurar tal expansão.



Tabela 6. Valores gastos no sistema prisional de Minas Gerais por categoria de financiamento (2003 a 2019)

Ano	Assistência aos Presos	Comunicação	Funcionamento das unidades	Pessoal	Infraestrutura prisional	Segurança	Outros	Total
2003	R\$ 914.638,41	R\$ 8.436,48	R\$ 10.668.528,79	R\$ 10.711.327,90	R\$ 1.364.834,32	R\$ 55.420,70	R\$ 142.377,92	R\$ 23.865.564,52
2004	R\$ 1.113.729,09	R\$ 28.736,47	R\$ 38.249.975,99	R\$ 950.870,20	R\$ 14.020.504,31	R\$ 109.577,22	R\$ 340.031,88	R\$ 54.813.425,17
2005	R\$ 1.522.427,34	R\$ -	R\$ 43.669.880,33	R\$ 37.398.042,50	R\$ 65.771.838,11	R\$ 39.692,62	R\$ 803.437,44	R\$ 49.205.318,34
2006	R\$ 1.964.635,15	R\$ 7.399,69	R\$ 55.633.407,46	R\$ 96.543.477,03	R\$ 54.116.736,85	R\$ 492.783,04	R\$ 860.017,87	R\$ 209.618.457,09
2007	R\$ 1.518.343,88	R\$ 105.279,45	R\$ 78.152.574,77	R\$ 128.509.995,31	R\$ 24.602.451,80	R\$ 1.497.294,99	R\$ 3.894.424,49	R\$ 238.280.364,70
2008	R\$ 1.587.348,06	R\$ 122.671,64	R\$ 102.093.842,55	R\$ 175.578.197,63	R\$ 49.204.326,93	R\$ 3.696.956,81	R\$ 1.600.560,71	R\$ 333.883.904,33
2009	R\$ 1.390.668,92	R\$ 4.761,71	R\$ 144.172.716,65	R\$ 242.170.594,79	R\$ 29.844.680,89	R\$ 3.330.290,98	R\$ 3.869.884,54	R\$ 424.783.598,48
2010	R\$ 2.619.419,67	R\$ 46.981,80	R\$ 158.420.438,85	R\$ 347.211.866,90	R\$ 19.169.842,57	R\$ 5.298.043,07	R\$ 4.332.940,07	R\$ 537.099.532,93
2011	R\$ 2.018.284,54	R\$ -	R\$ 196.544.566,72	R\$ 441.709.228,11	R\$ 18.113.022,35	R\$ 1.377.440,74	R\$ 6.967.897,59	R\$ 666.730.440,05
2012	R\$ 3.084.444,22	R\$ 34.664,75	R\$ 229.104.355,25	R\$ 747.336.421,35	R\$ 13.339.328,93	R\$ 4.189.174,64	R\$ 20.528.095,17	R\$ 1.017.616.484,30
2013	R\$ 4.412.235,45	R\$ 619.054,89	R\$ 263.496.831,52	R\$ 961.150.118,66	R\$ 8.207.292,54	R\$ 2.260.585,32	R\$ 58.379.292,22	R\$ 1.298.525.410,60
2014	R\$ 3.141.412,80	R\$ 408.585,99	R\$ 350.398.649,54	R\$ 1.321.998.319,93	R\$ 5.832.010,61	R\$ 10.414.002,33	R\$ 51.650.889,67	R\$ 1.743.843.870,86
2015	R\$ 5.419.759,24	R\$ -	R\$ 415.190.183,66	R\$ 2.044.869.062,96	R\$ 3.052.324,64	R\$ 4.706.170,25	R\$ 57.376.577,75	R\$ 2.530.614.078,51
2016	R\$ 4.796.977,80	R\$ -	R\$ 423.218.899,69	R\$ 2.196.473.409,76	R\$ 3.789.938,18	R\$ 8.102.555,29	R\$ 11.005.734,11	R\$ 2.647.387.514,84
2017	R\$ 7.020.069,43	R\$ -	R\$ 541.406.098,84	R\$ 2.437.545.022,27	R\$ 2.117.200,58	R\$ 4.010.725,34	R\$ 43.954.318,00	R\$ 3.046.053.434,46
2018	R\$ 2.525.507,86	R\$ -	R\$ 439.354.842,32	R\$ 2.462.114.542,72	R\$ 2.292.351,23	R\$ 29.542.311,41	R\$ 11.409.235,01	R\$ 2.947.238.790,55
2019	R\$ 15.328.737,23	R\$ -	R\$ 566.735.212,07	R\$ 2.441.689.719,58	R\$ 7.617.038,39	R\$ 5.714.057,42	R\$ 30.444.218,05	R\$ 3.067.528.982,74

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de CGE/MG (2021) | Deflator: Deflator Implícito do PIB, com ano de referência 2010.



População prisional, infraestrutura geral e estabelecimentos penais

O marco inicial desta pesquisa foi 1979, ano que foi marcado pela entrada em vigor da Lei nº 6.683/1979, também conhecida como Lei da Anistia. Através dela, concedeu-se anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometaram crimes políticos ou conexos com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares.

Apesar desta conquista, aquele não foi um ano de comemorações para o sistema prisional mineiro. Isso porque, dos 7 presídios que estavam em funcionamento no estado, foram identificadas a ocorrência de, pelo menos, 3 grandes rebeliões de presos - Penitenciária de Ribeirão das Neves, Cadeia de Santa Terezinha (Juiz de Fora) e Depósito da Lagoinha - reivindicando melhores condições de vida nas penitenciárias.

Em 1983, também como reação a estas péssimas condições de vida, iniciou-se uma sindicância para apurar as irregularidades denunciadas pelos presos, através de uma carta ao Diário Mercantil, no Presídio Santa Terezinha. Em março de 1985, as carceragens policiais de Belo Horizonte e de Juiz de Fora contabilizaram 11 mortes, por chutes e enforcamentos. Nas celas da Delegacia de Furtos e Roubos de Belo Horizonte, no dia 06 de maio de 1985, os presos escolheram os companheiros de cela considerados mais fracos e "sortearam" dois que deveriam ser mortos, prática que ficou conhecida nas cadeias como "ciranda da morte" (Paixão, 1985).

Ou seja, já em 1983, o sistema penitenciário desponta os primeiros indícios de contaminação da crise. O Presídio de Santa Terezinha, em Juiz de Fora, e a Penitenciária Agrícola de Neves, em Ribeirão das Neves, sofrem investigações através de Comissões Parlamentares de Inquérito - CPI instauradas na Assembleia Legislativa de Minas Gerais - ALMG (MINAS GERAIS, 1983; 1984).

Essa crise não se apresenta como um momento isolado politicamente da trajetória da sociedade, dos órgãos (polícias, poder executivo, poder judiciário e poder legislativo) e dos aparelhos do Estado (carceragens e estabelecimentos penais) envolvidos e que negociavam as categorias essenciais para a segurança



pública, como a criminalidade, violência, justiça e punição, mas na verdade trata de um cenário constante na história política mineira, como se verá neste relatório.

No transcorrer da década de 1990, os governos estaduais procuraram conter esses focos de conflitos nas carceragens policiais com a criação de novas vagas nas penitenciárias, construção de unidades prisionais de porte médio em cidades do interior, construção de penitenciárias de segurança máxima, realização de concursos públicos para guardas de presídio e, finalmente, a transferência gradativa da custódia dos presos da Polícia Civil para a Secretaria de Estado da Justiça e Direitos Humanos (SEJDH), que começava a se tornar uma medida governamental prioritária.

A motivo de exemplo, no ano de 1998, na gestão do governador Eduardo Azeredo, inaugurou-se em Contagem, cidade localizada na região metropolitana de Belo Horizonte, a Penitenciária Nelson Hungria (PNH), a primeira de segurança máxima do Estado de Minas Gerais. Também começaram a funcionar neste ano novas unidades prisionais nas cidades de Unaí, Ipaba, Governador Valadares, Divinópolis e Patos de Minas.

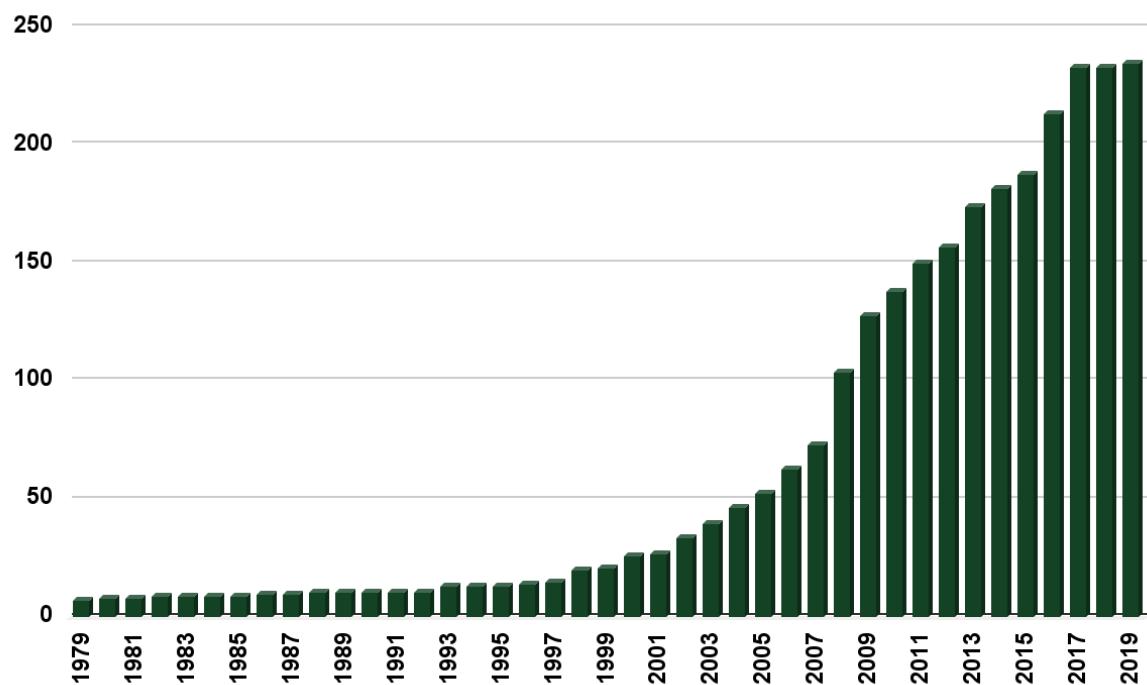
Ainda em 1998 foi promulgada a Lei Estadual 12.985/1998 que determinava a mudança da administração das 296 cadeias públicas sob o controle das polícias civis para a Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos e estipulava um período de dois anos para o governo estadual realizar a transição.

Importante marco destas crise foi o Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), publicado em 1997, informou que as prisões estavam servindo mais para o fortalecimento das organizações criminosas do que ao provimento de uma política pública de responsabilização e ressocialização. Greve geral da Polícia Militar de Minas Gerais.

Com a transferência gradativa da custódia dos presos da Polícia Civil para a Subsecretaria de Administração Prisional ocorreu uma mudança no cenário prisional mineiro. Os anos subsequentes foram marcados por um crescimento desenfreado da população prisional e, com isso, o aumento na quantidade de presídios. Em 20 anos, Minas Gerais sofreu um salto correspondente a mais de 3.300% quanto ao número de presídios construídos. Em 2019, alcançamos o número vergonhoso de 235 presídios e o total de 78.728 pessoas privadas de liberdade.



Gráfico 17. Distribuição dos totais de unidades prisionais existentes em Minas Gerais ao longo dos anos, 1979 a 2019.

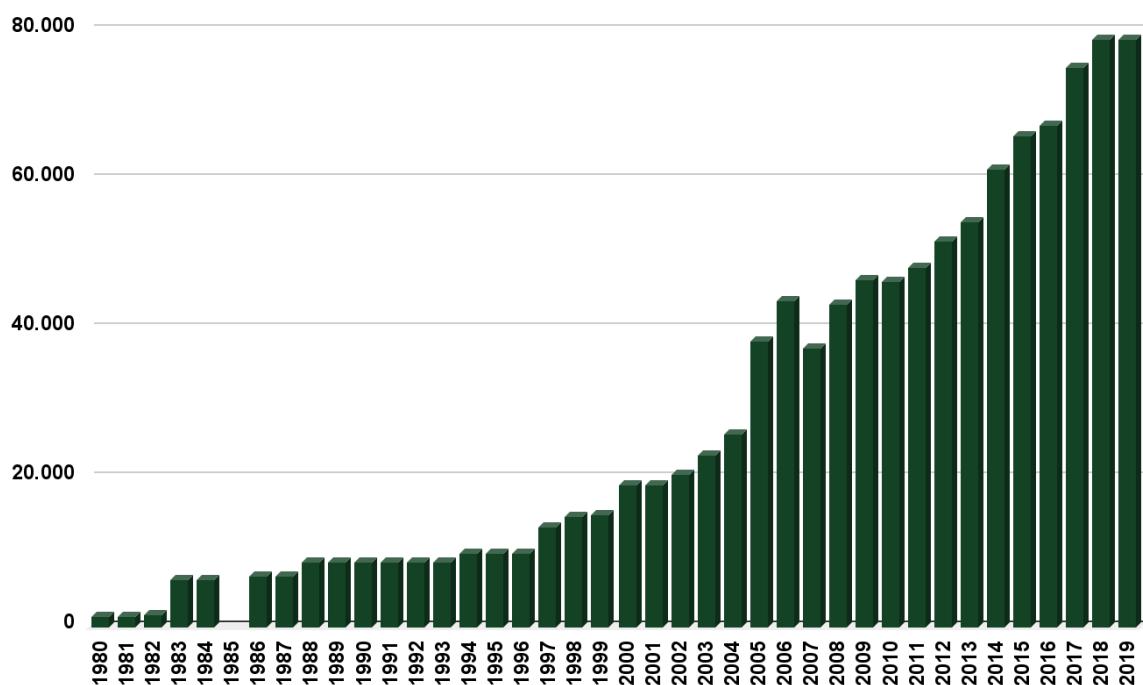


Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

Como era de se esperar, o aumento no número de penitenciárias veio acompanhado do aumento estelar da quantidade de presos. Em específico, de 1980 à 2019 o crescimento foi de, aproximadamente, 6.000%, veja-se:



Gráfico 18. Distribuição da população privada de liberdade total, custodiada em Minas Gerais, ao longo dos anos, 1979 a 2019.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

É importante destacar o ano de 2003. Este ficou marcado pela criação da Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS), ao qual incumbe planejar, organizar, dirigir, coordenar, gerenciar, controlar e avaliar as ações operacionais do setor a cargo do Estado visando à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, à redução dos índices de criminalidade e à recuperação de presos para reintegrá-los à sociedade (MINAS GERAIS, s.d.c).

Este foi ainda o ano a partir do qual a distribuição dos presos entre as penitenciárias passa a observar critérios de sexo. Ademais, em busca do aprimoramento gerencial, contratou-se uma auditoria externa para alinhamento e acompanhamento de três áreas fundamentais da modernização do sistema prisional: administração, segurança e ressocialização. Esta operação foi denominada Modelo de Gestão Prisional (GESPEN), e operava de forma sistemática, acompanhando o desenvolvimento de cada prerrogativa das três áreas em reuniões mensais com os dirigentes de todas as unidades prisionais do estado (CRUZ, 2010).

Por fim, este foi o ano de criação do cargo de agente penitenciário, a partir da promulgação da Lei Estadual nº 14.695, de 30 de julho de 2003 (MINAS GERAIS, 2003), que oficializou a carreira de agente de segurança penitenciária, com a



criação da Superintendência da Guarda Penitenciária e a Diretoria de Inteligência Penitenciária, além disso foi neste ano que houve a realização do primeiro concurso para a função.

Nesse período, as carceragens da Polícia Civil, onde havia o maior número de custodiados e a precarização das condições de encarceramento atingia um ritmo cada vez mais elevado, passaram a representar um perigo iminente à segurança pública mineira. Assim, rapidamente, a crise extrapola os muros das Cadeias Públicas e das delegacias e generaliza-se enquanto uma forma possível de contestação. 2006 foi o primeiro ano no qual o número de presos sob custódia da Secretaria de Estado de Defesa Social superou a quantidade de presos sob custódia da Polícia Civil.

Diante desta péssima conjuntura da administração penitenciária, a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) surge como o método milagroso de solução para o sistema prisional. Quando, a bem da verdade, não passa do mito da salvação pelo catolicismo. Os estudos que embasam a APAC, são compostos de 12 fundamentos, sendo eles: a participação da comunidade; o recuperando ajuda o recuperando; trabalho; religião; assistência jurídica; assistência à saúde; valorização humana; família; serviço voluntário; centro de reintegração social; mérito e por fim a jornada com Cristo.

Percebe-se que as APACs vêm conquistando um grande espaço no imaginário social como uma solução para o problema atual do sistema penitenciário que é, a bem da verdade, sistemático. Exemplo disso é a recomendação do Conselho Nacional de Justiça (2014) para a sua expansão. Entretanto se fizermos uma análise crítica do presente instituto, perceberemos que a APAC é uma medida muito rasa, pois, o que tratamos aqui, é, na verdade, uma tendência desenfreada de encarceramento em massa em uma país no qual idolatra-se a política punitivista que e que glorifica que “bandido bom é bandido morto.”

Nesse contexto, destaca-se uma das primeiras legislações que aproximam a organização do Estado às APACs, qual seja a Lei nº 11.404, de 25 de janeiro de 1994, contendo normas de execução penal e que dispõem sobre a realização de convênios entre Estado e as APACs. A partir de então, alastrou-se a construção de APACs no estado de Minas Gerais. A motivo de exemplo, destaca-se: APAC de Itaúna (1997); APAC de Passos (1999); APAC Sete Lagoas (2001); APAC Alfenas, Itaúna Fem, Santa Bárbara, Santa Luzia (2002); APAC Nova Lima Masc, Perdões, Pouso Alegre (2003); APAC Campo Belo, Santa Maria do Suaçuí, Teófilo Otoni e Viçosa (2004); APAC



Caratinga (2006); APAC Governador Valadares, Ituiutaba, Lagoa da Prata, São João Del Rei (2008); APAC Frutal, Januária, Paracatu, Pirapora (2010); APAC Pouso Alegre Fem. (2011); APAC Manhuaçu, Patos de Minas e Pedra Azul(2012); APAC Canápolis, Inhapim (2013); APAC Conselheiro Lafaiete, Rio Piracicaba, São João Del Rei Fem. (2014); APAC Araxá (2016) e, finalmente; APAC de Salinas (2019).

Para além das APACs, o que temos no sistema prisional mineiro é um constante estado de crise. Ao longo de todos os 40 anos cobertos pela pesquisa, percebeu-se que foi constante a quantidade de casos noticiados de rebeliões, greves de fome, violência entre presos e contra policiais. Esses eventos ensejaram um movimento político dos governos cuja tônica principal foi o esvaziamento gradativo das carceragens policiais, construção de novas unidades, ampliação das vagas do sistema e contratação de novos agentes penitenciários. Os debates e as ações empreendidas pelo Estado tiveram, em geral, um caráter ineficaz quanto à resolução dos problemas mais críticos das prisões, principalmente os relacionados à violação de direitos dos presos. Ademais, não se atentaram às próprias demandas dos prisioneiros que, numa perspectiva macro, contestavam o próprio sistema de justiça criminal que os pune tanto pela exclusão da vida em sociedade, quanto pela exclusão da própria cidadania.

Com esta análise, fica claro que as crises do sistema prisional são sempre respondidas com a abertura de novas vagas, sem a constituição de programas que visem a melhoria da qualidade de vida dentro das unidades e a ressocialização dos presos, sempre que um novo problema aparece a resposta é a mesma: construção de novas unidades prisionais.

Quadro 10. Inauguração dos Estabelecimentos Penais em Minas Gerais (1979 – 2019)¹⁰

Data de inauguração	Nome do estabelecimento penal	Município
11/09/1927	Penitenciária Agrícola de Neves	Ribeirão das Neves
15/06/1929	Hospital Psiquiátrico e Judiciário Jorge Vaz	Barbacena
18/07/1938	Penitenciária José Maria Alkimin	Ribeirão das Neves
05/11/1948	Penitenciária de Mulheres Estevão Pinto	Belo Horizonte
21/03/1957	Presídio de Nanuque	Nanuque
06/04/1965	Presídio Antônio Dutra Ladeira	Ribeirão das Neves
01/07/1965	Penitenciária Regional de Juiz de Fora	Juiz de Fora
22/01/1996	Penitenciária José Edson Cavalieri	Juiz de Fora
01/01/1971	Presídio de São Francisco	São Francisco

¹⁰ A cronologia de inauguração dos estabelecimentos penais pode ser acessada também através do link: https://www.crisp.ufmg.br/linha_do_tempo_unidades_prisionais.html.



Data de inauguração	Nome do estabelecimento penal	Município
08/06/1978	Casa do Albergado Presidente João Pessoa	Belo Horizonte
24/09/1980	Penitenciária de Teófilo Otoni	Teófilo Otoni
17/07/1982	Presídio Feminino José Abrantes Gonçalves	Ribeirão das Neves
01/12/1984	Hospital Toxicômanos Pe. Wilson Vale da Costa	Juiz de Fora
01/11/1986	Presídio Alvorada	Montes Claros
09/04/1988	Complexo Penitenciário Nelson Hungria	Contagem
18/03/1994	Penitenciária Agostinho de Oliveira Júnior	Unaí
16/06/1996	APAC de Patrocínio	Patrocínio
14/07/1997	APAC de Itaúna	Itaúna
01/01/1998	Casa do Albergado José Alencar Rêgo	Juiz de Fora
13/02/1998	Penitenciária Francisco Floriano de Paula	Governador Valadares
17/09/1998	Presídio Professor Jacy de Assis	Uberlândia
30/09/1998	Presídio Floramar	Divinópolis
10/12/1998	Presídio Sebastião Satiro	Patos de Minas
30/11/1999	APAC de Passos	Passos
01/05/2000	Presídio de Cataguases	Cataguases
10/05/2000	Centro de Remanejamento do Sistema Prisional - Gameleira	Belo Horizonte
01/06/2000	Presídio de Piumhi	Piumhi
01/07/2000	Centro de Remanejamento do Sistema Prisional - Juiz de Fora	Juiz de Fora
20/12/2000	Centro de Remanejamento do Sistema Prisional – Betim	Betim
21/11/2001	APAC de Sete Lagoas	Sete Lagoas
12/02/2002	APAC de Alfenas	Alfenas
17/02/2002	Centro de Apoio Médico e Pericial	Ribeirão das Neves
23/04/2002	Complexo Penitenciário Estevão Pinto	Belo Horizonte
26/04/2002	APAC de Santa Bárbara	Santa Bárbara
26/07/2002	APAC Feminina de Itaúna	Itaúna
14/08/2022	APAC de Santa Luzia	Santa Luzia
01/10/2002	Complexo Penitenciário Nossa Senhora do Carmo	Carmo do Paranaíba
30/06/2003	APAC de Nova Lima	Nova Lima
08/10/2003	Penitenciária Professor João Pimenta da Veiga	Uberlândia
27/10/2003	APAC de Pouso Alegre	Pouso Alegre
12/11/2003	APAC de Perdões	Perdões
19/11/2003	Penitenciária Prof. Jason Soares Albergaria	São Joaquim de Bicas
22/11/2003	Complexo Penitenciário Doutor Pio Canedo	Pará de Minas
24/02/2004	APAC de Santa Maria do Suaçuí	Santa Maria do Suaçuí
04/04/2004	APAC de Viçosa	Viçosa
02/07/2004	Presídio de Araguari	Araguari
24/07/2004	APAC de Teófilo Otoni	Teófilo Otoni
24/08/2004	Penitenciária Professor Ariosvaldo Campos Pires	Juiz de Fora
27/09/2004	Penitenciária Dênio Moreira de Carvalho	Ipaba
24/11/2004	APAC de Campo Belo	Campo Belo
01/01/2005	Penitenciária de Francisco Sá	Francisco Sá
01/01/2005	Presídio de Turmalina	Turmalina



Data de inauguração	Nome do estabelecimento penal	Município
10/01/2005	Presídio de Nova Serrana	Nova Serrana
23/06/2005	Presídio Dr. Carlos Vitoriano	Araçuá
01/08/2005	Presídio de Viçosa	Viçosa
05/11/2005	Presídio de Janaúba	Janaúba
01/02/2006	Presídio Inspetor José Martinho Drumond	Ribeirão das Neves
06/03/2006	Penitenciária Prof. Aluízio Ignácio de Oliveira	Uberaba
08/03/2006	Penitenciária deputado Expedito de Faria Tavares	Patrocínio
15/03/2006	Penitenciária de Três Corações	Três Corações
15/03/2006	Penitenciária Doutor Manoel Martins Lisboa Júnior	Muriaé
17/03/2006	Presídio de Vespasiano	Vespasiano
01/06/2006	Presídio de São Lourenço	São Lourenço
27/09/2006	Presídio de São Joaquim de Bicas I	São Joaquim de Bicas
08/10/2006	APAC de Caratinga	Caratinga
10/11/2006	Presídio de Pedro Leopoldo	Pedro Leopoldo
31/01/2007	Presídio Promotor José Costa	Sete Lagoas
17/04/2007	Presídio de São João del Rei	São João del Rei
14/07/2007	Penitenciária de Formiga	Formiga
21/09/2007	Presídio de Unaí	Unaí
20/11/2007	Presídio de Lavras	Lavras
22/11/2007	Presídio Regional de Montes Claros	Montes Claros
07/12/2007	Presídio de Andradas	Andradas
13/12/2007	Presídio de Passos	Passos
27/12/2007	Presídio de Araxá	Araxá
27/12/2007	Presídio Sargento Jorge	Coromandel
31/08/2008	Presídio de Rio Piracicaba	Rio Piracicaba
19/02/2008	Presídio de Coronel Fabriciano	Coronel Fabriciano
29/02/2008	Presídio de Presidente Olegário	Presidente Olegário
04/04/2008	Presídio de Santa Luzia	Santa Luzia
11/04/2008	APAC de Lagoa da Prata	Lagoa da Prata
28/04/2008	Centro de Remanejamento do Sistema Prisional – Ipatinga	Ipatinga
30/04/2008	Presídio de Caxambu	Caxambu
04/06/2008	Presídio de Ouro Preto	Ouro Preto
09/06/2008	Presídio de Conselheiro Lafaiete	Conselheiro Lafaiete
12/06/2008	Presídio de João Pinheiro	João Pinheiro
15/06/2008	APAC de Governador Valadares	Governador Valadares
23/06/2008	Presídio de Teófilo Otoni	Teófilo Otoni
27/06/2008	APAC de São João del Rei	São João del Rei
15/07/2008	Presídio de Ubá	Ubá
08/08/2008	Presídio de Alfenas	Alfenas
16/08/2008	Presídio de Caratinga	Caratinga
19/08/2008	Presídio de São Sebastião Do Paraíso	São Sebastião do Paraíso
25/08/2008	Presídio de Itaobim	Itaobim
03/09/2008	Centro de Remanejamento do Sistema Prisional – Contagem	Contagem



Data de inauguração	Nome do estabelecimento penal	Município
24/09/2008	APAC de Ituiutaba	Ituiutaba
24/09/2008	Presídio de Itabira	Itabira
08/10/2008	Presídio de Paracatu	Paracatu
13/10/2008	Presídio de Varginha	Varginha
14/10/2008	Presídio de Curvelo	Curvelo
21/10/2008	Presídio de João Monlevade	João Monlevade
28/10/2008	Presídio de Ituiutaba	Ituiutaba
27/11/2008	Presídio de Muriaé	Muriaé
04/12/2008	Presídio de Barbacena	Barbacena
16/12/2008	Presídio de Poços de Caldas	Poços de Caldas
19/12/2008	Presídio Visconde do Rio Branco	Visconde do Rio Branco
22/12/2008	Presídio de Guaranésia/Guaxupé	Guaranésia/Guaxupé
01/01/2009	Presídio de Juatuba	Juatuba
08/07/2009	Presídio de São Joaquim de Bicas II	São Joaquim de Bicas
27/08/2009	APAC de Arcos	Arcos
17/09/2009	Presídio de Matozinhos	Matozinhos
24/09/2009	Presídio de Almenara	Almenara
01/10/2009	Presídio de Pouso Alegre	Pouso Alegre
10/10/2009	Presídio de Sabará	Sabará
14/10/2009	Presídio de Frutal	Frutal
27/10/2009	Presídio de Inhapim	Inhapim
29/10/2009	Presídio de Timóteo	Timóteo
30/10/2009	Presídio de Manhuaçu	Manhuaçu
12/11/2009	Presídio de Ibirité	Ibirité
12/11/2009	Presídio de Lagoa Santa	Lagoa Santa
13/11/2009	Presídio de Itajubá	Itajubá
24/11/2009	Presídio de Mantena	Mantena
26/11/2009	Presídio de Conselheiro Pena	Conselheiro Pena
29/11/2009	Presídio de Leopoldina	Leopoldina
02/12/2009	Complexo Penitenciário de Ponte Nova	Ponte Nova
04/12/2009	Presídio de Caeté	Caeté
09/12/2009	Presídio de Januária	Januária
16/12/2009	Presídio de Abaeté	Abaeté
17/12/2009	Presídio de Lagoa da Prata	Lagoa da Prata
23/12/2009	Presídio de Nova Lima	Nova Lima
24/12/2009	Presídio de Brumadinho	Brumadinho
07/01/2010	Presídio de Santa Rita do Sapucaí	Santa Rita do Sapucaí
006/04/2010	APAC de Pirapora	Pirapora
06/04/2010	Presídio de Itaúna	Itaúna
26/04/2010	Presídio de Pirapora	Pirapora
11/05/2010	Presídio de Barão de Cocais	Barão de Cocais
17/05/2010	APAC de Frutal	Frutal
25/05/2010	APAC de Paracatu	Paracatu



Data de inauguração	Nome do estabelecimento penal	Município
05/10/2010	Presídio de Jaboticatubas	Jaboticatubas
25/10/2010	Presídio de Sacramento	Sacramento
30/10/2010	APAC de Januária	Januária
18/01/2011	Presídio de Baependi	Baependi
01/04/2011	Presídio de Mariana	Mariana
09/04/2011	Presídio de Diamantina	Diamantina
11/05/2011	Presídio de Águas Formosas	Águas Formosas
23/05/2011	Presídio de Boa Esperança	Boa Esperança
30/05/2011	Presídio de Prata	Prata
13/06/2011	Presídio de Itambacuri	Itambacuri
21/06/2011	Presídio de Três Pontas	Três Pontas
04/07/2011	Presídio de Santos Dumont	Santos Dumont
01/08/2011	Presídio de Campos Gerais	Campos Gerais
01/10/2011	APAC Feminina de Pouso Alegre	Pouso Alegre
30/11/2011	Presídio de Abre Campo	Abre Campo
13/05/2012	Presídio de Ervália	Ervália
01/06/2012	Unidade Gestora de Monitoração Eletrônica	Belo Horizonte
15/06/2012	APAC de Manhuaçu	Manhuaçu
30/07/2012	APAC de Patos de Minas	Patos de Minas
10/08/2012	APAC de Pedra Azul	Pedra Azul
06/09/2012	Presídio de Campo Belo	Campo Belo
20/11/2012	Presídio de Jacinto	Jacinto
18/01/2013	Complexo Público Privado I	Ribeirão das Neves
03/04/2013	Presídio de Extrema	Extrema
02/05/2013	Presídio Doutor Nelson Pires	Oliveira
27/05/2013	Presídio de Tupaciguara	Tupaciguara
05/06/2013	Presídio de Manga	Manga
18/06/2013	Presídio de Jequitinhonha	Jequitinhonha
25/06/2013	Presídio de Monte Carmelo	Monte Carmelo
13/07/2013	Presídio de Pedra Azul	Pedra Azul
04/07/2013	Presídio de Pitangui	Pitangui
13/08/2013	Presídio de Ouro Fino	Ouro Fino
20/09/2013	Complexo Público Privado II	Ribeirão das Neves
26/09/2013	Presídio de Iturama	Iturama
30/10/2013	Presídio de Pompéu	Pompéu
13/11/2013	Presídio de Manhumirim	Manhumirim
01/12/2013	APAC de Canápolis	Canápolis
04/12/2013	Presídio de Carangola	Carangola
05/12/2013	APAC de Inhapim	Inhapim
15/01/2014	Presídio de Itabirito	Itabirito
22/01/2014	APAC de Conselheiro Lafaiete	Conselheiro Pena
24/02/2014	Presídio de Guanhães	Guanhães
13/03/2014	Presídio de Arcos	Arcos

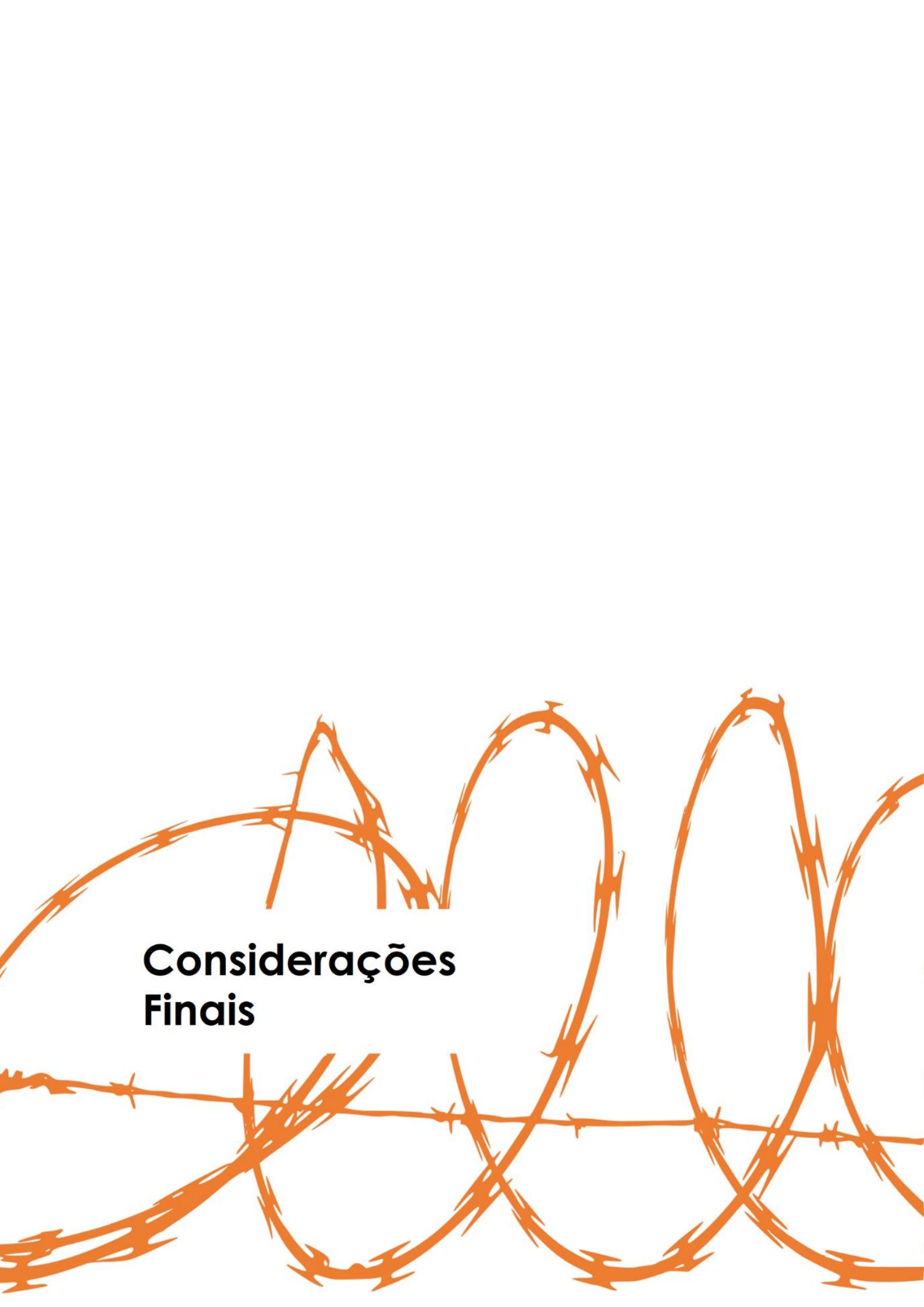


Data de inauguração	Nome do estabelecimento penal	Município
26/03/2014	Presídio de Novo Cruzeiro	Novo Cruzeiro
28/05/2014	APAC de Rio Piracicaba	Rio Piracicaba
16/06/2014	Complexo Público Privado III	Ribeirão das Neves
14/10/2014	APAC Feminina de São João del Rei	São João del Rei
06/11/2014	APAC de Minas Novas	Minas Novas
20/04/2015	Presídio de Congonhas	Congonhas
21/05/2015	Presídio de Açucena	Açucena
17/08/2015	Presídio de Bicas	Bicas
25/08/2015	Presídio de Eugenópolis	Eugenópolis
01/09/2015	Presídio de Bocaiúva	Bocaiúva
22/01/2016	APAC de Araxá	Araxá
16/07/2016	Presídio de Botelhos	Botelhos
16/07/2016	Presídio de Resende Costa	Resende Costa
21/07/2016	Presídio de Peçanha	Peçanha
26/07/2016	Presídio de Governador Valadares	Governador Valadares
26/07/2016	Presídio de Matias Barbosa	Matias Barbosa
02/08/2016	Presídio de Luz	Luz
16/08/2016	Presídio de Itamarandiba	Itamarandiba
16/08/2016	Presídio de São João Evangelista	São João Evangelista
18/08/2016	Presídio de Capelinha	Capelinha
22/08/2016	Presídio de Várzea da Palma	Várzea da Palma
23/08/2016	Presídio de Buritis	Buritis
24/08/2016	Presídio de Corinto	Corinto
25/08/2016	Presídio de Três Marias	Três Marias
01/09/2016	Presídio de Machado	Machado
02/09/2016	Presídio de Monte Santo de Minas	Monte Santo de Minas
05/09/2016	Presídio de Perdizes	Perdizes
06/09/2016	Presídio de Canápolis	Canápolis
09/09/2016	Presídio de Santa Vitória	Santa Vitória
12/09/2016	Presídio de Candeias	Candeias
21/09/2016	Presídio de Tarumirim	Tarumirim
22/09/2016	Presídio de Aimorés	Aimorés
26/09/2016	Presídio de Monte Azul	Monte Azul
28/06/2016	Presídio de Salinas	Salinas
29/09/2016	Presídio de Bom despacho	Bom Despacho
04/10/2016	Presídio de Bambuí	Bambuí
25/10/2016	Presídio de Porteirinha	Porteirinha
06/02/2017	Presídio de Itapagipe	Itapagipe
13/02/2017	Presídio de Além Paraíba	Além Paraíba
14/02/2017	Presídio de Nepomuceno	Nepomuceno
03/03/2017	Presídio de Bom Sucesso	Bom Sucesso
06/03/2017	Presídio de Malacacheta	Malacacheta
08/03/2017	Presídio de Carlos Chagas	Carlos Chagas



Data de inauguração	Nome do estabelecimento penal	Município
13/03/2017	Presídio de Dores Do Indaiá	Dores do Indaiá
13/03/2017	Presídio de Taiobeiras	Taiobeiras
16/03/2017	Presídio de Andrelândia	Andrelândia
17/03/2017	Presídio de Itacarambi	Itacarambi
17/03/2017	Presídio de Resplendor	Resplendor
20/13/2017	Presídio de Elói Mendes	Elói Mendes
20/03/2017	Presídio de São Domingos do Prata	Salinas
20/03/2017	Presídio de São João da Ponte	São João da Ponte
20/03/2017	Presídio de Serro	Serro
21/03/2017	Presídio de Nova Era	Nova Era
21/03/2017	Presídio de Rio Pardo de Minas	Rio Pardo de Minas
12/07/2017	Presídio de Rio Pomba	Rio Pomba
18/10/2017	APAC Feminina de Conselheiro Lafaiete	Conselheiro Lafaiete
21/01/2019	Centro de Referência das Gestantes Privadas de Liberdade	Vespasiano
22/03/2019	APAC de Salinas	Salinas

Fonte: Elaborada pelos autores a partir do Infopen - Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias de 2019.

The background of the slide features abstract, expressive brushstrokes in a bright orange color. These strokes vary in thickness and intensity, creating a dynamic and organic feel. They form several distinct peaks and valleys across the frame, with some horizontal lines extending across the bottom.

Considerações Finais



A pesquisa cujo relatório ora se encerra teve como objetivo central realizar uma análise sócio-histórica do sistema prisional de Minas Gerais no período compreendido entre os anos de 1979 e 2019. O enfoque teórico adotado, baseado na teoria da dependência de trajetória, destacou a resolução das crises no sistema prisional através da construção de novas unidades, especialmente após eventos com um alto número de fatalidades. A justificativa para a realização do estudo reside na lacuna histórica de análises aprofundadas sobre as políticas que levaram à constituição do sistema penitenciário mineiro.

O nosso ponto de partida foi a transição política na década de 1980 por ser este o momento em que observamos um maior interesse nas práticas institucionais de privação de liberdade e na tentativa de adequação desses espaços ao contexto democrático. Porém, nossos resultados apontam para a persistência de gaps entre o prescrito na Lei de Execuções Penais e na própria Constituição Federal de 1988 e o realizado nas distintas unidades que hoje compõem o sistema prisional mineiro. Assim sendo, esta pesquisa se insere na corrente contemporânea de estudos sobre punição e prisões, focando na governança prisional, o que joga luzes sobre os profissionais envolvidos e a história das prisões como um movimento social e político.

Neste contexto, a conclusão deste relatório marca o encerramento de um árduo e profundo esforço de pesquisa, que se estendeu ao longo de vários anos e contou com a dedicação incansável de uma equipe de pesquisadoras e pesquisadores comprometidos com a análise das políticas penitenciárias em Minas Gerais. Através da meticulosa investigação sócio-histórica que abrangeu o período de 1979 a 2019, este estudo trouxe à luz uma compreensão mais profunda das transformações que marcaram o sistema penitenciário mineiro durante a era da Nova Democracia.

As frentes de investigação adotadas pelos membros do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais (CRISP/UFMG) resultaram em um panorama abrangente e criterioso sobre a evolução das políticas penitenciárias no estado. Ao traçar a trajetória histórica, metodológica e analítica, este relatório representa um registro valioso do comprometimento acadêmico e do rigor científico aplicados na busca pelo entendimento dos complexos desafios enfrentados pelo sistema penitenciário mineiro ao longo de décadas.



Acreditamos que as distintas fontes de informação geradas neste estudo podem e devem ser utilizadas por outros pesquisadores. Assim, gostaríamos de enaltecer o enorme esforço de geração de fontes de informação prismática, o qual se iniciou em 2019, perdurando durante toda a pandemia, com o escrutínio das notícias sobre o sistema prisional em jornais de grande circulação em Minas Gerais, juntamente com a busca por relatórios das Audiências Públicas das Comissões de Direitos Humanos (CDH) e de Segurança Pública (CSP), bem como das Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) sobre as prisões estaduais na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG). Essas informações foram transformadas em bancos de dados e, agora, em fontes que permitem a identificação das organizações, indivíduos e eventos de destaque que moldaram o sistema prisional mineiro ao longo das quatro décadas abordadas pela pesquisa.

A análise dos bancos de dados durante a pandemia também permitiu a retomada dos trabalhos de produção de informações primárias. Foi por meio dessas fontes que se deu a identificação de nomes e afiliações institucionais, para a identificação de atores que pudessem nos conceder entrevistas. Ao longo de 12 meses, coletamos distintos depoimentos, que nos deram novas perspectivas e insights. À medida que as entrevistas avançavam, esses interlocutores sugeriam outros eventos e indivíduos significativos, estabelecendo uma rede de conhecimento e conexões que enriqueceram ainda mais o processo de pesquisa. Além de fornecer uma base qualitativa robusta, esses materiais também desempenharam um papel fundamental na criação da linha do tempo de eventos marcantes para o sistema prisional mineiro, que já está disponível em nosso site, sendo por nós considerado um produto importante deste estudo.

O ano de 2023 marcou a fase final do projeto, quando os dados sobre o orçamento do sistema foram integrados às estatísticas sobre a população prisional. Esse mergulho nos números ofereceu uma dimensão quantitativa que complementou e enriqueceu a compreensão mais ampla das políticas e eventos ao longo do tempo. Encerramos, assim, com um relatório que descreve as atividades realizadas para traçar uma visão abrangente e sólida do sistema prisional de Minas Gerais durante o período da Nova Democracia. A interconexão entre as fontes, as entrevistas e os dados estatísticos ofereceu uma compreensão multidimensional, destacando a importância das abordagens qualitativas e quantitativas para o estudo completo e minucioso de uma área tão complexa e em constante evolução.



Os resultados obtidos contribuem não apenas para a ampliação do conhecimento sobre o tema, mas também servem como um ponto de partida para futuras investigações e aprofundamentos teórico-metodológicos. A disseminação dos trabalhos derivados desta pesquisa demonstra a relevância acadêmica e social do estudo, enriquecendo o debate público e acadêmico sobre as políticas penitenciárias e suas implicações para a sociedade como um todo.

Por fim, mas não menos importante, gostaríamos de agradecer à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) que possibilitou a realização desta pesquisa tão significativa. O compromisso demonstrado pelos pesquisadores e pesquisadoras envolvidos é um reflexo do potencial transformador da pesquisa acadêmica e do seu papel na construção de uma sociedade mais justa e informada. Assim sendo, este relatório não apenas fecha um ciclo de trabalho árduo e colaborativo, mas também lança as sementes para novas explorações e descobertas no âmbito das políticas penitenciárias e da compreensão mais ampla dos desafios enfrentados pelo sistema de justiça criminal. Esperamos que os insights e conhecimentos aqui obtidos inspirem futuras gerações de pesquisadoras e pesquisadores a continuarem a busca pelo entendimento e pela transformação de nossa realidade social.



Panorama



LINHAS DO TEMPO

O grande volume de informações reunidas sobre a **Política Penitenciária em Minas Gerais (1979 – 2019)** impôs um sério desafio de organização, a saber que a disponibilização dos dados deveria conciliar atributos inegociáveis, tais como acessibilidade, transparência e lógica.

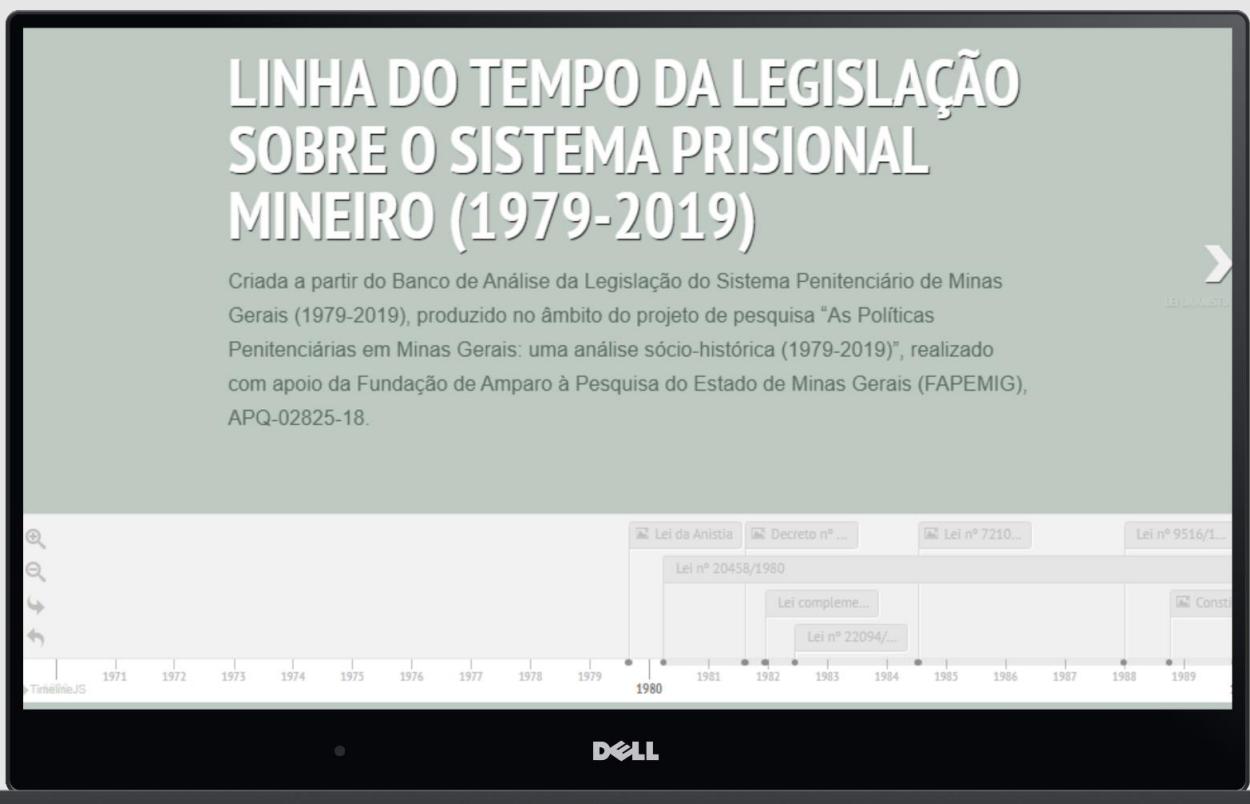
A saída encontrada foi a construção de **linhas do tempo**, uma vez que elas garantem encadeamentos lógicos dos eventos e, ao mesmo tempo, são suficientes para apresentar o panorama geral dos fatos sócio-históricos que marcaram a história das prisões mineiras.

Esta escolha também foi pensada para garantir que outros pesquisadores e públicos interessados na pesquisa pudessem acessar, de maneira autônoma e transparente, os dados produzidos acerca da política penitenciária estadual.



Linha do tempo da legislação do sistema prisional

A linha do tempo da legislação do sistema prisional reuniu os principais marcos legais federais e estaduais publicados entre os anos de 1979 e 2019. A escolha das normativas que seriam, desta forma, destacadas se deu não apenas a partir da literatura sobre o tema, mas também das demais fontes de dados construídas e utilizadas pela pesquisa, como, por exemplo, os bancos de notícias de jornal, as entrevistas com stakeholders, documentos oficiais da pasta, dentre outros. Nesta representação visual, além dos números e datas das leis, decretos e resoluções, também se encontram imagens e vídeos relacionados. A linha do tempo pode ser acessada no site do CRISP, através do endereço: https://www.crisp.ufmg.br/linha_do_tempo.html.

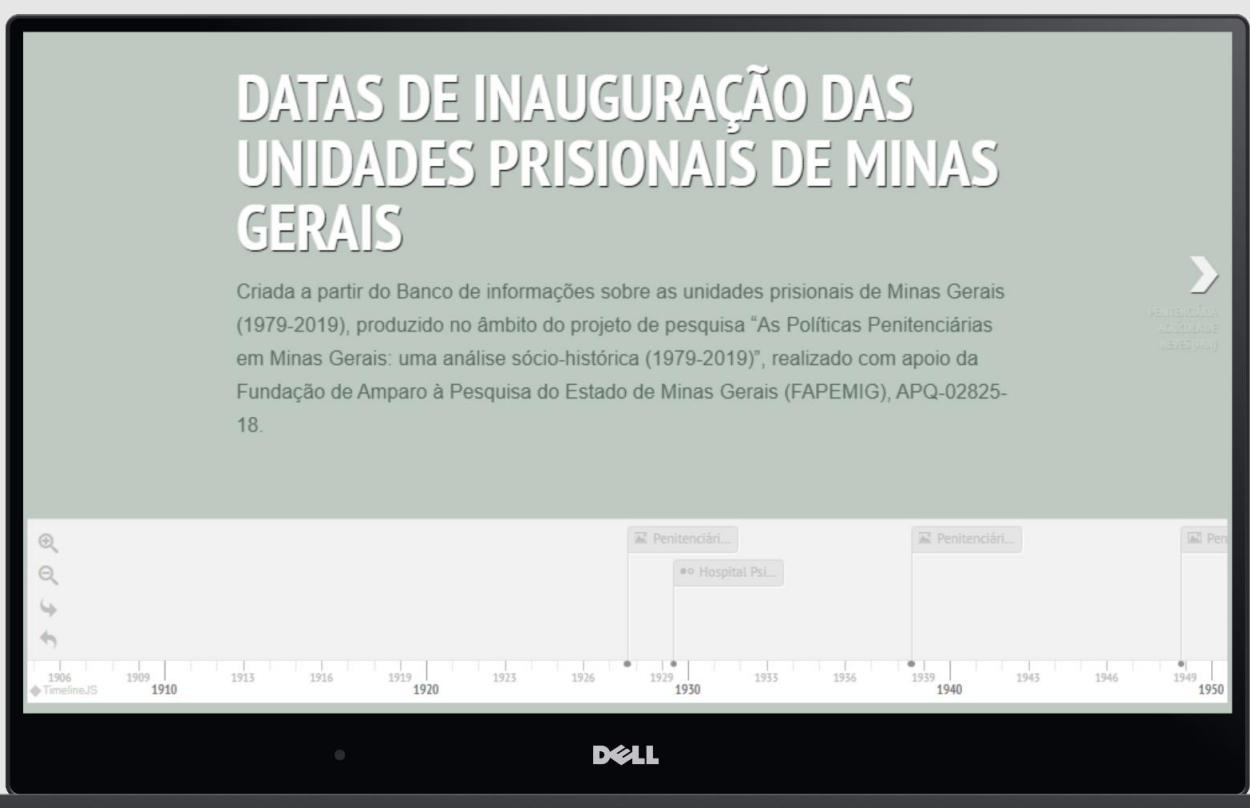




Linha do tempo da inauguração dos estabelecimentos penais mineiros

A linha do tempo da inauguração dos estabelecimentos penais mineiros, por sua vez, contém a data de abertura de todas as unidades prisionais de Minas Gerais. Além desta informação, também reunimos, neste diagrama, vídeos e imagens que nos ajudam a contar um pouco mais das histórias destas prisões no período analisado. Para visualizá-los, basta acessar o seguinte link:

[https://www.crisp.ufmg.br/linha do tempo unidades prisionais.html](https://www.crisp.ufmg.br/linha_do_tempo_unidades_prisionais.html)





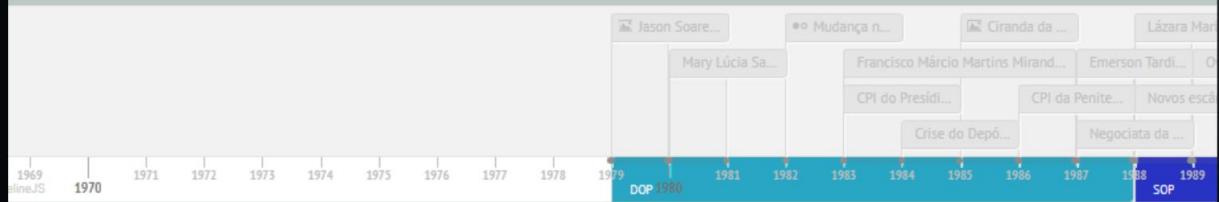
Linha do tempo dos fatos marcantes do sistema prisional

A terceira e última linha do tempo é composta por eventos que, tendo ocorrido entre 1979 e 2019, são considerados imprescindíveis para a compreensão do sistema prisional mineiro ao longo deste período. Para identificá-los e caracterizá-los como “marcantes”, consultamos a literatura sobre prisões e também nossas diversas fontes de dados. Nestes materiais, observamos as frequências com as quais tais acontecimentos foram citados durante as entrevistas com nossos interlocutores, nas notícias de jornal sobre as unidades prisionais mineiras, nos relatórios das Audiências Públicas e Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG). Selecionados os acontecimentos que seriam representados neste produto, também realizamos pesquisas online com o objetivo de encontrar materiais que os pudessem ilustrar, como, por exemplo, documentos, vídeos e fotos.

A linha do tempo dos fatos marcantes do sistema prisional pode ser acessada através do link: [https://www.crisp.ufmg.br/linha do tempo fatos marcantes.html](https://www.crisp.ufmg.br/linha_do_tempo_fatos_marcantes.html).

FATOS MARCANTES PARA O SISTEMA PRISIONAL MINEIRO (1979-2019)

Criada a partir dos dados coletados no âmbito do projeto de pesquisa “As Políticas Penitenciárias em Minas Gerais: uma análise sócio-histórica (1979-2019)”, realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), APQ-02825-18.



The background of the image features abstract, expressive brushstrokes in a bright orange color. These strokes vary in thickness and intensity, creating a dynamic and organic feel. They form several distinct, rounded shapes that resemble stylized letters or abstract architectural structures. One prominent shape on the left looks like a large 'A', while others on the right suggest a series of arches or windows. The overall effect is one of movement and energy, set against a plain white background.

**Equipe de
Pesquisadoras e
Produção Científica**



PESQUISADORAS E PESQUISADORES



Coordenador do CRISP

Claudio Chaves Beato Filho

Doutor e Mestre em Sociologia pela Sociedade Brasileira de Instrução do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) e graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais.

Na condição de Professor Titular do Departamento de Sociologia e Coordenador do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP), ambos na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), desempenhou funções institucionais e públicas relacionadas à pesquisa e ao centro de estudos perante agências de fomento, universidades, órgãos de pesquisa e extensão, dentre outros.



Coordenadora da pesquisa

Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro

Doutora em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), Mestre e Graduada em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro (FJP) e Graduada em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Na condição de professora associada no Departamento de Sociologia e pesquisadora no Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP), ambos na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), foi coordenadora geral da pesquisa que deu origem a este relatório. Neste sentido, esteve responsável por monitorar e acompanhar todas as frentes de trabalho desenvolvidas, seja sobre a pesquisa legislativa, levantamento de dados secundários, entrevista com stakeholders, estrutura organizacional do Poder Executivo Estadual na seara da Segurança Pública e Sistema Prisional, Orçamento Público da Política Penitenciária, etc. Organiza e lidera o Grupo de Estudos sobre Prisão desde 2019.



Pesquisadora

Amanda Matar de Figueiredo

Doutoranda em Sociologia na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Mestra e Graduada em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro (FJP) e Graduada em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Enquanto estudante do Curso de Doutorado em Sociologia no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Sociologia na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), foi membro do Grupo de Estudos sobre Prisões desde 2020, onde fomentou discussões sobre a Política Penitenciária em Minas Gerais e no Brasil.



Pesquisadora

Ariane Gontijo Lopes

Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestra em Bens Culturais e Projetos Sociais pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV/RJ) e Graduada em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas).

Enquanto estudante do Curso de Doutorado em Sociologia no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Sociologia na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), foi membro do Grupo de Estudos sobre Prisões desde 2019, onde fomentou discussões sobre a Política Penitenciária e governança da Segurança Pública, tanto em Minas Gerais quanto no Brasil.



Pesquisador

Dejesus de Souza Silva

Doutorando e Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Cientista Social também pela UFMG e Filósofo pelo Instituto Santo Tomás de Aquino.

Ingressou na pesquisa em 2022 como Assistente de Coordenação, tendo como principais atividades o auxílio e acompanhamento de pesquisadores voluntários, bolsistas de iniciação científica e estagiários. Suas frentes de trabalho envolveram dados secundários sobre a Política Penitenciária e, propriamente, o sistema prisional de Minas Gerais, entrevista com stakeholders, etc.





Pesquisadora

Glória Gabrielle Ribeiro Miranda

Graduanda em Direito na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Ingressou na pesquisa em 2022 como pesquisadora bolsista, realizando atividades relacionadas a pesquisa legislativa, levantamento de dados secundários, entrevistas com stakeholders, etc. Neste mesmo ano, se tornou membro do Grupo de Estudos sobre Prisão.



Pesquisadora

Isadora Vasconcellos Diniz

Cientista Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Ingressou na pesquisa no ano de 2019 como pesquisadora voluntária, onde se dedicou a coleta de notícias relacionadas a Política Penitenciária em Minas Gerais publicadas em periódicos entre 1979 e 2019. Foi enquadrada como bolsista de iniciação científica ainda em 2019, onde iniciou em outras frentes, como no levantamento de dados secundários, pesquisa legislativa, estrutura organizacional do Poder Executivo Estadual no âmbito da política prisional, facções criminosas etc. Foi membro do Grupo de Estudos sobre Prisão entre 2019 e 2021.



Pesquisadora

Karen Michelle Antonia Oliveira

Graduanda em Gestão Pública na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Ingressou na pesquisa em 2022 como pesquisadora voluntária, realizando atividades relacionadas a pesquisa legislativa, levantamento de dados secundários, entrevistas com stakeholders, etc. Neste mesmo ano, se tornou membro do Grupo de Estudos sobre Prisão.



Pesquisador

Marco Túlio Sousa Fernandes

Mestrando em Sociologia e Cientista Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)



Ingressou na pesquisa no ano de 2019 como pesquisador voluntário, onde se dedicou à coleta de notícias relacionadas a Política Penitenciária em Minas Gerais publicadas em periódicos entre 1979 e 2019. Foi enquadrado como bolsista de iniciação científica em 2020, onde iniciou em outras frentes, como sobre a estrutura organizacional do Poder Executivo Estadual de Minas Gerais e orçamento público na seara da Segurança Pública e Política Penitenciária. Atuou também no levantamento de dados secundários, pesquisa legislativa, entrevistas com stakeholders, etc. É membro do Grupo de Estudos sobre Prisão desde 2019. Foi, a partir de 2022, enquadrado como Assistente de Coordenação da Pesquisa na condição de estudante do curso de Mestrado em Sociologia na UFMG.

Pesquisadora

Maria Eduarda Viana Leão

Graduanda em Ciências Sociais na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)



Ingressou na pesquisa no ano de 2021 como pesquisadora voluntária de iniciação científica, realizando atividades relacionadas à coleta e análise de dados secundários. Neste mesmo ano, se tornou membro do Grupo de Estudos sobre Prisões.

Pesquisadora

Maria Elisa Rocha Couto Gomes

Mestra em Sociologia e Cientista Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)



Ingressou no Grupo de Estudos em Prisões e na pesquisa em 2022, como Bolsista de Desenvolvimento em Ciência, Tecnologia e Inovação - BDCTI, nível I da FAPEMIG e ocupando o cargo de Assistente de Coordenação. Suas principais atividades foram o auxílio e acompanhamento de pesquisadores voluntários, bolsistas de iniciação científica e estagiários, coleta e análise de leis e decretos, dados secundários e a realização de entrevistas com stakeholders. No âmbito da pesquisa, dedicou-se a investigar as imbricações entre cuidado e sistema prisional.



Pesquisadora

Mariana Teixeira Muratori

Graduanda em Direito na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Ingressou no Grupo de Estudos sobre Prisões e na pesquisa em 2022, como pesquisadora voluntária de iniciação científica. Dentre suas atividades, estavam aquelas relacionadas à pesquisa legislativa, ao levantamento de dados secundários e entrevistas com stakeholders.

Pesquisadora

Natália Cristina Costa Martino

Doutoranda em Ciência Política, Mestre em Sociologia e Jornalista pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)



Ingressou na pesquisa em 2019, onde desempenhou atividades relacionadas à pesquisa legislativa e levantamento de registros históricos e documentações na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG). Na condição de Assistente de Coordenação, acompanhou atividades desempenhadas por pesquisadores voluntários, bolsistas de iniciação científica e estagiários em diversas frentes de trabalho, especialmente naquela sobre as notícias envolvendo a Política Penitenciária de Minas Gerais, bem como sobre a estrutura organizacional do Poder Executivo Estadual e orçamento público na seara da Segurança Pública e Sistema Prisional. Desde 2019, é membro do Grupo de Estudos sobre Prisão. Vale ressaltar, ainda, as atividades de pesquisa que desenvolveu junto às pessoas privadas de liberdade e seus familiares, as quais foram realizadas concomitantemente à pesquisa que dá origem a este relatório.

Pesquisadora

Paula Rafaela Silva Fonseca

Doutoranda e Mestra em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Engenheira Ambiental e Sanitarista pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).



Enquanto pesquisadora de Doutorado no Programa de Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), compõe o Grupo de Estudos sobre Prisões desde 2020. Realizou atividades relacionadas a pesquisas legislativas, entrevistas com stakeholders e análise de dados secundários, com ênfase nos direitos humanos à água e ao saneamento no sistema prisional.



Pesquisadora

Raquel Vieira Magalhães Queiroga

Cientista Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)



Ingressou na pesquisa no ano de 2019 como pesquisadora voluntária, onde se dedicou a coleta de notícias relacionadas a Política Penitenciária em Minas Gerais publicadas em periódicos entre 1979 e 2019. Foi enquadrada como bolsista de iniciação científica em 2020, onde iniciou em outras frentes, como no levantamento de dados secundários, pesquisa legislativa, estrutura organizacional do Poder Executivo Estadual no âmbito da política prisional etc. É membro do Grupo de Estudos sobre Prisão desde 2019.

Pesquisadora

Roseane de Aguiar Lisboa Narciso

Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG), Mestra em Sociologia e Cientista Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).



É professora no Departamento de Ciências Sociais e Filosofia do CEFET-MG, pesquisadora e residente de pós-doutorado no Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP) na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora associada no Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do CEFET-MG. Atualmente coordena a Rede de Apoio à Pessoas Egressas (RAESP) de Minas Gerais e atua em projetos de extensão e pesquisa em unidades prisionais na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Suas pesquisas e trabalho concentram-se na relação entre aprisionamento, trabalho e gênero, os sentidos atribuídos à prisão pela pessoas em privação de liberdade e inclusão social de egressos do sistema prisional.

Pesquisadora

Suzane Ferreira Nascimento

Graduanda em Relações Econômicas Internacionais na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)



Ingressou na pesquisa no ano de 2022 como pesquisadora voluntária, onde dedicou-se a análise de registros e documentações administrativas no âmbito do Poder Executivo Estadual, especialmente no que concerne à Política Penitenciária e Segurança Pública em Minas Gerais, além da produção e organização dos dados no eixo de entrevista com stakeholders.



Pesquisadora

Thais Lemos Duarte



Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Mestre em Sociologia e Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Cientista Social pela UERJ

Enquanto pesquisadora de Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Professora Substituta do Departamento de Sociologia, ambos na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), compõe o Grupo de Estudos sobre Prisões desde 2020. Auxiliou pesquisas sobre facções criminosas nas prisões mineiras, orçamento público e outras atividades envolvendo orientação acadêmica de pesquisadores bolsistas de iniciação científica no âmbito da pesquisa.

Pesquisador

Victor Neiva e Oliveira



Doutor e Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Cientista Social pela Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES)

Ingressou na pesquisa em 2019 na condição de Assistente de Coordenação, onde suas principais atividades envolveram a pesquisa das notícias relacionadas a Política Penitenciária em Minas Gerais e, especialmente, a análise da institucionalização da carreira de agente penitenciário no estado. Dedicou-se, ademais, a auxiliar pesquisadores voluntários, bolsistas de iniciação científica e estagiários na coleta de dados secundários, pesquisas legislativas, etc. Ainda em 2019, passou a compor o Grupo de Estudos sobre Prisão.

Pesquisadora

Walkiria Zambrzycki Dutra



Doutora em Ciência Política pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Internacionalista pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MINAS)

Ingressou como membro do Grupo de Estudos sobre Prisão em 2020. Em 2022, na condição de Assistente de Coordenação da pesquisa, realizou trabalhos relacionados à estrutura organizacional do Poder Executivo de Minas Gerais e orçamento público na seara da Segurança Pública e Política Penitenciária e, mais amplamente, Política Penal. Além disso, esteve envolvida nas entrevistas com stakeholders e orientou academicamente atividades desenvolvidas por bolsistas de iniciação científica e estagiários.



PRODUÇÕES CIENTÍFICAS

Monografia, Trabalhos de Conclusão de Curso, Dissertações e Teses

DINIZ, Isadora V. **Expansão do PCC:** observando através da ótica neopentecostal de dispersão. 2021. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021. Orientadora: Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro.

QUEIROGA, Raquel V. M. **A prisão como um espaço de luta para a construção de direitos:** mulheres, violência e Estado. 2022. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022. Orientadora: Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro.

FERNANDES, Marco T. S. **O financiamento da política prisional de Minas Gerais (2003 – 2020) à luz da criminologia e do novo institucionalismo histórico.** 2021. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021. Orientadora: Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro.

MARTINO, Natália. **Burocracia como grupo de interesse:** estudo de caso da burocracia penitenciária de Minas Gerais (1995 a 2018). Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Poder Legislativo e Políticas Públicas) - Escola do Legislativo da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021. Orientador: Wladimir Leal Rodrigues Dias.

FIGUEIREDO, Amanda de M. Análise da trajetória de institucionalização do sistema prisional no campo da segurança pública de Minas Gerais (1990-2020). **Tese em andamento (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023.** Orientadora: Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro.

MARTINO, Natália. **Saúde e morte nas Prisões:** trazendo o Estado de volta. Tese em andamento (Doutorado em Ciência Política) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023. Orientadora: Natália Sátiro, Coorientadora: Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro.

FONSECA, Paula Rafaela S. **Direitos Humanos à água e ao saneamento em prisões femininas na região metropolitana de Belo Horizonte.** Tese em andamento (Doutorado em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos) - Universidade



Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023. Orientador: , Coorientadora: Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro.

SILVA, Dejesus de S. **Análise da difusão do método APAC em Minas Gerais.** Tese em andamento (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023. Orientadora: Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro.

Artigos científicos

DINIZ, Alexandre M. A. OLIVEIRA, Victor N. DUARTE, Thais L. RIBEIRO, Ludmila . Territórios do cárcere: a realidade do Complexo Penitenciário Nelson Hungria. **Eure-Revista Latinoamericana de Estudios Urbano Regionales**, v. 49, p. 146, 2023.

FERNANDES, Marco. T. S.; QUEIROGA, Raquel V. M. Uma hierarquia da representação: a conformação de vozes sobre o sistema prisional de Minas Gerais durante a redemocratização. **Pós - Revista Brasiliense de Pós-Graduação em Ciências Sociais**, [S. I.], v. 16, n. 2, p. 1–41, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistapos/article/view/36157>. Acesso em: 20 mar. 2023.

LOPES, Ariane G.; FERNANDES, Marco T. S.; QUEIROGA, Raquel V. M. **As prisões em Minas Gerais:** uma análise institucional da década de 1980 retratada pelos jornais. Submetido à Revista Brasileira de Segurança Pública.

MARTINO, Natália. Burocracia como grupo de interesse: estudo de caso da atuação da burocracia penitenciária de Minas Gerais na ALMG (1995 a 2018). **Cadernos da Escola do Legislativo**, v. 23, p. 113, 2021.

MARTINO, Natália; DUARTE, Thais Lemos. Saída Apac? Articulações entre sociedade civil e atores parlamentares na estruturação das políticas prisionais mineiras entre 1995 e 2018. **Revista Brasileira de Segurança Pública** (no prelo).

DUTRA, Walkiria Z.; FERNANDES, Marco T. S. RIBEIRO, Ludmila. **Os Serviços Penais na Política Pública:** um estudo de caso estadual. Submetido à Revista de Administração Pública.

GOMES, Maria Elisa R. C.; RIBEIRO, Ludmila M. L.; MIRANDA, Glória Gabrielle R. **“Todo homem precisa de uma mãe”, mas nem todo merece uma:** o cuidado em notícias



sobre o sistema penitenciário de Minas Gerais. Submetido à Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana.

Apresentações em eventos científicos

FERNANDES, Marco. T. S. **O sistema prisional de Minas Gerais nas manchetes:** Uma análise da representação no jornal O Tempo (2005 - 2019). In: **Semana do Conhecimento UFMG**, Belo Horizonte, 2021.

FERNANDES, Marco. T. S. **Entre Atores, Problemas e Soluções:** a dinâmica tensionada no sistema prisional de Minas Gerais durante a redemocratização. In: **Semana do Conhecimento UFMG**, Belo Horizonte, 2020.

FERNANDES, Marco. T. S. **Saúde e Proteção:** análise das políticas para LGBTs encarcerados em Minas Gerais. In: **Semana do Conhecimento UFMG**, Belo Horizonte, 2019.

FIGUEIREDO, Amanda M. **A Política Prisional em Minas Gerais nas duas últimas décadas:** uma trajetória de institucionalização?. In: **45º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais**, 2021.

MURATORI, Mariana T. **O princípio da dignidade humana na nova democracia (1979 – 2019):** uma análise da realidade carcerária mineira. In: **Semana do Conhecimento UFMG**, Belo Horizonte, 2022.

FERNANDES, Marco. T. S. **Entre Atores, Problemas e Soluções:** a dinâmica tensionada no sistema prisional de Minas Gerais durante a redemocratização. In: **11º Congresso Internacional de Ciências Criminais**, Porto Alegre, 2020.

FERNANDES, Marco. T. S.; QUEIROGA, Raquel V. M. DINIZ, Isadora V. **Criminalidade e urbanização:** uma análise sobre as prisões de Minas Gerais durante a redemocratização. In: **20º Congresso Brasileiro de Sociologia**, Belém, 2021.

QUEIROGA, Raquel V. M. **Política Prisional ou gestão da crise?** O Dilema do sistema penitenciário mineiro nos anos 1980. In: **11º Congresso Internacional de Ciências Criminais**, Porto Alegre, 2020.



MARTINO, Natália. **A construção do Sistema Penitenciário mineiro (1979 a 2018) nos debates legislativos:** agendas, atores e coalizões. In: **12º da Associação Brasileira de Ciência Política**, 2020.

MARTINO, Natália. **Segurança Pública e Direitos Humanos no parlamento mineiro:** evolução dos debates entre 1979 e 2018. 2020. In: **44º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais**, 2020.

MARTINO, Natália; DUARTE, Thais Lemos. **Saída Apac?** Articulações entre sociedade civil e atores parlamentares na estruturação das políticas prisionais mineiras entre 1995 e 2018. In: **20º Congresso Brasileiro de Sociologia**, 2021, Belém.

DUTRA, Walkiria Z.; FERNANDES, Marco T. S. RIBEIRO, Ludmila. **O sistema prisional no campo de públicas:** abordagens teóricas e impressões para uma política pública penal em âmbito estadual. In: **46º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais**, Campinas, 2022.

GOMES, Maria Elisa R. C., MURATORI, Mariana T., MIRANDA, Glória Gabrielle R. RIBEIRO, Ludmila M. L. **A implicação dos gestores do sistema prisional:** uma análise de suas narrativas. In: **21º Congresso Brasileiro de Sociologia**, Belém do Pará, 2023.

GOMES, Maria Elisa R. C.; RIBEIRO, Ludmila M. L.; MIRANDA, Glória Gabrielle R. RIBEIRO, Ludmila M. L. **“Todo homem precisa de uma mãe”, mas nem todo merece uma:** o cuidado em notícias sobre o sistema penitenciário mineiro. In: **VIII Encontro Nacional de Antropologia do Direito**, Remoto/online, 2023.

GOMES, Maria Elisa R. C., MURATORI, Mariana T., MIRANDA, Glória Gabrielle R. RIBEIRO, Ludmila M. L. **A implicação dos gestores do sistema prisional:** uma análise de suas narrativas. In: **V Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas**, Belo Horizonte, 2023.

GOMES, Maria Elisa R. C.; RIBEIRO, Ludmila M. L.; MIRANDA, Glória Gabrielle R. RIBEIRO, Ludmila M. L. **“Todo homem precisa de uma mãe, mas nem todo merece uma:** o cuidado em notícias sobre o sistema penitenciário mineiro. In: **47º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais**, Campinas, 2023.



Produção técnica

Redes sociais, websites e blogs

RIBEIRO, Glória Gabrielle M. **Vídeo sobre a pesquisa “As políticas penitenciárias de Minas Gerais: uma análise sócio-histórica (1979-2019)”**. 2023; Tema: Sistema prisional; Justiça Criminal; Divulgação científica. Referências adicionais: <https://www.crisp.ufmg.br/projetos.html>.

GOMES, Maria Elisa R. C. **Linha do tempo da legislação sobre o sistema prisional mineiro (1979-2019)**. 2023; Tema: Sistema prisional; Justiça criminal; Direito penal; Legislação. Referências adicionais: https://www.crisp.ufmg.br/linha_do_tempo.html.

FERNANDES, Marco T. S., GOMES, Maria Elisa R. C. **Datas de inauguração das unidades prisionais de Minas Gerais**. 2023; Tema: Sistema prisional; Justiça criminal; Direito penal; Legislação. Referências adicionais: .

MURATORI, Mariana T., OLIVEIRA, Karen M. A., FERNANDES, Marco T. S., GOMES, Maria Elisa R. C. **Fatos marcantes para o sistema prisional mineiro (1979-2019)**. 2023; Tema: Sistema prisional; Justiça criminal; Direito penal; Legislação. Referências adicionais: https://www.crisp.ufmg.br/linha_do_tempo_fatos_marcantes.html.

Organização de eventos, congressos, exposições e feiras

SILVA, Dejesus de S., GOMES, Maria E. R. C. FERNANDES, Marco T. S. Grupo de Trabalho “Punição e Controle Social: novas perspectivas sobre velhas questões”. In: **Graduação em Foco**, PET Ciências Sociais UFMG, 2022.

PROENÇA, Ana Carolina da Luz. Um novo olhar sobre o encarceramento: o protagonismo de mulheres de preso. In: RIBEIRO, Ludmila Mendonça Lopes. **Encontro aberto do Grupo de estudos sobre prisões**, 2022.



Fontes e apêndices



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, Sérgio. Sistema penitenciário no Brasil: Problemas e desafios. **Revista Usp**, n. 9, p. 65-78, 1991.
- ADLER, Michael; LONGHURST, Brian. **Discourse Power and Justice**: toward a new sociology of imprisonment. Routledge, 2002.
- BENNETT, Jamie. A New Approach to Understanding Prison Managers. In: The Working Lives of Prison Managers. **Palgrave Macmillan**, London, 2016. p. 18-38.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 11 jun. 2023.
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **CNJ recomenda expansão das APACs para a redução da reincidência criminal no país - Portal CNJ**. 15 abr. 2014. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/cnj-recomenda-expansao-das-apacs-para-a-reducao-da-reincidencia-criminal-no-pais/#:~:text=CNJ%20recomenda%20expansão%20das%20APACs,criminal%20no%20país%20-%20Portal%20CNJ&text=Entre%20os%20mais%20de%20550,em%20termos%20de%20reinserção%20social>. Acesso em: 11 jun. 2023.
- COUTO, Vinicius Assis. (2011), **A Oficina do Diabo e a Casa do Senhor**: os embates identitários dentro dos presídios. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.
- COYLE, Andrew. **Managing prisons in a time of change**. London: International Centre for Prison Studies, 2002.
- CRUZ, Marcus Vinicius G; BATITUCCI, Eduardo C; SILVA, Sérgio L; SOUZA, Letícia G. (2013), Agente Penitenciário: em busca da identidade – notas de pesquisa no sistema prisional de Minas Gerais. **37º Encontro Anual da Anpocs**, Águas de Lindóia (SP).
- DARKE, Sacha. Comunidades Prisionais Autoadministradas: O Fenômeno APAC (Self-Managed Prison Communities: The APAC Phenomenon). **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, v. 107, p. 257-276, 2014.
- DIAS, Camila Caldeira Nunes. **Da pulverização ao monopólio da violência: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista**. 2011. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- FISCHER, Rosa Maria; ABREU, Sérgio França Adorno de. Políticas penitenciárias, um fracasso?. Lua Nova: **Revista de Cultura e Política**, v. 3, n. 4, p. 70-79, 1987.



FREITAS, Renan; RIBEIRO, Ludmila. Some Current Developments in Brazilian Sociology of Crime: Towards a Criminology?. **International Journal of Criminology and Sociology**, v. 3, p. 175-185, 2014.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Caracterização da população prisional em Minas Gerais e Rio de Janeiro**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1984.

GÓES, Eda Maria. Transição política e cotidiano penitenciário. **História**, São Paulo, v. 23, n. 1-2, 2004.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Ipeadata**, s.d.. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em: 11 jun. 2023.

LEMGUBER, Julita. **Cemitério dos vivos**: análise sociológica de uma prisão de mulheres. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.

LOURENÇO, Luiz C. (2010), "Batendo a tranca: Impactos do encarceramento em agentes penitenciários da Região Metropolitana de Belo Horizonte". Dilemas: **Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**. Vol. 3, nº 10, pp. 11-31.

MINAS GERAIS. **Memória da Secretaria de Estado da Justiça e Direitos Humanos**. Santa Clara Editora e Produção de Livros: Belo Horizonte, 2002.

_____. **Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG)**, s.d. Disponível em: <https://www.mg.gov.br/planejamento/pagina/planejamento-e-orcamento/plano-plurianual-de-acao-governamental-ppag/plano-plurianual-de-acao>. Acesso em: 11 jun. 2023.

_____. **Portal da Transparência**, s.d. Disponível em: <https://www.transparencia.mg.gov.br/>. Acesso em: 11 jun. 2023.

_____. **A Secretaria de Estado de Defesa Social - SEDS | Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp**, s.d. Disponível em: <http://www.seguranca.mg.gov.br/ajuda/page/392-secretaria-de-estado-de-defesa-social-seds-392>. Acesso em: 11 jun. 2023.

_____. **Lei nº 14695, de 30 de julho de 2003**. Cria a superintendência de coordenação da guarda penitenciária, a diretoria de inteligência penitenciária e a carreira de agente de segurança penitenciário e dá outras providências. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/LEI/14695/2003/>. Acesso em: 11 jun. 2023.

OLIVEIRA, Clara; DE OLIVEIRA RIBEIRO, Maria Luísa. O mito da ressocialização e o sistema prisional brasileiro: uma análise e críticas. **Revista de Iniciação Científica e Extensão da Faculdade de Direito de Franca**, v. 4, n. 2, p. 41-48, 2019.

PAIXÃO, Antônio L. (1991), **Recuperar ou Punir?** Como o Estado trata o criminoso. São Paulo, Cortez.

_____. (1985), "Uma saga carcerária". **Temas IMESC**. Vol. 02, nº.02, pp. 97-110.



PAIXÃO, Antônio L; COELHO, Edmundo C. (1984), **Caracterização da População Prisional em Minas Gerais e Rio de Janeiro**. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, (mimeo).

RAMALHO, José Ricardo. **O mundo do crime: a ordem pelo avesso**. 3. Ed. São Paulo: IBCCRIM, 2002.

RIBEIRO, Ludmila Mendonça Lopes. (2003). **Análise da política penitenciária feminina do estado de Minas Gerais**: o caso da Penitenciária Industrial Estevão Pinto. Mestrado em Administração Pública – Escola de Governo, Fundação João Pinheiro.

RIBEIRO, Ludmila M L, CRUZ, Marcus Vinicius G., BATITUCCI, Eduardo C. (2004), Política Pública Penitenciária: a Gestão em Minas Gerais. **XXVIII ANPAD**, Rio de Janeiro.

SALLA, Fernando. A pesquisa sobre as prisões: um balanço preliminar. In: KOERNER, Andrei (org). **História da Justiça Penal no Brasil**. São Paulo: IBCCRIM, 2006. Pp. 107-127.

_____. **As prisões em São Paulo: 1822-1940**. Annablume, 1999.

_____. Os impasses da democracia brasileira: o balanço de uma década de políticas para as prisões no Brasil. **Violences et contrôle de la violence au Brésil, en Afrique et à Goa**, p. 419-435, 2004. 23

_____. De Montoro a Lembo: as políticas penitenciárias em São Paulo. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 1, n. 1, 2007.

SALLA, Fernando; DIAS, Camila Nunes; SILVESTRE, Giane. Políticas Penitenciárias e as facções criminosas: uma análise do regime disciplinar diferenciado (RDD) e outras medidas administrativas de controle da População carcerária. **Estudos de Sociologia**, v. 17, n. 33, 2012.

THOMPSON, Augusto. **A questão penitenciária**. Rio de Janeiro: Forense, 1980.



APÊNDICES

Apêndice A - Questionário de análise das notícias de jornais sobre o sistema penitenciário mineiro

1. Jornal pesquisado
2. Palavra chave utilizada para a busca
3. Data da reportagem
4. Link reportagem
5. Seção
6. Governo da época
 - a. Aécio Neves (01/01/2003-01/01/2007)
 - b. Aécio Neves (01/01/2007-31/03/2010) + Antônio Anastasia (31/03/2010-01/01/2011)
 - c. Antônio Anastasia (01/01/2011-04/04/2014) + Alberto Pinto Coelho Jr (04/04/2014-01/01/2015)
 - d. Fernando Pimentel (01/01/2015-01/01/2019)
 - e. Romeu Zema (01/01/2019-Atualmente)
7. Título da reportagem
8. Evento
 - a. Infraestrutura de unidade prisionais
 - i. Sim
 - ii. Não
 - b. Superlotação em unidades prisionais
 - i. Sim
 - ii. Não
 - c. Violência interpessoal entre presos
 - i. Sim
 - ii. Não
 - d. Tortura de profissionais com presos
 - i. Sim
 - ii. Não
 - e. maus tratos de profissionais com presos
 - i. Sim
 - ii. Não
 - f. Condições de trabalho dos profissionais que atuam no Sistema Penitenciário
 - i. Sim
 - ii. Não
 - g. Greve dos agentes ou policiais
 - i. Sim
 - ii. Não
 - h. Tratamento de familiares de presos
 - i. Sim
 - ii. Não
 - i. Criação de vagas em unidades prisionais
 - i. Sim
 - ii. Não
 - j. Fechamento de vagas em unidades prisionais
 - i. Sim
 - ii. Não



- k. Inauguração de unidades
 - i. Sim
 - ii. Não
 - l. Transferência de presos
 - i. Sim
 - ii. Não
 - m. Proposta por vagas no sistema
 - i. Sim
 - ii. Não
 - n. Rebeliões
 - i. Sim
 - ii. Não
 - o. Motins
 - i. Sim
 - ii. Não
 - p. Fugas
 - i. Sim
 - ii. Não
 - q. Bem-estar do preso (saúde, educação, assistência, cultura, lazer)
 - i. Sim
 - ii. Não
 - r. Mudanças na gestão das unidades prisionais (alteração de nomes/estruturas/funções de Secretarias)
 - i. Sim
 - ii. Não
 - s. Mudanças nas carreiras de profissionais das unidades prisionais
 - i. Sim
 - ii. Não
 - t. Gestão/logística do sistema prisional
 - i. Sim
 - ii. Não
 - u. Corrupção
 - i. Sim
 - ii. Não
 - v. Morte de presos por presos
 - i. Sim
 - ii. Não
 - w. Morte de presos por agentes
 - i. Sim
 - ii. Não
 - x. Morte de presos por causas naturais/Não sabe
 - i. Sim
 - ii. Não
 - y. Outros
 - i. Sim
 - ii. Não
 - 1. Qual?
9. Sobre as unidades prisionais que foram assunto da reportagem
 - a. Eram cadeias públicas, delegacias ou unidades geridas pela Polícia Civil (Secretaria de Segurança Pública);



- b. Eram penitenciárias ou unidades geridas por profissionais de carreira específica (Secretaria de Interior/Subsecretaria de Administração Prisional);
 - c. APACs;
 - d. A reportagem não tratou de unidades específicas;
 - i. Qual/is?
10. Agentes envolvidos
- a. juízes.
 - i. Se sim, qual/quais o/os nome/s?
 - b. promotores de justiça.
 - i. Se sim, qual/quais o/os nome/s?
 - c. agentes da polícia civil (Delegados, comissários).
 - i. Se sim, qual/quais o/os nome/s?
 - d. defensores públicos.
 - i. Se sim, qual/quais o/os nome/s?
 - e. corregedores
 - i. Se sim, qual/quais o/os nome/s?
 - f. guardas/agentes penitenciários.
 - i. Se sim, qual/quais o/os nome/s?
 - g. políticos eleitos.
 - i. Se sim, qual/quais o/os nome/s?
 - h. policiais militares.
 - i. Se sim, qual/quais o/os nome/s?
 - i. poder executivo (exceto eleitos) - secretários, responsáveis pela pasta...
 - i. e sim, qual/quais o/os nome/s?
 - j. advogados.
 - i. Se sim, qual/quais o/os nome/s?
 - k. sociedade civil.
 - i. Se sim, qual/quais o/os nome/s?
 - l. Outros agentes envolvidos
 - i. Se sim, qual/quais o/os nome/s?
11. Descrição da reportagem (por que ela é interessante?)
12. Principais trechos
13. É uma reportagem que devemos ter armazenada (em foto)?
14. Observações



Apêndice B - Questionário de análise da legislação federal e estadual sobre o sistema prisional

1. Número da Lei
2. Estadual ou federal?
3. Data da lei
4. Tipo da lei
5. A legislação foi revogada? Status
6. Se sim, por qual legislação? (número e data)
7. Ementa da lei
8. Governo da época
 - a. Hélio Garcia (1984-1987)
 - b. Newton Cardoso (15/03/1987-15/03/1991)
 - c. Hélio Garcia (15/03/1991-01/01/1995)
 - d. Eduardo Azeredo (1995-1999)
 - e. Itamar Franco (1999-2003)
 - f. Aécio Neves (01/01/2003-01/01/2007)
 - g. Aécio Neves (01/01/2007-31/03/2010) + Antônio Anastasia (31/03/2010-01/01/2011)
 - h. Antônio Anastasia (01/01/2011-04/04/2014) + Alberto Pinto Coelho Jr (04/04/2014-01/01/2015)
 - i. Fernando Pimentel (01/01/2015-01/01/2019)
 - j. Romeu Zema (01/01/2019-Atualmente)
 - k. João Figueiredo (15/03/1979-15/03/1985)
 - l. José Sarney (15/03/1985-15/03/1990)
 - m. Fernando Collor (15/03/1990-29/12/1992)
 - n. Itamar Franco (29/12/1992-01/01/1995)
 - o. Fernando Henrique Cardoso (1995-2003)
 - p. Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010)
 - q. Dilma Rousseff (01/01/2011-31/08/2016)
 - r. Michel Temer (31/08/2016-01/01/2019)
 - s. Jair Messias Bolsonaro (01/01/2019-01/01/2023)
9. Evento
 - a. Infraestrutura de unidade prisionais
 - i. Sim
 - ii. Não
 - b. superlotação em unidades prisionais
 - i. Sim
 - ii. Não
 - c. violência interpessoal entre presos
 - i. Sim
 - ii. Não
 - d. tortura de profissionais com presos
 - i. Sim
 - ii. Não
 - e. maus tratos de profissionais com presos
 - i. Sim
 - ii. Não
 - f. condições de trabalho dos profissionais que atuam no Sistema Penitenciário
 - i. Sim



- ii. Não
- g. greve dos agentes ou policiais
 - i. Sim
 - ii. Não
- h. tratamento de familiares de presos
 - i. Sim
 - ii. Não
- i. criação de vagas em unidades prisionais
 - i. Sim
 - ii. Não
- j. fechamento de vagas em unidades prisionais
 - i. Sim
 - ii. Não
- k. inauguração de unidades
 - i. Sim
 - ii. Não
- l. transferência de presos
 - i. Sim
 - ii. Não
- m. Proposta por vagas no sistema
 - i. Sim
 - ii. Não
- n. Rebeliões
 - i. Sim
 - ii. Não
- o. Motins
 - i. Sim
 - ii. Não
- p. Fugas
 - i. Sim
 - ii. Não
- q. Bem-estar do preso (saúde, educação, assistência, cultura, lazer)
 - i. Sim
 - ii. Não
- r. Mudanças na gestão das unidades prisionais (alteração de nomes/estruturas/funções de Secretarias)
 - i. Sim
 - ii. Não
- s. Mudanças nas carreiras de profissionais das unidades prisionais
 - i. Sim
 - ii. Não
- t. Gestão/logística do sistema prisional
 - i. Sim
 - ii. Não
- u. Corrupção
 - i. Sim
 - ii. Não
- v. Morte de presos por presos
 - i. Sim
 - ii. Não
- w. Morte de presos por agentes



- i. Sim
 - ii. Não
- x. Morte de presos por causas naturais/Não sabe
 - i. Sim
 - ii. Não
- y. Outros
 - i. Sim
 - ii. Não
- 1. Se sim, qual/quais?
- 10. Sobre as unidades prisionais que foram assunto da norma:
 - a. Eram cadeias públicas, delegacias ou unidades geridas pela Polícia Civil (Secretaria de Segurança Pública);
 - b. Eram penitenciárias ou unidades geridas por profissionais de carreira específica (Secretaria de Interior/Subsecretaria de Administração Prisional);
 - c. A legislação tratou de unidades com os dois perfis citados acima;
 - d. A legislação tratou de penitenciárias estaduais e federais;
 - e. A legislação tratou de unidades com os três perfis citados acima;
 - f. APACs;
 - g. A legislação não tratou de unidades específicas;
 - i. Qual/is?
- 11. Principais mudanças promovidas pela lei
 - 12. Observações



Apêndice C - Questionário de análise das atas do colegiado da Secretaria de Estado de Defesa Social.

1. Número documento
2. Número da reunião
3. Data de realização da reunião
4. Pautas
 - a. Qual(is) pauta(s) relacionada(s) ao sistema prisional/penitenciário estava(m) prevista(s) para esta reunião?
 - b. Nesta reunião, qual(is) pauta(s) discutida(s) estavam relacionada(s) ao sistema prisional/penitenciário mineiro:
 - c. Os atores presentes deram algum encaminhamento a tais pautas?
 - i. Sim
 - ii. Não
 1. Se sim, descreva-o(s)
 - d. Houve alguma menção a legislações, iniciativas e projetos de ressocialização?
 - i. Sim
 - ii. Não
 1. Se sim, resuma o que foi dito a esse respeito:
 - e. Houve alguma menção a questões orçamentárias relativas ao sistema prisional/penitenciário mineiro?
 - i. Sim
 - ii. Não
 1. Se sim, resuma o que foi dito a esse respeito:
5. Problemas
 - a. Superlotação
 - i. Sim
 - ii. Não
 - b. Violência interpessoal entre presos
 - i. Sim
 - ii. Não
 - c. Tortura de policiais com presos
 - i. Sim
 - ii. Não
 - d. Maus tratos de profissionais com presos
 - i. Sim
 - ii. Não
 - e. Condições de trabalho dos profissionais que atuam no Sistema Penitenciário
 - i. Sim
 - ii. Não
 - f. Greve dos agentes ou policiais
 - i. Sim
 - ii. Não
 - g. Tratamento de familiares de presos
 - i. Sim
 - ii. Não
 - h. Criação de vagas em unidades prisionais
 - i. Sim
 - ii. Não



- i. Fechamento de vagas em unidades prisionais
 - i. Sim
 - ii. Não
 - j. Inauguração de unidades
 - i. Sim
 - ii. Não
 - k. Transferência de presos
 - i. Sim
 - ii. Não
 - l. Proposta por vagas no sistema
 - i. Sim
 - ii. Não
 - m. Rebeliões
 - i. Sim
 - ii. Não
 - n. Motins
 - i. Sim
 - ii. Não
 - o. Fugas
 - i. Sim
 - ii. Não
 - p. Bem-estar do preso (saúde, educação, assistência, cultura, lazer)
 - i. Sim
 - ii. Não
 - q. Mudanças na gestão das unidades prisionais (alteração de nomes/estruturas/funções de Secretarias)
 - i. Sim
 - ii. Não
 - r. Mudanças nas carreiras de profissionais das unidades prisionais
 - i. Sim
 - ii. Não
 - s. Gestão/logística do sistema prisional
 - i. Sim
 - ii. Não
 - t. Corrupção
 - i. Sim
 - ii. Não
 - u. Morte de presos por presos
 - i. Sim
 - ii. Não
 - v. Morte de presos por agentes
 - i. Sim
 - ii. Não
 - w. Morte de presos por causas naturais/Não sabe
 - i. Sim
 - ii. Não
 - x. Outros
 - i. Sim
 - ii. Não
 - 1. Qual/is?
6. Sobre as unidades prisionais que foram assunto da reunião:



- a. Eram cadeias, delegacias ou instituições geridas pela Polícia Civil (Secretaria de Segurança Pública)
 - b. Eram penitenciárias ou instituições geridas por profissionais de carreira específica (Secretaria de Interior/ Secretaria ou Subsecretaria de Administração Prisional)
 - c. Os participantes da reunião trataram de unidades com os dois perfis acima citados APAC
 - d. Os participantes da reunião não trataram de unidades específicas
 - e. Outro
 - i. Qual(is)?
7. Algum dos atores de nosso interesse estiveram presentes nesta reunião?
- a. Sim
 - b. Não
 - i. Se sim, Qual(is) dele(s)?
 1. Ailton Torres Neves Agílio Monteiro Filho
 2. Angela Maria Pace da Silva Assis
 3. Antônio de Padova Marchi Junior
 4. Castellar Modesto Guimarães Filho
 5. Edilson Ivair Costa
 6. Francisco Kupidlowski Gamaliel Herval
 7. Genilson Ribeiro Zeferino
 8. Geraldo da Costa Pereira
 9. Hamilton da Costa Mitre de Andrade
 10. José Francisco da Silva
 11. Kildare Gonçalves Carvalho
 12. Luiz Tadeu Leite
 13. Marcelo José Gonçalves da Costa
 14. Robson Lucas da Silva
 15. Sérgio Barboza Menezes
 16. Sílvio de Andrade Abreu Júnior
 - a. Qual(i) cargo(s) ocupava(m) na época em que esta reunião foi realizada?

8. Observações



Apêndice D - Roteiros de entrevistas semiestruturadas com atores proeminentes para o sistema prisional mineiro entre os anos de 1979 e 2019

Apêndice D.1 - Roteiro de entrevista para os gestores do sistema prisional

Trajetória - como o sistema prisional entra na vida da pessoa

Conte-me um pouco sobre a sua trajetória, em termos de formação (onde e quando se formou), e como terminou se inserindo dentro do sistema prisional

- Foi convidado (Quem convidou?), se candidatou, se tinha experiência prévia

Entendimentos gerais - compreender, em que medida, os entendimentos acadêmicos sobre a prisão se entrelaçam com as visões de mundo do entrevistado

- 1) Para você, qual deve ser a função do sistema prisional?
 - a. O que seria uma política pública penitenciária?
 - b. O que você acha que a sociedade espera da política pública penitenciária?
- 2) Para você, o que é eficiência dentro do sistema prisional?
 - a. Quais são os elementos indispensáveis para a garantir a eficiência?
 - b. Existem opções em termos de modelo de gestão [APAC]?
- 3) Para você, quais são as habilidades principais que um bom gestor do sistema prisional deve ter?
 - a. Como são organizadas as ações voltadas para a área de segurança?
 - b. E para as áreas de reinserção social? Como são estruturadas essas ações?

Realizações do período - quais eram as expectativas e quais foram as realizações dentro da pasta prisional

- 4) Você consegue descrever o cenário/contexto do sistema prisional no momento em que assumiu a pasta [Cenário das prisões/ Cenário da gestão prisional]?
- 5) Quais eram os resultados esperados da sua política prisional?
 - a. Você considera que as políticas produzidas no seu período de gestão atingiram os resultados esperados?
 - i. [Vagas, inauguração de unidades, transferência de presos]
 - ii. [Profissionalização: delimitação de cargos, realização de concursos, estabelecimento de Procedimentos Operacionais Padrão]
 - iii. [Greve dos servidores, sobretudo aqueles que trabalham dentro das prisões]
 - iv. [Motins e rebeliões, pressão de órgãos de direitos humanos, demanda por correição e ouvidoria]
 - b. Quais foram os elementos determinantes na política de tratamento ao preso na sua gestão?
- 6) Quais eram os recursos de que você dispunha, em sua gestão, para manejar o sistema prisional?
 - a. Quais foram as dificuldades/negociações que marcaram os recursos orçamentários?
 - b. Houve espaço no orçamento para investimento? Ou você avalia que o orçamento esteve direcionado majoritariamente ao custeio?



- 7) Quais foram os principais marcos legais/portarias/regimentos criados para regulamentar a política prisional?
 - a. Quais eram os objetivos? Houve resistência na operacionalização das normativas?
 - b. Quais foram as maiores diferenças entre o prescrito e o realizado?
 - c. O que foi voltado especificamente para a atividade dos funcionários dentro das prisões?
- 8) Pensando na realidade das prisões, quais são as habilidades que um servidor desta pasta deve necessariamente possuir?
 - a. As habilidades requeridas são atendidas pelos profissionais que atuam no cárcere?
 - b. Como avalia a forma de recrutamento?
 - c. Como se dá a relação com os níveis hierárquicos (diretor da prisão, diretorias dentro da secretaria)?
 - d. Como avalia o relacionamento da Secretaria com os estabelecimentos penais e servidores envolvidos (fluxo de imposições e de demandas)?
- 9) Quais foram as maiores dificuldades enfrentadas durante a gestão?
- 10) Como você considera que o seu desempenho como gestor do sistema prisional foi avaliado:
 - a. Governador e gestores de outras pastas [secretário ao qual a pasta estava subordinada]
 - b. Funcionários do sistema prisional (agentes, técnicos e auxiliares)
 - c. Sociedade civil organizada e familiares de pessoas privadas de liberdade
 - d. Pessoas privadas de liberdade

Encerramento - perspectivas para o futuro e memórias

- 11) Suponhamos que após você deixar o cargo de (completar com o cargo do(a)entrevistado(a)), um veículo de imprensa decida escrever uma matéria sobre a situação da política penitenciária em Minas Gerais. Se você pudesse escrever a manchete dessa notícia, qual seria ela?
- 12) Se você pudesse mudar alguma decisão importante da sua gestão, o que você faria de diferente?
- 13) Se você fosse hoje o presidente do Brasil, qual seria a sua política penitenciária, pensando a redução do crime e a garantia de direitos humanos dos condenados?

Contatos dos próximos entrevistados

Você teria o contato do seu antecessor no cargo em que ocupou? E de seu sucessor? Você poderia, por favor, nos passá-los?



Apêndice D.2 - Roteiro de entrevista para membros da sociedade civil organizada

Trajetória - como o sistema prisional entra na vida da pessoa

Conte-me um pouco sobre a sua trajetória, em termos de formação (onde e quando se formou), e como terminou se inserindo dentro do sistema prisional

- Foi convidado (Quem convidou?), se candidatou, se tinha experiência prévia

Entendimentos gerais - compreender, em que medida, os entendimentos acadêmicos sobre a prisão se entrelaçam com as visões de mundo do entrevistado

- 1) Para você, qual deve ser a função do sistema prisional?
 - a. O que seria uma política pública penitenciária?
 - b. O que você acha que a sociedade espera da política pública penitenciária?
 - c. Qual seria o papel da sociedade na política pública penitenciária?
- 2) Para você, o que é eficiência dentro do sistema prisional?
 - a. Quais são os elementos indispensáveis para garantir a eficiência?
 - b. Existem opções em termos de modelo de gestão [APAC]?
- 3) Para você, quais são as principais habilidades requeridas das pessoas que participam de organizações da sociedade civil que atuam no sistema penitenciário?
 - a. Conte-me um pouco sobre a história da(o) (inserir o nome da organização da qual o(a) entrevistado(a) participa/participou) [Como surgiu, quem a fundou]
 - b. Como seus membros avaliam as ações voltadas para a segurança no sistema prisional mineiro? E aquelas voltadas para a reinserção social?

Realizações do período - quais eram as expectativas e quais foram as realizações dentro da pasta prisional

- 4) Você consegue descrever o cenário/contexto do sistema prisional no momento em que entrou para (inserir o nome da organização da qual o(a) entrevistado(a) participa/participou) [Cenário das prisões/ Cenário da gestão prisional]?
- 5) Quais eram as suas expectativas em relação à sua atuação no sistema prisional?
 - a. Como as iniciativas da política penitenciária voltadas aos seguintes aspectos influenciaram suas expectativas iniciais e, propriamente, a sua atuação no sistema prisional?
 - i. [Vagas, inauguração de unidades, transferência de presos]
 - ii. [Profissionalização: delimitação de cargos, realização de concursos, estabelecimento de Procedimentos Operacionais Padrão]
 - iii. [Greve dos servidores, sobretudo aqueles que trabalham dentro das prisões]
 - iv. [Motins e rebeliões, pressão de órgãos de direitos humanos, demanda por correição e ouvidoria]
 - v. [Tratamento ao preso e aos familiares]
- 6) Quais eram os recursos de que a organização da qual você faz/fazia parte dispunha para atuar no sistema prisional?
 - a. Quais eram suas principais fontes?
 - b. Como tais recursos eram utilizados?



- 7) Quais foram os principais marcos legais/portarias/regimentos criados para regulamentar a política prisional?
 - a. Quais eram os objetivos? Houve resistência na operacionalização das normativas?
 - b. Quais foram as maiores diferenças entre o prescrito e o realizado?
- 8) Pensando na realidade das prisões, qual deveria ser a função da sociedade civil? O que impede essas organizações de alcançarem esse objetivo?
- 9) Quais foram as maiores dificuldades enfrentadas durante a sua atuação na(o) (inserir organização da qual o(a) entrevistado(a) fez/faz parte)?
- 10) Como você avalia a interlocução entre o movimento do qual você fez/faz parte com os seguintes atores sociais:
 - a. Governador;
 - b. Gestores do sistema prisional;
 - c. Poder legislativo;
 - d. Poder Judiciário;
 - e. Ministério Público;
 - f. Funcionários do sistema prisional (agentes, técnicos e auxiliares);
 - g. Demais movimentos da sociedade civil organizada;
 - h. Pessoas privadas de liberdade

Encerramento - perspectivas para o futuro e memórias

- 11) Suponhamos que um veículo de imprensa decida escrever uma matéria sobre a atuação da(o) (inserir o nome da organização da qual o(a) entrevistado fez parte) no sistema prisional mineiro. Se você pudesse escrever a manchete dessa notícia, qual seria ela?
- 12) Se você pudesse mudar alguma decisão importante da sua trajetória de atuação no sistema prisional, o que você faria de diferente?
- 13) Há alguma pergunta que você gostaria de ter respondido que nós não fizemos?

Contatos dos próximos entrevistados

Você teria o contato de alguém que considera relevante e com atuação proeminente no sistema prisional?



Apêndice D.3 - Roteiro de entrevista para membros do Poder Judiciário

Trajetória - como o sistema prisional entra na vida da pessoa

Conte-me um pouco sobre a sua trajetória, em termos de formação (onde e quando se formou), e como terminou se inserindo dentro do direito penal e, concomitantemente, no sistema prisional

- Se tinha experiência prévia...

Entendimentos gerais - compreender, em que medida, os entendimentos acadêmicos sobre a prisão se entrelaçam com as visões de mundo do entrevistado

- 1) Para você, qual deve ser a função do sistema prisional?
 - a. O que seria uma política pública penitenciária?
 - b. O que você acredita que deve ser o papel do Ministério Público **ou** Poder Judiciário na política penitenciária?
 - c. O que você acha que a sociedade espera da política pública penitenciária?
- 2) Para você, o que é eficiência dentro do sistema prisional?
 - a. Quais são os elementos indispensáveis para a garantir a eficiência [Elementos no MP ou no PJ]?
 - b. Existem opções em termos de modelo de gestão [APAC]?
- 3) Para você, quais são as habilidades principais que um bom promotor ou um bom juiz que atua na execução penal deve ter?

Acontecimentos do período

- 4) Você consegue descrever o cenário/contexto do sistema prisional no momento em que você assumiu como promotor ou juiz [No momento em que você começou a trabalhar com direito penal]?
- 5) Quais eram as expectativas quanto ao trabalho que você desenvolvia e o que esperava de resultado [Na instância do MP ou do PJ]?
 - a. Como as iniciativas da política penitenciária voltadas aos seguintes aspectos influenciaram suas expectativas iniciais e, propriamente, a sua atuação no sistema prisional?
 - i. [Vagas, inauguração de unidades, transferência de presos]
 - ii. [Profissionalização: delimitação de cargos, realização de concursos, estabelecimento de Procedimentos Operacionais Padrão]
 - iii. [Greve dos servidores, sobretudo aqueles que trabalham dentro das prisões]
 - iv. [Motins e rebeliões, pressão de órgãos de direitos humanos, demanda por correição e ouvidoria]
- 6) Quais foram as iniciativas voltadas à destinação dos recursos oriundos de multas, transação penal e fiança que visaram a melhoria do sistema prisional?
- 7) Quais foram os principais marcos legais/portarias/regimentos que impactaram a forma como você, enquanto promotor ou juiz, atuava no sistema prisional? [Lei de Execução de Penal]



- a. Quais eram os objetivos? Houve dificuldade ou resistência na operacionalização dessas leis/normativas?
 - b. Quais foram as maiores diferenças entre o prescrito e o realizado?
- 8) Como você avalia a interlocução do Ministério Público ou Poder Judiciário com os seguintes atores envolvidos na política penitenciária:
- a. Governador e gestores de outras pastas [secretário ao qual a pasta estava subordinada]
 - b. Poder Legislativo
 - c. Funcionários do sistema prisional (agentes, técnicos e auxiliares)
 - d. Sociedade civil organizada e familiares de pessoas privadas de liberdade
 - e. Pessoas privadas de liberdade
 - f. Ministério Público ou Poder Judiciário
- 9) Quais foram as maiores dificuldades enfrentadas por você durante a sua atuação na execução penal?
- 10) Como você considera que o seu desempenho como promotor ou juiz que atua no sistema prisional foi avaliado:
- a. Governador e gestores de outras pastas [secretário ao qual a pasta estava subordinada]
 - b. Poder Legislativo
 - c. Funcionários do sistema prisional (agentes, técnicos e auxiliares)
 - d. Sociedade civil organizada e familiares de pessoas privadas de liberdade
 - e. Pessoas privadas de liberdade
 - f. Ministério Público ou Poder Judiciário

Encerramento - perspectivas para o futuro e memórias

- 11) Suponhamos que após você deixar o cargo de (completar com o cargo do(a)entrevistado(a)), um veículo de imprensa decida escrever uma matéria sobre a situação da política penitenciária em Minas Gerais. Se você pudesse escrever a manchete dessa notícia, qual seria ela?
- 12) Se você pudesse mudar alguma decisão importante como promotor ou juiz na área do sistema prisional, o que você faria de diferente?

Contatos dos próximos entrevistados

Você teria o contato de alguém que considera relevante e com atuação proeminente no sistema prisional?



Apêndice D.4 - Roteiro de entrevista para membros do Ministério Público

Trajetória - como o sistema prisional entra na vida da pessoa

Conte-me um pouco sobre a sua trajetória, em termos de formação (onde e quando se formou), e como terminou se inserindo dentro do direito penal e, concomitantemente, no sistema prisional

- Se tinha experiência prévia...

Entendimentos gerais - compreender, em que medida, os entendimentos acadêmicos sobre a prisão se entrelaçam com as visões de mundo do entrevistado

- 1) Para você, qual deve ser a função do sistema prisional?
 - a. O que seria uma política pública penitenciária?
 - b. O que você acredita que deve ser o papel do Ministério Público na política penitenciária?
 - c. O que você acha que a sociedade espera da política pública penitenciária?
- 2) Para você, o que é eficiência dentro do sistema prisional?
 - a. Quais são os elementos indispensáveis para a garantir a eficiência [Elementos no MP]?
 - b. Existem opções em termos de modelo de gestão [APAC]?
- 3) Para você, quais são as habilidades principais que um bom promotor que atua na execução penal deve ter?

Acontecimentos do período

- 4) Você consegue descrever o cenário/contexto do sistema prisional no momento em que você assumiu como promotor [No momento em que você começou a trabalhar com direito penal]?
- 5) Quais eram as expectativas quanto ao trabalho que você desenvolvia e o que esperava de resultado [Na instância do MP]?
 - a. Como as iniciativas da política penitenciária voltadas aos seguintes aspectos influenciaram suas expectativas iniciais e, propriamente, a sua atuação no sistema prisional?
 - i. [Vagas, inauguração de unidades, transferência de presos]
 - ii. [Profissionalização: delimitação de cargos, realização de concursos, estabelecimento de Procedimentos Operacionais Padrão]
 - iii. [Greve dos servidores, sobretudo aqueles que trabalham dentro das prisões]
 - iv. [Motins e rebeliões, pressão de órgãos de direitos humanos, demanda por correição e ouvidoria]
- 6) Quais foram os principais marcos legais/portarias/regimentos que impactaram a forma como você, enquanto promotor, atuava no sistema prisional? [Lei de Execução de Penal]
 - a. Quais eram os objetivos? Houve dificuldade ou resistência na operacionalização dessas leis/normativas?
 - b. Quais foram as maiores diferenças entre o prescrito e o realizado?
- 7) Como você avalia a interlocução do Ministério Público com os seguintes atores envolvidos na política penitenciária:
 - a. Governador e gestores de outras pastas [secretário ao qual a pasta estava subordinada]



- b. Poder Legislativo
 - c. Funcionários do sistema prisional (agentes, técnicos e auxiliares)
 - d. Sociedade civil organizada e familiares de pessoas privadas de liberdade
 - e. Pessoas privadas de liberdade
 - f. Poder Judiciário
- 8) Quais foram as maiores dificuldades enfrentadas por você durante a sua atuação na execução penal?
- 9) Como você considera que o seu desempenho como promotor que atua no sistema prisional foi avaliado pelos seguintes atores sociais:
- a. Governador e gestores de outras pastas [secretário ao qual a pasta estava subordinada]
 - b. Poder Legislativo
 - c. Funcionários do sistema prisional (agentes, técnicos e auxiliares)
 - d. Sociedade civil organizada e familiares de pessoas privadas de liberdade
 - e. Pessoas privadas de liberdade
 - f. Ministério Público ou Poder Judiciário

Encerramento - perspectivas para o futuro e memórias

- 10) Suponhamos que após você deixar o cargo de promotor, um veículo de imprensa decida escrever uma matéria sobre a situação da política penitenciária em Minas Gerais. Se você pudesse escrever a manchete dessa notícia, qual seria ela?
- 11) Se você pudesse mudar alguma decisão importante como promotor na área do sistema prisional, o que você faria de diferente?

Contatos dos próximos entrevistados

Você teria o contato de alguém que considera relevante e com atuação proeminente no sistema prisional?



Apêndice D.5 - Roteiro de entrevista para Deputados Estaduais

Trajetória - como o sistema prisional entra na vida da pessoa

Conte-me um pouco sobre a sua trajetória, em termos de formação (onde e quando se formou), e como terminou se inserindo dentro do sistema prisional

- Como você entrou para a política? [Cargos políticos; Como chegou ao Poder Legislativo Estadual?]
- Uma vez na política, como se interessou pela questão penitenciária?

Entendimentos gerais - compreender, em que medida, os entendimentos acadêmicos sobre a prisão se entrelaçam com as visões de mundo do entrevistado

- 1) Para você, qual deve ser a função do sistema prisional?
 - a. O que seria uma política pública penitenciária?
 - b. O que você acha que a sociedade espera da política pública penitenciária?
- 2) Para você, o que é eficiência dentro do sistema prisional?
 - a. Quais são os elementos indispensáveis para garantir a eficiência?
 - b. Existem opções em termos de modelo de gestão [APAC]?
- 3) Para você, quais são as habilidades principais que um bom político envolvido com a agenda do sistema prisional deve ter?
 - a. Como são organizadas as discussões voltadas para a área de segurança?
 - b. E para as discussões de reinserção social? Como são estruturadas?

Realizações do período - quais eram as expectativas e quais foram as realizações dentro da pasta prisional

- 4) Você consegue descrever o cenário/contexto do sistema prisional no momento em que assumiu o cargo [Cenário das prisões/ Cenário da gestão prisional]?
- 5) Quais eram os resultados esperados do seu mandato no que se refere à política prisional?
 - a. Você considera que as políticas produzidas no período do seu mandato atingiram os resultados esperados?
 - i. [Vagas, inauguração de unidades, transferência de presos]
 - ii. [Profissionalização: delimitação de cargos, realização de concursos, estabelecimento de Procedimentos Operacionais Padrão]
 - iii. [Greve dos servidores, sobretudo aqueles que trabalham dentro das prisões]
 - iv. [Motins e rebeliões, pressão de órgãos de direitos humanos, demanda por correição e ouvidoria]
 - b. Quais foram os elementos determinantes na construção da política de tratamento ao preso no seu mandato?
- 6) Quais eram os recursos de que você dispunha, em sua gestão, para direcionar o sistema prisional?



- a. Quais foram as dificuldades/negociações que marcaram os recursos orçamentários?
 - b. Houve espaço no orçamento para investimento? Ou você avalia que o orçamento esteve direcionado majoritariamente ao custeio?
- 7) Quais foram os principais marcos legais/portarias/regimentos criados para regulamentar a política prisional?
- a. Quais eram os objetivos? Houve resistência na operacionalização das normativas?
 - b. Quais foram as maiores diferenças entre o prescrito e o realizado?
 - c. O que foi voltado especificamente para a atividade dos funcionários dentro das prisões?
- 8) Pensando na realidade das prisões, quais são as pautas que um legislador nesta agenda deve estar interessado?
- a. Como você avalia as pautas e interesses entre os seus colegas políticos no que se refere à agenda prisional?
 - b. Como se dava a interlocução entre você e
 - i. outros políticos (Poder Legislativo)
 - ii. Governo estadual e Secretarias
 - iii. Servidores prisionais
 - iv. Sociedade Civil (familiares de presos, ONGs, Associações etc.)
 - v. Pessoas privadas de liberdade
- 9) Como você avalia a infraestrutura geral (recursos materiais e humanos) do sistema prisional durante o seu mandato?
- a. Gestão e logística
 - b. Compare as suas propostas com a atuação do Executivo Estadual.
- 10) Quais foram as maiores dificuldades enfrentadas durante o seu mandato?
- a. Construção de agenda
 - b. Proposta de leis
 - c. Formação de alianças (situação e oposição)
 - d. Fomentar a atuação de atores interessados
- 11) Como você considera que o seu desempenho como político com proposições voltadas ao sistema prisional foi avaliado:
- a. Governador e gestores de outras pastas [secretário ao qual a pasta estava subordinada]
 - b. Funcionários do sistema prisional (agentes, técnicos e auxiliares)
 - c. Sociedade civil organizada e familiares de pessoas privadas de liberdade
 - d. Pessoas privadas de liberdade
- Encerramento - perspectivas para o futuro e memórias*
- 12) Suponhamos que após você deixar o mandato de Deputado Estadual, um veículo de imprensa decida escrever uma matéria sobre a situação da política penitenciária em Minas Gerais. Se você pudesse escrever a manchete dessa notícia, qual seria ela?



- 13) O que a Assembleia Legislativa poderia ter feito para melhorar a situação dos cárceres em Minas Gerais?
- 14) Se você fosse hoje o presidente do Brasil, qual seria a sua política penitenciária, pensando a redução do crime e a garantia de direitos humanos dos condenados?
- 15) Há alguma pergunta que você gostaria de ter respondido que nós não fizemos?

Contatos dos próximos entrevistados

Você teria o contato algum colega Deputado engajado na agenda prisional? Juiz, advogado, sociedade civil etc. Você poderia, por favor, nos passá-los?



Apêndice D.6 - Roteiro de entrevista para advogados

Trajetória - como o sistema prisional entra na vida da pessoa

Conte-me um pouco sobre a sua trajetória, em termos de formação (onde e quando se formou), e como terminou se inserindo dentro do sistema prisional

- Foi convidado (Quem convidou?), se candidatou, se tinha experiência prévia

Entendimentos gerais - compreender, em que medida, os entendimentos acadêmicos sobre a prisão se entrelaçam com as visões de mundo do entrevistado

- 1) Para você, qual deve ser a função do sistema prisional?
 - a. O que seria uma política pública penitenciária?
 - b. O que você acha que a sociedade espera da política pública penitenciária?
- 2) Para você, o que é eficiência dentro do sistema prisional?
 - a. Quais são os elementos indispensáveis para a garantir a eficiência [Elementos na Defensoria Pública/OAB]?
 - b. Existem opções em termos de modelo de gestão [APAC]?
- 3) Para você, quais são as habilidades principais que um bom defensor público/representante da OAB deve ter para atuar na execução penal?

Realizações do período - quais eram as expectativas e quais foram as realizações dentro da pasta prisional

- 4) Você consegue descrever o cenário/contexto do sistema prisional [Cenário das prisões/ Cenário da gestão prisional] no momento em que atuava como (completar com o cargo do(a) entrevistado(a))?
- 5) Quais eram as expectativas quanto ao trabalho que você desenvolvia e o que esperava como resultado?
 - a. Como as iniciativas da política penitenciária voltadas aos seguintes aspectos influenciaram suas expectativas iniciais e, propriamente, a sua atuação no sistema prisional?
 - i. [Vagas, inauguração de unidades, transferência de presos]
 - ii. [Profissionalização: delimitação de cargos, realização de concursos, estabelecimento de Procedimentos Operacionais Padrão]
 - iii. [Greve dos servidores, sobretudo aqueles que trabalham dentro das prisões]
 - iv. [Motins e rebeliões, pressão de órgãos de direitos humanos, demanda por correição e ouvidoria]
- 6) Quais foram os principais marcos legais/portarias/regimentos criados para regulamentar a forma como você, enquanto defensor público/representante da OAB, atuava no sistema prisional?
 - a. Quais eram os objetivos? Houve resistência na operacionalização das normativas?
 - b. Quais foram as maiores diferenças entre o prescrito e o realizado?
- 7) Como você avalia a interlocução da Defensoria Pública/OAB com os seguintes atores envolvidos na política penitenciária:
 - a. Governador e gestores de outras pastas [secretário ao qual a pasta estava subordinada]
 - b. Funcionários do sistema prisional (agentes, técnicos e auxiliares)



- c. Sociedade civil organizada e familiares de pessoas privadas de liberdade
 - d. Pessoas privadas de liberdade
 - e. Ministério Público e Poder Judiciário
- 8) Quais foram as maiores dificuldades enfrentadas durante sua atuação na Defensoria Pública/OAB-MG?
- 9) Como você considera que o seu desempenho como defensor público/representante da OAB foi avaliado pelos seguintes atores sociais:
- a. Governador e gestores de outras pastas [secretário ao qual a pasta estava subordinada]
 - b. Funcionários do sistema prisional (agentes, técnicos e auxiliares)
 - c. Sociedade civil organizada e familiares de pessoas privadas de liberdade
 - d. Pessoas privadas de liberdade
 - e. Ministério Público e Poder Judiciário

Encerramento - perspectivas para o futuro e memórias

- 10) Suponhamos que após você deixar o cargo de (completar com o cargo do(a)entrevistado(a)), um veículo de imprensa decida escrever uma matéria sobre a situação da política penitenciária em Minas Gerais. Se você pudesse escrever a manchete dessa notícia, qual seria ela?
- 11) Se você pudesse mudar alguma decisão importante da sua gestão, o que você faria de diferente?
- 12) Há alguma pergunta que você gostaria de ter respondido que nós não fizemos?

Contatos dos próximos entrevistados

Você teria o contato de alguém que considera relevante e com atuação proeminente no sistema prisional?



Apêndice D.7 - Roteiro de entrevista para policiais civis

Trajetória - como o sistema prisional entra na vida da pessoa

Conte-me um pouco sobre a sua trajetória, em termos de formação (onde e quando se formou), e como terminou se inserindo dentro do sistema prisional

- Foi convidado (Quem convidou?), se candidatou, se tinha experiência prévia

Entendimentos gerais - compreender, em que medida, os entendimentos acadêmicos sobre a prisão se entrelaçam com as visões de mundo do entrevistado

- 1) Para você, qual deve ser a função do sistema prisional?
 - a. O que seria uma política pública penitenciária? [política de egressos?]
 - b. O que você acha que a sociedade espera da política pública penitenciária? [política de egressos?]
- 2) Para você, o que é eficiência dentro do sistema prisional?
 - a. Quais são os elementos indispensáveis para garantir a eficiência?
 - b. Existem opções em termos de modelo de gestão [APAC]?
- 3) Para você, qual seria o papel da Polícia Civil na política pública penitenciária?
 - a. Como são organizadas as ações voltadas para a área de segurança?
 - b. E para as áreas de reinserção social? Como são estruturadas essas ações?

Realizações do período - quais eram as expectativas e quais foram as realizações dentro da pasta prisional

- 4) Você consegue descrever o cenário/contexto do sistema prisional no momento em que assumiu o cargo [Cenário das prisões/ Cenário da gestão prisional]?
- 5) Naquele momento, quais eram as suas expectativas em relação ao seu trabalho?
 - a. Como as políticas penitenciárias voltadas aos seguintes aspectos influenciaram suas expectativas iniciais e, propriamente, a sua atuação no sistema prisional?
 - i. [Vagas, inauguração de unidades, transferência de presos]
 - ii. [Profissionalização: delimitação de cargos, realização de concursos, estabelecimento de Procedimentos Operacionais Padrão]
 - iii. [Greve dos servidores, sobretudo aqueles que trabalham dentro das prisões]
 - iv. [Motins e rebeliões, pressão de órgãos de direitos humanos, demanda por correição e ouvidoria]
 - b. Naquele momento, quais foram os elementos determinantes na política de tratamento ao preso?
- 6) Quais eram os recursos que você dispunha para desempenhar suas atividades?
 - a. Enfrentou dificuldades? Se sim, quais? Como lidou com elas?
- 7) Quais foram os principais marcos legais/portarias/regimentos criados para regulamentar a política prisional? [E para regulamentar as suas atividades profissionais?]
 - a. Quais eram os objetivos? Houve resistência na operacionalização das normativas?
 - b. Quais foram as maiores diferenças entre o prescrito e o realizado?



- 8) Para você, como um servidor da Polícia Civil pode contribuir para a melhoria do sistema prisional?
- 9) Quais foram as maiores dificuldades enfrentadas por você desde o momento em que assumiu enquanto servidor até os dias de hoje pensando no que deveria ser a função da polícia civil dentro do sistema prisional?

Encerramento - Agora que estamos encaminhando para o final...

- 10) Há alguma pergunta que você gostaria de ter respondido que nós não fizemos?

Contatos dos próximos entrevistados

Você teria o contato de alguém que considera relevante e com atuação proeminente no sistema prisional?



Apêndice D.8 - Roteiro de entrevista para policiais penais

Trajetória - como o sistema prisional entra na vida da pessoa

Conte-me um pouco sobre a sua trajetória, em termos de formação (onde e quando se formou), e como terminou se inserindo dentro do sistema prisional

- Foi convidado (Quem convidou?), se candidatou, se tinha experiência prévia

Entendimentos gerais - compreender, em que medida, os entendimentos acadêmicos sobre a prisão se entrelaçam com as visões de mundo do entrevistado

- 1) Para você, qual deve ser a função do sistema prisional?
 - a. O que seria uma política pública penitenciária? [política de egressos?]
 - b. O que você acha que a sociedade espera da política pública penitenciária? [política de egressos?]
- 2) Para você, o que é eficiência dentro do sistema prisional?
 - a. Quais são os elementos indispensáveis para garantir a eficiência?
 - b. Existem opções em termos de modelo de gestão [APAC]?
- 3) Para você, qual seria o papel da Polícia Penal na política pública penitenciária?
 - a. Como são organizadas as ações voltadas para a área de segurança?
 - b. E para as áreas de reinserção social? Como são estruturadas essas ações?

Realizações do período - quais eram as expectativas e quais foram as realizações dentro da pasta prisional

- 4) Você consegue descrever o cenário/contexto do sistema prisional no momento em que assumiu o cargo [Cenário das prisões/ Cenário da gestão prisional]?
- 5) Naquele momento, quais eram as suas expectativas em relação ao seu trabalho?
 - a. Como as iniciativas da política penitenciária voltadas aos seguintes aspectos influenciaram suas expectativas iniciais e, propriamente, a sua atuação no sistema prisional?
 - i. [Vagas, inauguração de unidades, transferência de presos]
 - ii. [Profissionalização: delimitação de cargos, realização de concursos, estabelecimento de Procedimentos Operacionais Padrão]
 - iii. [Greve dos servidores, sobretudo aqueles que trabalham dentro das prisões]
 - iv. [Motins e rebeliões, pressão de órgãos de direitos humanos, demanda por correição e ouvidoria]
 - b. Naquele momento, quais foram os elementos determinantes na política de tratamento ao preso?
- 6) Quais eram os recursos que você dispunha para desempenhar suas atividades?
 - a. Enfrentou dificuldades? Se sim, quais? Como lidou com elas?
- 7) Quais foram os principais marcos legais/portarias/regimentos criados para regulamentar a política prisional? [E para regulamentar as suas atividades profissionais?]
 - a. Quais eram os objetivos? Houve resistência na operacionalização das normativas?



- b. Quais foram as maiores diferenças entre o prescrito e o realizado?
- 8) Pensando na realidade das prisões, quais são as habilidades que um policial penal deve necessariamente possuir?
- As habilidades requeridas são atendidas pelos servidores?
 - Como avalia a forma de recrutamento?
 - Como avalia o relacionamento da Secretaria com os estabelecimentos penais e servidores envolvidos (fluxo de imposições e de demandas)?
 - Para você, o que mudou com a transformação dos agentes prisionais em policiais penais?
- 9) Quais foram as maiores dificuldades enfrentadas por você desde o momento em que assumiu enquanto servidor até os dias de hoje?

Encerramento - Agora que estamos encaminhando para o final...

- 10) Há alguma pergunta que você gostaria de ter respondido que nós não fizemos?

Contatos dos próximos entrevistados

Você teria o contato de alguém que considera relevante e com atuação proeminente no sistema prisional?



Apêndice D.9 - Roteiro de entrevista para servidores da pasta

Trajetória - como o sistema prisional entra na vida da pessoa

Conte-me um pouco sobre a sua trajetória, em termos de formação (onde e quando se formou), e como terminou se inserindo dentro do sistema prisional

- Foi convidado (Quem convidou?), se candidatou, se tinha experiência prévia

Entendimentos gerais - compreender, em que medida, os entendimentos acadêmicos sobre a prisão se entrelaçam com as visões de mundo do entrevistado

- 1) Para você, qual deve ser a função do sistema prisional?
 - a. O que seria uma política pública penitenciária? [política de egressos?]
 - b. O que você acha que a sociedade espera da política pública penitenciária? [política de egressos?]
- 2) Para você, o que é eficiência dentro do sistema prisional?
 - a. Quais são os elementos indispensáveis para garantir a eficiência?
 - b. Existem opções em termos de modelo de gestão [APAC]?
- 3) Para você, quais são as habilidades principais que um bom gestor do sistema prisional deve ter?
 - a. Como são organizadas as ações voltadas para a área de segurança?
 - b. E para as áreas de reinserção social? Como são estruturadas essas ações?

Realizações do período - quais eram as expectativas e quais foram as realizações dentro da pasta prisional

- 4) Você consegue descrever o cenário/contexto do sistema prisional no momento em que assumiu o cargo [Cenário das prisões/ Cenário da gestão prisional]?
- 5) Naquele momento, quais eram os resultados esperados da política prisional?
 - a. Você avalia que eles foram alcançados? Se sim, como? Se não, por quê? [Pensar em diferenças entre gestões]
 - i. [Vagas, inauguração de unidades, transferência de presos]
 - ii. [Profissionalização: delimitação de cargos, realização de concursos, estabelecimento de Procedimentos Operacionais Padrão]
 - iii. [Greve dos servidores, sobretudo aqueles que trabalham dentro das prisões]
 - iv. [Motins e rebeliões, pressão de órgãos de direitos humanos, demanda por correição e ouvidoria]
 - b. Naquele momento, quais foram os elementos determinantes na política de tratamento ao preso? Você considera que houve alguma mudança nesse sentido?
- 6) Quais eram os recursos que você dispunha para desempenhar suas atividades?
 - a. Enfrentou dificuldades? Se sim, quais? Como lidou com elas?
- 7) Quais foram os principais marcos legais/portarias/regimentos criados para regulamentar a política prisional? [E para regulamentar as suas atividades profissionais?]
 - a. Quais eram os objetivos? Houve resistência na operacionalização das normativas?
 - b. Quais foram as maiores diferenças entre o prescrito e o realizado?



- 8) Pensando na realidade das prisões, quais são as habilidades que um servidor desta pasta deve necessariamente possuir?
 - a. As habilidades requeridas são atendidas pelos servidores?
 - b. Como avalia a forma de recrutamento?
 - c. Como se dá a relação com os níveis hierárquicos (diretor da prisão, diretorias dentro da secretaria)?
 - d. Como avalia o relacionamento da Secretaria com os estabelecimentos penais e servidores envolvidos (fluxo de imposições e de demandas)?
- 9) Quais foram as maiores dificuldades enfrentadas por você desde o momento em que assumiu enquanto servidor até os dias de hoje?

Encerramento - Agora que estamos encaminhando para o final...

- 10) Há alguma pergunta que você gostaria de ter respondido que nós não fizemos?

Contatos dos próximos entrevistados

Você teria o contato do seu antecessor no cargo em que ocupou? E de seu sucessor?
Você poderia, por favor, nos passá-los?

CENTRO DE ESTUDOS DE CRIMINALIDADE E SEGURANÇA PÚBLICA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS



2019 | 2023